



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

VALÉRIA PATRÍCIA ARAÚJO SILVA

**"URBANISMO FANTASMAGÓRICO" E VIDA COTIDIANA, EM UM CONJUNTO
HABITACIONAL DO PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA, EM CAMPINA
GRANDE-PB: DISPUTAS, RESISTÊNCIAS E DESIGUALDADES**

CAMPINA GRANDE

2023

VALÉRIA PATRÍCIA ARAÚJO SILVA

**"URBANISMO FANTASMAGÓRICO" E VIDA COTIDIANA, EM UM CONJUNTO
HABITACIONAL DO PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA, EM CAMPINA
GRANDE-PB: DISPUTAS, RESISTÊNCIAS E DESIGUALDADES**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande - PPGCS/UFCG, como requisito final para a obtenção de grau de Doutora em Ciências Sociais.

Orientador: Dr^o. Luís Henrique Hermínio Cunha

CAMPINA GRANDE

2023

S586u

Silva, Valéria Patrícia Araújo.

Urbanismo fantasmagórico e vida cotidiana, em um conjunto habitacional do Programa Minha Casa, Minha Vida, em Campina Grande-PB: disputas, resistências e desigualdades / Valéria Patrícia Araújo Silva. – Campina Grande, 2024.

142 f. : il. color.

Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2023.

"Orientação: Prof. Dr. Luís Henrique Hermínio Cunha".

Referências.

1. Sociologia Urbana. 2. Conjunto Habitacional Aluizio Campos – Vida Cotidiana. 3. Urbanismo Fantasmagórico. 4. Muro – Resistências e Desigualdades. I. Cunha, Luís Henrique Hermínio. II. Título.

CDU 316.334.56(043)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
POS-GRADUACAO EM CIENCIAS SOCIAIS
Rua Aprigio Veloso, 882, - Bairro Universitario, Campina Grande/PB, CEP 58429-900

FOLHA DE ASSINATURA PARA TESES E DISSERTAÇÕES

VALÉRIA PATRÍCIA ARAÚJO SILVA

"URBANISMO FANTASMAGÓRICO" E VIDA
COTIDIANA EM UM CONJUNTO
HABITACIONAL DO PROGRAMA MINHA
CASA, MINHA VIDA EM CAMPINA GRANDE-
PB: DISPUTAS, RESISTÊNCIAS E
DESIGUALDADES

Tese apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Ciências Sociais como pré-
requisito para obtenção do título de
Doutor em Ciências Sociais.

Aprovada em: 27/11/2023

Prof. Dr. Luis Henrique Hermínio Cunha - PPGCS/UFCCG
Orientador

Profa. Dra. Ramonildes Alves Gomes - PPGCS/UFCCG
Examinador Interno

Prof. Dr. Roberto de Sousa Miranda - PPGCS/UFCCG
Examinador Externo

Profa. Dra. Lívia Izabel Bezerra de Miranda - PPGECA/UFCCG
Examinadora Externa

Profa. Dra. Maria Jackeline Feitosa Carvalho - UEPB

Examinadora Externa



Documento assinado eletronicamente por **LUIS HENRIQUE HERMINIO CUNHA, PROFESSOR**, em 27/11/2023, às 18:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **ROBERTO DE SOUSA MIRANDA, PROFESSOR**, em 27/11/2023, às 18:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **RAMONILDES ALVES GOMES, PROFESSOR**, em 03/12/2023, às 10:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **LIVIA IZABEL BEZERRA DE MIRANDA, PROFESSOR 3 GRAU**, em 13/12/2023, às 16:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ufcg.edu.br/autenticidade>, informando o código verificador **4005710** e o código CRC **1A30D4D3**.

Este trabalho não é sobre construções de moradias, porém, quero fazer este agradecimento aqueles que compõe os bastidores do planejamento urbano e que, na maioria das vezes, tornam-se invisibilizados.

A todos os construtores da minha família: mestres de obras, pedreiros, pintores e serventes que, apesar de não possuírem diplomas, não lhes faltavam coragem, habilidade e criatividade, depositadas na materialização do maior sonho das pessoas: o da casa própria. Estes, por sua vez, ajudaram a construir à cidade de Campina Grande, com destreza e dedicação.

A todos os trabalhadores que fizeram parte da obra do Conjunto Habitacional Aluízio Campos e aos trabalhadores envolvidos nas obras do Programa Minha Casa, Minha Vida de todo o país.

Ao meu pai, mestre de obras conhecido como “mestre Dudu” (*in memoriam*), por ter sido fonte de inspiração para tanta gente, inclusive, para o desenvolvimento deste trabalho.

A todas as crianças, filhas de pedreiros, mestres de obras, e da classe trabalhadora em geral. Que um dia, vocês também possam se tornar doutoras.

AGRADECIMENTOS

A meus pais José Araújo (*in memoriam*) e Maria do Carmo, pelo amor, incentivo, apoio e por terem acreditado em mim.

Ao meu esposo, Joan Carlos, por sempre me apoiar e acreditar nos meus sonhos.

Ao meu filhinho José Arthur, por ser fonte de amor e de inspiração em minha vida.

Ao meu cachorrinho Marley, meu companheiro há 11 anos.

Aos meus avós (*in memoriam*), pelo amor, carinho e por sempre terem me incentivado a estudar.

À minha tia Iraci (*in memoriam*), que partiu em novembro do ano passado, deixando saudades e espaços vazios. Ela que sempre me apoiou, me admirou e me incentivou. A ela, dedico esta defesa de doutorado.

À minha amiga Ana Paula que me acompanha desde o mestrado e tem sido meu porto de fé e esperança em dias melhores.

À Amanda Sonaly, por ser uma amiga presente, empática e acreditar nos meus sonhos.

À minha amiga Natália, que sempre me apoia e me fortalece nas minhas decisões e nos momentos mais difíceis.

À minha amiga Thais, sempre carinhosa, conselheira, parceira e prestativa.

Ao meu amigo Francis, pela amizade verdadeira, pelas horas de conversa sobre a vida, sobre memes; e sobre sociologia.

A Miguel, pela amizade, pelos conselhos e por ter me ajudado quando tanto precisei.

Aos meus irmãos.

A todos os meus amigos e colegas de trabalho.

Aos meus amigos cearenses: Maíra, Bruna, Romilson e Monalisa, por terem me acolhido em Fortaleza e segurado minha mão nos momentos de tristeza e de saudade da Paraíba

À Hayana, pela amizade verdadeira construída na base do afeto, da escuta e da reciprocidade.

Ao meu orientador Luis Henrique, pela paciência, pela dedicação às ciências sociais e pela pessoa incrível que é.

Aos professores que, gentilmente, fizeram parte da banca: Ramonildes Alves Gomes – UFCG, Roberto de Sousa Miranda – UFCG, Maria Jackeline Feitosa Carvalho – UEPB, e Livia Izabel Miranda – UFPE, pelas valorosas contribuições, pelos conselhos, e pela disponibilidade.

Aos colegas das turmas de mestrado (2015) e doutorado (2018).

À Universidade Federal de Campina Grande-UFCG, por ter sido espaço de sonhos, para que mais uma “filha” da classe trabalhadora se tornasse doutora.

À CAPES, por ter financiado os dois últimos anos desta pesquisa.

Ao Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais – PPGCS-UFCG.

Por fim, agradeço à Educação Pública Brasileira, por ter me dado condições de acesso e permanência, e por ter contribuído com minha formação humana, cidadã e profissional.

RESUMO

O Conjunto Habitacional Aluizio Campos, na cidade de Campina Grande - PB, foi pensado enquanto “carro chefe” do ambicioso projeto do Complexo Multimodal - espécie de bairro planejado que - para além das moradias, integraria um polo industrial e tecnológico, com promessas de geração de emprego e renda, instituições de educação, pesquisa e inovação, jardim botânico, etc. A construção do habitacional foi divulgada como a maior obra do Programa Minha Casa Minha Vida, no âmbito da Faixa 1 do país. Um projeto inovador, grandioso, que acabou, gerando, também, grandes expectativas entre as famílias cadastradas, aptas a participar do sorteio que definiria os contemplados com moradias no empreendimento. Através da perspectiva do Artesanato Sociológico do Método Qualitativo, com pesquisa documental e abordagem compreensiva dos elementos de pesquisa, esta tese discute o “urbanismo fantasmagórico” - o urbano prometido, mas que não se realiza, pós entrega dos imóveis - efeito de desigualdades, apatia e frustrações, que se produz na vida cotidiana dos moradores do habitacional, em um contexto social marcado por medidas neoliberais de enfraquecimento do Estado e de seu papel planejador, associado aos conflitos e jogos de interesses entre grupos políticos das esferas municipal e estadual. Quatro anos após as entregas dos imóveis, foi identificado um contexto de apatia, com o enclausuramento dos moradores; e baixa interação entre vizinhança; o aprofundamento das desigualdades sociais e educacionais, com alto índice de desemprego, além da quantidade elevada de jovens sem cursar o Ensino Médio, pelo fato de não haver Escolas Estaduais próximas, que contemplem o número de alunos do Aluizio. Este estudo, também discute as estratégias de organização e adaptação nas moradias; e as estratégias de sobrevivência e resistência no conjunto, em detrimento da materialização do sonho da casa própria. A partir das heterogeneidades de perfis observadas, foi identificado que a construção do muro, surge enquanto elemento de distinção social que separa aqueles que, de alguma forma, acreditam ser superiores em relação a alguns vizinhos, lançando mão do debate sobre relações de emprego e renda, acesso à educação, produção de estigmas e sociabilidades, entre vizinhos de um conjunto habitacional popular do PMCMV.

Palavras-Chave: Conjunto Habitacional Aluizio Campos; vida cotidiana; “urbanismo fantasmagórico”; muro; desigualdades.

ABSTRACT

The Aluízio Campos Housing Complex, in the city of Campina Grande - PB, was designed as the “flagship” of the ambitious Multimodal Complex project - a type of planned neighborhood that - in addition to housing, would integrate an industrial and technological hub, with promises of generation of employment and income, education, research and innovation institutions, botanical gardens, etc. The construction of the housing project was publicized as the largest project under the Minha Casa Minha Vida Program, within the scope of Range 1 of the country. An innovative, grandiose project that ended up also generating great expectations among registered families, eligible to participate in the draw that would define those awarded with homes in the project. Through the perspective of the Sociological Craftsmanship of the Qualitative Method, with documentary research and a comprehensive approach to the research elements, this thesis discusses “phantasmagorical urbanism” - the urban promised, but which is not realized, after the delivery of properties - the effect of inequalities, apathy and frustrations, which occur in the daily lives of housing residents, in a social context marked by neoliberal measures to weaken the State and its planning role, associated with conflicts and games of interests between political groups at the municipal and state levels. Four years after the properties were handed over, a context of apathy was identified, with the residents' confinement; and low interaction between neighborhoods; the deepening of social and educational inequalities, with a high rate of unemployment, in addition to the high number of young people without attending high school, due to the fact that there are no nearby State Schools that accommodate the number of students from Aluízio. This study also discusses organization and adaptation strategies in housing; and survival and resistance strategies as a whole, to the detriment of materializing the dream of owning a home. From the heterogeneity of profiles observed, it was identified that the construction of the wall appears as an element of social distinction that separates those who, in some way, believe they are superior in relation to some neighbors, taking advantage of the debate on employment and income relations. , access to education, production of stigmas and sociability, among neighbors of a popular housing complex in the PMCMV.

Keywords: Aluízio Campos Housing Complex; everyday life; ghostly urbanism; wall; inequalities.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Conjunto habitacional Aluizio Campos.....	19
Figura 2: Imóvel sem reformas.....	21
Figura 3: Áreas funcionais do Complexo Aluízio Campos.....	50
Figura 4: Marketing da obra.....	52
Figura 5: Vantagens para investir no Complexo Multimodal.....	54
Figura 6: Cartaz informando sobre os sorteio das unidades habitacionais.....	55
Figura 7: Campina Residence - Habitacional - Faixa 1 (PMCMV).....	57
Figura 8: Aluízio Campos e Campina Residence.....	57
Figura 9: Localização do Complexo Aluízio Campos.....	59
Figura 10: Os “vazios” no conjunto habitacional.....	63
Figura 11: Distância do Conjunto Habitacional Aluízio Campos de equipamentos urbanos públicos e privados.....	71
Figura 12: Construção do quarto nos fundos (A) do imóvel (B).....	83
Figura 13: Muros e fachadas reformadas.....	85
Figura 14: Fachada sem reformas.....	87
Figura 15: Quintal sem reformas.....	87
Figura 16: Fachada sem reformas.....	88
Figura 17: Academia e parquinho desativados.....	89
Figura 18: Parquinho e academia desativados.....	90
Figura 19: Academia pública desativada.....	99
Figura 20: Salão de festa.....	100
Figura 21: Espaços destinados a sociabilização.....	100
Figura 22: Lixos e recicláveis descartados em terreno no residencial.....	106
Figura 23: Algumas crianças do “Aluízio Campos”.....	109
Figura 24: Feira desativada.....	113
Figura 25: mercearia de dona Lourdinha.....	114
Figura 26: Pontos comerciais mais estruturados, no “Aluízio Campos”.....	115
Figura 27: Pontos comerciais mais estruturados, no “Aluízio Campos”.....	115
Figura 28: Pontos comerciais menos estruturados, no “Aluízio Campos”.....	116

Figura 29: pontos comerciais menos estruturados, no “Aluízio Campos”.....	116
Figura 30: Moradias verticalizadas.....	117
Figura 31: Br Polo Shopping.....	119
Figura 32: Igreja católica do “Aluízio Campos”.....	120
Figura 33: Igreja evangélica do “Aluízio Campos”.....	121
Figura 34: Garagens dos apartamentos.....	122
Figura 35: Moradias horizontais e verticais.....	122

LISTA DE SIGLAS

- ALPB** - Assembleia Legislativa da Paraíba
- APLP** - Associação dos Professores em Licenciatura
- BPC** - Benefício de Prestação Continuada
- BNH** - Banco Nacional de Habitação
- CEHAP** - Coordenadoria da Companhia de Habitação Popular
- CG** - Campina Grande
- COHAB** - Companhias de Habitação Popular
- CNC** - Central de Notícias da Construção
- CRAS** - Centro de Referência em Assistência Social
- FAR** - Fundo de Arrendamento Residencial
- FIEP** - Federação das Indústrias
- FJP** - Fundação João Pinheiro
- FNHIS** - Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social
- IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IFPB** - Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba
- IPEA** - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
- MCID** - Ministério Das Cidades
- OMS** - Organização Mundial de Saúde
- PAC** - Programa de Aceleração de Crescimento
- PB** - Paraíba
- PED - CG** - Plano Estratégico de Desenvolvimento Campina Grande
- PMCMV** - Programa Minha Casa Minha Vida
- PMCG** - Prefeitura Municipal de Campina Grande
- PPGCS** - Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais
- PNAD** - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
- PNHR** - Programa Nacional de Habitação Rural PSF – Programa Saúde da Família

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PSB - Partido Socialista Brasileiro

PP - Partido Progressista

PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira

PT - Partido dos Trabalhadores

PTTS - Projeto do Trabalho Técnico Social

RECIME - Rede Cidades Médias

SAMU- Serviço de Atendimento Médico

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às micro e pequenas empresas

SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SEPLAN - Secretaria de Planejamento da Cidade

SESI - Serviço Social da Indústria

SNHIS - Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social

SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

TTS - Trabalho Técnico Social

UPA - Unidade de Pronto Atendimento

UEPB - Universidade Estadual da Paraíba

UFCG - Universidade Federal de Campina Grande

UFPB - Universidade Federal da Paraíba

ZEIS - Zonas Especiais de Interesse Social

SUMÁRIO

PRÓLOGO	15
INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 1	33
O PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA, O COMPLEXO MULTIMODAL E O HABITACIONAL: DISPUTAS, CONFLITOS E A AGENDA PRÓ MERCADO	33
1.1 Sobre a questão urbana no estado da Paraíba	36
1.2 O dilema da moradia na cidade de Campina Grande.....	39
1.3 O Complexo Multimodal e o Conjunto Habitacional: disputas, conflitos e a agenda pró mercado.....	43
CAPÍTULO 2	61
“URBANISMO FANTASMAGÓRICO” E VIDA COTIDIANA NO CONJUNTO HABITACIONAL ALUÍZIO CAMPOS	61
2.1 “Urbanismo fantasmagórico”: vazios simbólicos e vazios concretos.....	63
2.2 A ausência do Estado no espaço residencial e a casa como um lugar de passagem para mães solo.....	72
CAPÍTULO 3	80
MUROS, ESTIGMAS E DISTÂNCIAS SOCIAIS E SIMBÓLICAS	80
3.1 O muro como elemento de distinção social e simbólica e os estigmas contra os mais vulneráveis.....	83
CAPÍTULO 4	96
A SENSÇÃO DE ABANDONO DAS FORÇAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA NO HABITACIONAL E A ATUAÇÃO DO COMANDO CRIMINOSO	96
4.1 Vilão ou guardião?.....	97
CAPÍTULO 5	104
O APROFUNDAMENTO DAS DESIGUALDADES EDUCACIONAIS E SOCIAIS NO ALUÍZIO CAMPOS	104
5.1 O dilema do desemprego e da falta de Escolas Estaduais no conjunto.....	105
5.2 A formação do comércio no Aluízio Campos, como estratégia de sobrevivência e resistência.....	110
5.3 A dinâmica de vida nos apartamentos.....	117

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	126
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	131
APÊNDICE.....	136

PRÓLOGO

Assim como descrevi em minha dissertação de mestrado, a minha infância foi em meio a andaimes, tijolos, telhas e tudo o que refere-se à construção de moradias. Meu pai, mestre de obras conhecido e respeitado em Campina Grande-PB, dedicou sua vida a “levantar” moradias para às pessoas. Talvez ele não soubesse, na verdade eu nunca lhe contei, mas, aquilo me encantava e em minhas memórias afetivas mais profundas, ficaram guardadas as várias reformas que fez em nossa casa.

Lembro das cores colocadas nas paredes, das cerâmicas que ele ia mudando, conforme o tempo ia passando; e o mercado produzia novos modelos. Meu pai não falava, talvez ele não achasse possível a filha de um casal com o Ensino Fundamental incompleto, acessar a universidade, mas; lembro que, na minha infância, ele falava com orgulho do curso de engenharia civil, e de como admirava a profissão, talvez ele me imaginasse nela, pela convivência com os seus colegas de trabalho; formados neste curso.

Ele chamava todos os seus patrões de “Dr^o”, mesmo que nenhum tivesse doutorado, apenas; dinheiro e os meios de produção, quase que em uma relação de subalternidade. E, assim, fui crescendo, vendo meu pai participar ativamente da construção da cidade, enquanto classe trabalhadora que, durante a semana, construía casa para rico, contratado pela elite campinense, e, nos fins de semana, construía casa para pobre, fazendo reformas e manutenção na nossa própria casa, nas dos familiares e fazendo “bico” no bairro em que morávamos; e em outros. Ouvi muitas vezes, na mesa, meu pai falar como eram alguns bairros de Campina Grande antes da urbanização, antes das construções das moradias; e da chegada das pessoas. Lembro, também, de ouvir muito o meu pai falar nas “casas da Caixa” e, eu imaginava um imóvel com uma caixa d’água gigante em cima do telhado. Não sabia eu, que ele se referia aos imóveis financiados pelo Banco da Caixa Econômica, nas décadas passadas, que pouquíssimas pessoas acessavam; e quando nem existia o Programa Minha Casa, Minha Vida. Eu via nele a alegria de quem ajudou a produzir a cidade. Comecei a entender a representação da casa própria para as pessoas, ainda criança, através da minha vivência enquanto filha de mestre de obra e irmã de pedreiro e pintor.

Foi assim que o meu interesse em estudar a questão urbana; e a vida cotidiana nos conjuntos habitacionais nasceu: através dessa experiência pessoal que me fez compreender que, à construção de moradias e a materialização da casa própria, continuam sendo o maior sonho da classe trabalhadora brasileira. E, sobre o meu pai, falecido quando eu estava no terceiro mês do

mestrado, não viu sua filha se tornando engenheira civil, nem mestra, porém, de outro plano, saberá que sua filha se tornou Doutora, com uma tese que discute, entre outras coisas, moradia para pobre. Ele que, chamava todo patrão de Dr^o, e que construiu tanta casa para a elite, mas, na verdade, ficava feliz mesmo, quando construía casa pra pobre, nas “quebradas”, entre os seus. Ao José Araújo, ou melhor: “Mestre Dudu”, dedico este título de Doutora em Ciências Sociais.

INTRODUÇÃO

Esta Tese de Doutorado discute a vida cotidiana que se estabelece no Conjunto Habitacional Aluízio Campos, em Campina Grande – PB - divulgado como o maior empreendimento, no âmbito da Faixa 1, do Programa Minha Casa Minha Vida do País - propondo reflexões sobre o conceito de “urbanismo fantasmagórico” – efeito de desigualdade, apatia e frustrações que se produz em um contexto social marcado por medidas neoliberais de enfraquecimento do Estado e de seu papel planejador; associado a conflitos e disputas entre grupos políticos das esferas municipal e estadual, com descontinuidades administrativas e de manutenção no residencial, que trazem como consequências desigualdades sociais e educacionais; a não apropriação do espaço social; o enclausuramento das famílias, com baixa interação entre vizinhança; e a sensação de abandono que os moradores possuem em relação às políticas públicas. Ao estudar o cotidiano no habitacional, este trabalho parte das trajetórias dos sujeitos, suas precariedades habitacionais e experiências de vida. Nesse contexto, esta pesquisa, também se debruça sobre as estratégias de adaptação, convivência, sociabilidades, organização, sobrevivência e resistência das famílias no Aluízio Campos.

O conjunto habitacional abordado neste trabalho, foi um dos empreendimentos idealizado para compor o ambicioso projeto do Complexo Multimodal Aluízio Campos, espécie de novo bairro da cidade. O marketing por trás do projeto do residencial não poupou esforços para colocar o habitacional em destaque, reforçando, antes, durante e após a obra, que se tratava do maior do Brasil, no âmbito da Faixa 1. Nesse contexto, o grande e inovador projeto, foi planejado e proposto no ano de 2013, por agentes públicos e privados, em uma complexa teia de conflitos e interesses, durante a primeira gestão do Prefeito Romero Rodrigues, em articulação com agentes econômicos e políticos locais (dedicarei o capítulo 1 para este tema). O Complexo que abrange o residencial, foi implantado na borda urbano-rural do município e ocupa uma área de aproximadamente 800 hectares.

Para o conjunto habitacional, especificamente, foi alocado uma área de aproximadamente 117 hectares. Além do Conjunto Habitacional Aluízio Campos, com quatro mil e cem moradias, contando com 3 módulos, distribuídos entre casas e apartamentos (sendo a maioria de casas), o projeto previa a instalação de um complexo industrial, um complexo logístico, uma “tecnópolis” (centro de inovação tecnológica), um Jardim Botânico, além de vários outros equipamentos urbanos, todavia, a grande maioria dos projetos, não foi entregue à população.

A entrega do Conjunto Habitacional, a partir de novembro de 2019, em Campina Grande, cidade média do interior da Paraíba, anunciado como o “maior” empreendimento do Programa Minha Casa, Minha Vida do Brasil, no âmbito da Faixa 1, que corresponde à Habitação de Interesse Social¹ - produz o encontro de dinâmicas complexas, distintas e contraditórias: de um lado, o marketing da política habitacional, ao reforçar, quase que diariamente, em entrevistas e publicidades gerais, o tamanho do residencial e os 4.100 imóveis construídos no contexto da política de moradia para pessoas mais pobres; e, de outro lado, o “urbanismo fantasmagórico” (explicarei mais adiante), efeito que se produziu, na prática da vida cotidiana, após as entregas das unidades habitacionais: a promessa de um urbanismo utópico, acaba se materializando em um projeto urbano distópico.

A obra foi inicialmente apresentada na mídia enquanto um projeto grandioso, proporcionando moradia e oportunidades de trabalho em um mesmo lugar, contribuindo para a melhoria na qualidade de vida dos futuros moradores, como evidenciam trechos de matérias divulgadas durante a obra:

“O complexo Aluizio Campos é o maior conjunto habitacional do Minha Casa Minha Vida em construção no Brasil. O empreendimento foi contratado em setembro de 2014, no âmbito do PMCMV - Programa Nacional de Habitação Urbana, com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) - para famílias com renda mensal de até R\$ 1.800,00 (Faixa 1). Houve aporte de recursos do poder público no valor de R\$ 1,70 milhão”. (Notícia Pública do Ministério das Cidades, 2017).

O marketing relacionado ao habitacional sempre destacava o lado positivo da obra, enfatizando o tamanho e o fato de ser o maior empreendimento do Programa Minha Casa Minha Vida do país. Assim:

“Durante visita ao Complexo Aluizio Campos no início da tarde deste sábado, 22, o ministro das Cidades, Alexandre Baldy, elogiou não apenas a dimensão a obra – trata-se do maior conjunto habitacional em construção no Brasil – mas revelou a sua admiração, sobretudo, pela qualidade do empreendimento, integrado por 4.100 unidades habitacionais, além de dezenas de equipamentos comunitários como creches, quadras, escolas, praças, CRAs e muitos outros. O ministro foi recepcionado pelo prefeito de Campina Grande, Romero Rodrigues, no Aeroporto João Suassuna por volta das 11h30min, indo, em seguida, para o Complexo Aluizio Campos, onde, além de conceder entrevista coletiva à imprensa, conheceu creches, casas e apartamentos em fase de conclusão, bem como toda a infraestrutura implantada na obra”. (Campina FM, 93.1, 2018).

¹ Conforme o exposto no documento oficial, a Habitação de Interesse Social “é entendida em seu sentido amplo de moradia, as quais compõem as dimensões física, urbanística, fundiária, econômica, social, cultural e ambiental do espaço em que a vida do cidadão acontece” (BRASIL, 2020, p. 1).

É importante destacar a importância da mídia local na divulgação do residencial e o apoio dado à articulação pró-crescimento (empresarialista-particularista). Conforme Livia Miranda (2021), existem poucos registros de conflitos internos e externos referentes ao empreendimento. Contrapontos aos projetos dificilmente são evidenciados, e quando são, estão associados a rivalidades partidárias. Assim:

“As manchetes anunciam o Complexo Aluizio Campos como uma cidade sustentável, inovadora, exemplo para o país, destacando a grandiosidade do empreendimento e, por vezes, chegam a parabenizar a gestão Romero Rodrigues pela iniciativa. Há uma vasta quantidade de notícias e reportagens associadas às visitas ao complexo de representantes de diferentes grupos de interesses, poderes e articulações em múltiplas escalas: locais (padres, pastores, vereadores, empresários); regionais (108 prefeitos da Paraíba; diretor da Sudene); e de âmbito nacional (os presidentes Temer e Bolsonaro); e internacionais (o embaixador de Taiwan). Em pelo menos 40 das 400 reportagens e notícias selecionadas, há falas e entrevistas de autoridades sobre o complexo. Nesse sentido, mais do que uma visita para conhecer o empreendimento, essas atividades fizeram parte da agenda de promoção do complexo e de produção de uma opinião pública positiva sobre o empreendimento” (MIRANDA et., al. 2021, pg. 20).

A imagem a seguir apresenta uma visão aérea do conjunto habitacional. É possível ver a grandiosidade do empreendimento:

Figura 1: Conjunto Habitacional Aluizio Campos.



Fonte: PMCG, 2017, apud, Mota e Cavalcanti, 2020.

Com a entrega da obra, o desdobramento da política de moradia, na prática da vida

cotidiana, passa a ter enorme relevância sociológica: famílias com distintas origens sociais e trajetórias de vida, oriundas de vários bairros de Campina Grande - PB, com diferentes concepções da realização do sonho de ter a casa própria, recebem moradias que, durante toda a sua construção, foram enfatizadas como pertencentes ao maior projeto de habitação do país que, de alguma forma, mudaria a cidade e suas vidas. A expectativa dos moradores, assim como todo o marketing do habitacional, também era grande, todavia, essa expectativa foi sendo reduzida e a resposta para as desigualdades que se aprofundam, pós entrega das unidades, foi a apatia, a indiferença e o confinamento das famílias.

Os projetos que faziam parte do complexo não saíram do papel, e houve descontinuidades administrativas e de manutenção no Aluízio, ora pela perspectiva neoliberal de menos Estado, ora pelos conflitos e jogos de interesses, oriundos das disputas entre os agentes públicos da prefeitura de Campina e estado da Paraíba. O poder público saiu de cena, e as famílias precisam, agora, criar formas e estratégias para burlar os desafios, sobreviver e resistir aos impasses e desigualdades que se aprofundam em nome da realização do “sonho da casa própria”.

Diante de toda a problemática, os beneficiários que, além de trajetórias distintas, possuem uma heterogeneidade de perfis; precisam produzir coletivamente: vivências urbanas, experiências e estratégias de adaptação, sobrevivência e resistência que, também, geram situações de grande interesse sociológico.

É importante destacar que, quando fala-se em heterogeneidade no conjunto habitacional, não estamos falando que existe uma diferença acentuada de classes, isto é, que há uma elite econômica habitando entre moradores pobres, que procuram a Faixa 1 da política de moradia, mas, que existem algumas diferenças de perfis: pessoas em situação de extrema pobreza; moradores que reformaram suas casas e fizeram lojas e mercadinhos bem estruturados; níveis de escolaridade distintos. Durante a pesquisa, entrevistei pessoas que não sabiam ler e entrevistei uma moradora que possui uma filha matriculada no mestrado em Direito da UFPB – Universidade Federal da Paraíba, pessoas com renda superior a 3 mil e pessoas só com a renda do Bolsa Família, etc.

Além de tudo o que esperava-se e o que foi, de fato, entregue aos moradores, outras questões também surgiam e se colocavam como grandes desafios às famílias recém-chegadas, produzindo estranhamentos e conflitos: A ausência de muros nas moradias horizontais, colocando em xeque toda a complexidade em torno da privacidade, que acaba gerando um elemento de distanciamento simbólico e social: construir o muro/fachada se tornaria uma espécie

de sonho das famílias e, aquelas com melhores condições, iniciaram suas reformas, na tentativa de realizarem o desejo de possuir suas fachadas e de se distanciarem daqueles que, segundo suas próprias narrativas, bisbilhotavam suas vidas, eram mal educados, barulhentos, e invadiam suas privacidades, pela facilidade de visualisarem o interior das casas, através das janelas e portas. Ter seu muro/fachada, além de denotar grande orgulho e sentimento de realização, surge como elemento de distanciamento daqueles que são estigmatizados como inferiores.

Logo mais, a Figura 2 retrata a casa sem reformas e construções de muros/fachadas, pelos moradores.

Figura 2: Imóvel sem reformas.



Fonte: acervo pessoal da autora (julho - 2023).

Através das contribuições da sociologia urbana; e com o olhar da sociologia da vida cotidiana, esta tese de doutorado buscará refletir, aos passos de Lefebvre (1986), o cotidiano que se estabelece no Conjunto Habitacional Aluizio Campos, que se traduz em vazios, apatia, e indiferença, como resultado das desigualdades, devido ao abandono das políticas e dos agentes públicos locais, com as descontinuidades administrativas e de manutenção, tendo como resposta dos moradores o enclausuramento que, de alguma forma, acabará se tornando, também, uma estratégia de resistência no residencial, que será discutido mais adiante.

As sociabilidades; a baixa interação e os laços de interdependência, construídas no Aluizio Campos; a apropriação dos moradores no espaço social e habitacional; “o comando criminoso”; “o urbanismo fantasmagórico”; as mães solo e as moradias como lugar de

passagem; as regras de convivência internalizadas e experienciadas; as estratégias de resistências e sobrevivência; o abandono do Estado; os estigmas; a frustração dos moradores; as desigualdades educacionais e sociais, são temas abordados nesta tese de doutorado.

Este trabalho propõe discutir o urbano: contribuir com a reflexão sobre o dia a dia dos beneficiários da política de habitação, a partir da perspectiva da sociologia da vida cotidiana. Não se pretende aqui fazer uma avaliação do programa de moradia – apesar de que, acaba, também, propondo reflexões sobre o tema, entretanto, o objetivo desta tese é discutir a vida cotidiana que emerge no Aluízio Campos, articulada a perspectiva do “urbanismo fantasmagórico”- efeito que se produz nesse cotidiano de desigualdades, ausências, apatia e enclausuramento dos moradores - consequência do abandono dos gestores e das políticas públicas; e que desafia as famílias a criarem estratégias de adaptação, organização, sobrevivência e resistência no espaço social e habitacional, em nome da realização do sonho da casa própria.

O encontro dessas problemáticas estiveram associadas à produção de estigmas e formas de enclausuramento, que se materializam em um “urbanismo fantasmagórico” e se desdobram em um projeto urbano distópico, em que silêncios e vazios, surgem enquanto respostas para a concretização de uma ambiciosa política de moradia, que prometia um contexto de urbanismo utópico que não se realiza.

Em novembro de 2019 o residencial foi entregue, porém, até o presente momento, não foram entregues as empresas que faziam parte do projeto e que gerariam emprego e renda, conforme prometidos à população. Não foram construídos supermercados, Unidades de Pronto Atendimento – UPAs, (só existem postos de saúde no complexo), não foram construídas Escolas Públicas que ofertem o Ensino Médio, etc. A ausência desses equipamentos têm gerado frustração e revolta entre os moradores. Através das narrativas, foi observado que a maior preocupação atualmente é em relação a juventude desempregada, ociosa, que acaba o Ensino Fundamental e não é inserida no Ensino Médio, por não haver Escolas Estaduais próximas que contemplem os jovens do conjunto.

A metodologia que guiou este trabalho de doutorado parte da perspectiva do Artesanato Sociológico do Método Qualitativo, com pesquisa documental e abordagem compreensiva dos elementos de pesquisa, conectando observação direta a entrevistas informais com os membros das famílias sorteadas para as moradias, e com os funcionários da Secretaria de Planejamento do Município de Campina Grande - PB (SEPLAN).

Ao estudar a vida cotidiana que se estabelece a partir de um espaço que é fruto de uma

política habitacional, a discussão proposta neste estudo de doutorado, acaba, também, propondo o desafio de entender como se colocam as estruturas que condicionaram ações, decisões e narrativas que fundamentam a política de moradia do Programa Minha Casa, Minha Vida, mais especificamente, na Faixa 1.

O caminho teórico sociológico escolhido é o da sociologia da vida cotidiana, campo delimitado por José de Machado Pais (2003, p.12) A sociologia da Vida Cotidiana deve acionar paradigmas que permitam entrelaçar os planos da micro e da macroanálise sociológica, ou seja, o plano dos comportamentos dos atores sociais com aqueles outros planos que são resultado da conjugação de variáveis macrosociológicas, como poder, ideologia, autoridade e desigualdade social.

Neste estudo, também dialogo com a literatura “A Sociabilidade do Homem Simples”, de José de Souza Martins (2008), que propõe compreender o homem comum através do seu próprio dia a dia, partindo da compreensão das condições de atuação no processo histórico, as possibilidades de conscientização ou alienação, além do fazer histórico desse homem simples. Assim: O cotidiano é a mediação que edifica as grandes construções históricas e que levam adiante a humanização do homem. A história é vivida e, em primeira instância decifrada no cotidiano. É nesse cotidiano e na sua historicidade, que o homem deve buscar a sua emancipação (MARTINS, 2008, apud SOUZA, 2010, p. 189). Assim, a sociologia sensível de José de Souza Martins está conectada à História (enquanto passado e como devir) e busca à emancipação dos homens e à humanização da sociedade.

Através da perspectiva da sociologia da vida cotidiana², é levado em consideração a perspectiva histórica. O presente é um produto, fruto do histórico. Conforme Pais, a vida cotidiana aparece-nos como um espelho em que geralmente nos vemos sempre legitimados. Precisamente porque assim é, quanto mais distante e exótico for esse espelho, tanto mais demonstrada ficará a universalidade de nossas próprias categorias. Isto não quer evidentemente dizer - pelo contrário - que o cotidiano presente não tenha uma dimensão histórica. Tempo e

² A Sociologia da vida cotidiana não deve ser confundida com uma Sociologia minimalista e redutiva dos processos sociais aos componentes fenomênicos da vida social. Ao contrário, ela se propõe a investigar o visível e o aparente das ações e relações sociais cotidianas na mediação das estruturas sociais e dos processos históricos que lhes dão sentido, não raro o sentido inesperado. O artesanato intelectual do sociólogo é a ferramenta inventiva que constrói em face de cada desafio. Não é um método técnico, mas um conjunto de intuições sociologicamente fundamentadas da regra de criação do método ad-hoc, ajustado ao desafio investigativo e explicativo do objeto ao mesmo tempo em cada circunstância. O foco e a temporalidade da observação sociológica deslocam-se para a vida cotidiana, para os processos microssociais, para o que muitos consideram equivocadamente, o irrelevante. Minha orientação teórica tem sido a de passar ao largo desse desdém e buscar os liames entre as estruturas sociais profundas e datadas, duradouras, ocultas, e suas expressões no cotidiano, ordinário e banal. (MARTINS, 2014, p.11)

espaço organizam-se também em torno do presente. Nesse sentido, este estudo parte da história dos sujeitos, das trajetórias, das experiências de vida e habitacionais, para compreender o presente, o cotidiano.

Superando a dicotomia entre os métodos de pesquisa quantitativo e qualitativo, objetivo e subjetivo, o campo da sociologia da vida cotidiana encontra o desafio de estabelecer uma ligação entre os grandes dispositivos sociais e os dispositivos microssociais que regulam ou informam a vida social: “Por um lado, há o interesse em olhar a sociedade ao nível dos indivíduos; por outro lado, há a necessidade de ver como a sociedade se traduz na vida deles” (PAIS, 2003, p.111).

Conforme Pais (1986) a vida cotidiana não se constituiu ainda em um objeto unificado por qualquer sistema conceptual, teórico, coerente e próprio. Ao mesmo tempo, não deixa de haver alguma margem para duvidar se faz sentido uma sociologia especializada que tenha por objeto de investigação a vida cotidiana.

O autor estabelece que não nos compete, porém, deitar mão à faca com que será lícito ou não partilhar o bolo da sociologia geral em fatias de sociologias especializadas. Lícito será partir da verificação de que a vida cotidiana é um termo que se tem imposto, orientando reivindicações, atitudes e discursos. A análise pela vida cotidiana é rica e reveladora por excelência, constituindo um espaço privilegiado de análise sociológica de processos que nos permitem compreender como funcionam as sociedades, como se transformam, se organizam, e como se opõem os agentes sociais.

A perspectiva do Artesanato Sociológico proposto nessa pesquisa, se relaciona com a sociologia da vida cotidiana de Martins (2014) que, se esforça ao superar a polarização entre o que o teórico, denominado de sociologia das coerções, que se refere ao que é histórico e estrutural, e a sociologia da subjetividade, referente ao agora, as relações microssociais. Esta síntese entre o agora e o histórico se realiza a partir da imaginação sociológica e do artesanato intelectual, baseando-se em Wright Mills, “um modo sociológico de ver, descrever e interpretar desde as mais simples ocorrências de rua até os fatos e fenômenos sociais relevantes e decisivos.” (MARTINS, 2014, p.11)

Para a construção dessa pesquisa, fiz uso de registro dos dados através de anotações, registros fotográficos, gravações de vídeo e gravações de áudio, possibilitando captar o cotidiano dos indivíduos, a realidade do uso do espaço habitacional, as sensações das pessoas em relação as novas casas e ao novo bairro. Devido a complexidade para a realização da pesquisa, por conta da pandemia da COVID19, tentei estabelecer contato por muito tempo com

os moradores, sempre sem sucesso. Após o avanço na vacinação e a queda de óbito no país, as famílias foram, aos poucos, aceitando ser entrevistadas. Realizei alguns contatos com amigos que possuíam amigos ou familiares residindo no espaço habitacional, a fim de estabelecer uma ponte entre mim e os moradores e, enfim, iniciei o processo de pesquisa de campo; utilizando como estratégia de aproximação, a escolha aleatória dos moradores a serem entrevistados.

Realizei, no total, 40 entrevistas com os moradores do Aluízio Campos, entre 2022 e 2023. Algumas mais demoradas, outras, em poucos minutos, com alguns dos entrevistados, praticamente, fugindo de mim, enquanto eu me apresentava. Alguns se mostraram mais resistentes e arredios, muitos, se negaram a ser entrevistados. Alguns que aceitavam, pediam para não ser gravados, nem filmados, nem ser expostos de nenhuma forma. Outros, aceitavam ser gravados. E, eu ficava feliz quando acontecia, pois, quando aceitavam, eu precisava me desdobrar muito para, ao mesmo tempo, fazer perguntas, observá-los, demonstrar que de alguma forma eles podiam confiar em mim, anotar tudo às pressas e, as vezes, acompanhá-los em longos passos (muitos aceitavam participar da entrevista, diziam que tinham pouco tempo e começavam a andar, enquanto eu ia junto).

Os perfis eram variados. Fiz um script inicial, com algumas perguntas, mais como um guia, mesmo, porém, o intuito, assim como fiz na dissertação, era estabelecer um diálogo informal, espontâneo, descontraído. Me juntar aos moradores na calçada e conversar sobre o passado, suas trajetórias e sobre a construção da vida cotidiana no Aluízio; sobre a materialização do sonho da casa própria, sobre relações de trabalho e renda; os vínculos criados; momentos de lazer; alegria, etc. Quando percebi, que apesar de todo o desafio, consegui 40 falas, claro, umas mais curtas, outras, mais longas, me surpreendi! Acredito que uma boa tática tenha sido, também a entrevista grupal. Quando encontrava 2, 3, ou mais pessoas juntas, tentava me aproximar, na tentativa de convencê-los à pesquisa. Outra estratégia foi entrar em uma rede social na internet, onde fiz contatos com moradores, e marquei as primeiras entrevistas.

Muitos dos entrevistados demoravam a falar o nome quando eu perguntava; e poucos eram os que aceitavam gravações de áudio. Na minha última ida a campo, em julho de 2023, um fato curioso e engraçado chamou atenção: Dois rapazes, sentados na calçada de casa, aceitaram participar da pesquisa. Ao serem perguntados os seus nomes, um deles parou, pensou um pouco e respondeu: Wellington! Enquanto às crianças que estavam perto, caíram na gargalhada (chegaram a rolar no chão de tanto que riram). Deu a entender que mentiu sobre seu nome. Como eu utilizo nomes fictícios neste estudo, acredito, talvez, que em algumas entrevistas aqui colocadas, possam estar os fictícios dos fictícios. Pelos menos o do morador

Wellington, demonstrou ser.

Os contatos iniciais com os moradores aconteceram através de uma prima, também moradora do residencial, que conseguiu me colocar no grupo Whatsapp do bloco 2. Lá, estabeleci alguns contatos e marquei algumas primeiras visitas. Um amigo, estudante da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, também me confidenciou que uma colega de sala, tinha recebido uma moradia no Aluízio. Ele conseguiu convencê-la a me receber e iniciei à pesquisa de campo. A maior parte das entrevistas foi se dando de forma aleatória, quando fui conhecendo mais os espaços do residencial. Outras entrevistas em específico, com mães solo, não residentes do Aluízio, mas que foram beneficiadas com a moradia, também se deram através de minha prima e amigos em comum.

Nos capítulos a seguir, esta tese de doutorado, discute como a vida dos moradores se entrelaça por esse projeto distópico de moradia, em que a resposta para os desafios e dificuldades postas, acaba sendo a apatia.

Conforme o Oxford English Dictionary, distopia refere-se a uma sociedade imaginária afetada por desigualdade, tristeza e injustiça. O significado da palavra distopia, cuja origem remonta ao final do século XVIII, faz referência ao termo utopia, identificado, por sua vez, como um lugar ou estado onde tudo é maravilhoso e sem defeito.

Conforme Beatriz Dettmann (2021), o termo utopia foi cunhado em meados do século XVI, em obra homônima de Thomas More, e designa uma ilha imaginária onde todos os moradores são felizes e inexistem situações de desigualdades e sofrimento, aparentes. A obra descreve detalhadamente a organização, a configuração social e espacial da ilha como ferramentas elementares à construção de um espaço-tempo onde se atenuam as diferenças entre os sujeitos. A redução de conflitos baseados na discordância entre indivíduos com expectativas diferentes possibilita que o bem comum seja plenamente estabelecido e a felicidade humana alcançada. (Dettmann, p.22, 2021).

As cidades utópicas, pensadas por More, são relativamente semelhantes e as distinções sociais são mínimas. Todos os seus moradores trabalham a mesma quantidade de anos na área agrícola, lugar que oferece tudo o que a cidade necessita. Cumprida essa obrigação, os utopianos retornam às cidades, para as suas moradias semelhantes as dos vizinhos. Os mesmos se mudam a cada dez anos, para não desenvolverem um sentimento relativo à propriedade da terra. Na obra de More, o narrador escolhe uma cidade para descrição aprofundada e garante que todas as demais cidades da ilha estariam sendo representadas no relato, tamanha a sua padronização.

A partir da teoria de More, pode-se dizer que muitas utopias urbanas projetaram cidades

desenhadas para produzir espaços harmônicos, assim: Em resposta ao que alguns chamam de desordem orgânica da cidade industrial do fim do século XVIII, momento em que a utopia se desenvolve como vertente do urbanismo.

Seja no ordenamento das cidades para um indivíduo médio ou para o agrupamento humano como um conjunto, os planos urbanos utópicos constituem-se em modelos de ordenamentos de cidades cuja construções, exemplares e reproduzíveis, são por vezes projetadas sob uma lógica estritamente funcional (CHOAY, 1970, p. 20). Como as cidades da Ilha Utopia, o rígido ordenamento proposto por esses planos urbanos tem por finalidade melhorar o funcionamento da cidade e o bem-estar de seus residentes, assim como a proposta de construção do Conjunto Residencial Aluizio Campos, pretendia, na cidade de Campina Grande, localizada no Brejo da Paraíba.

Nessa perspectiva, ainda no fim do século XVIII, surge um gênero literário que contraria o da utopia e elabora espaços-tempo onde as desigualdades sociais, e problemas de diversas ordens, como conflitos, estigmas e injustiças, são destacados, enfatizando, assim, espaços sociais pessimistas e hostis.

Bettmann (2021), parafraseando Gomes (2012), estabelece que, à medida que o Estado Moderno introduz concepções de liberdade e igualdade entre os sujeitos, a materialização de um espaço público, isonômico, onde se vive a vida pública, torna-se uma condição espacial fundamental para que esses valores sejam concretizados. As distopias, por sua vez, são muitas vezes situadas em espaços-tempo onde a política e a ordem social não caminham com a democracia e com a justiça social.

De acordo com Gomes (2002), a inexistência de espaços públicos pode ser uma característica frequente das cidades distópicas, independentemente da grande variedade de problemáticas incorporadas pelas distopias. Segundo o autor, para além de uma característica do desenho urbano dessas cidades, que dispõem de espaços abertos, a ausência de espaços de debate, nas cidades, onde os ideais dos indivíduos são discutidos e, frente à opinião pública, põe em dúvida a própria condição cidadã de seus habitantes. A ampla participação política dos indivíduos, pautada nos princípios de liberdade e igualdade, na qual está baseada a cidadania moderna depende dos espaços públicos para a sua realização (GOMES, 2002, 2012).

É importante destacar parte do caminho percorrido por este estudo até o presente momento, bem como as necessárias mudanças feitas até aqui. Desde a escrita do projeto para participar da seleção de doutorado, o intuito era discutir a política habitacional através das experiências e narrativas das famílias com crianças portadoras de Microcefalia que foram

beneficiadas com uma moradia do Conjunto Habitacional Aluizio Campos, na cidade de Campina Grande - Paraíba, no âmbito da Faixa um, do “Programa Minha Casa, Minha Vida”. Em março de 2020, quando eu já havia cumprido os créditos das disciplinas, foi declarado pela Organização Mundial de Saúde - OMS, uma Pandemia de Covid-19 no mundo. Desde então, quase todos os países e indivíduos foram impactados de maneiras distintas pela crise sanitária. Com os estudos científicos não foi diferente. E, a minha tese de doutorado, assim como a de diversos pesquisadores do mundo e do Brasil, inclui-se no hall dos estudos que sofreram com esses impactos.

Por se tratar de um estudo de campo com observação direta e entrevistas tive muitas dificuldades de iniciar a pesquisa, inicialmente, pela recomendação dos órgãos de saúde, para ficarmos em quarentena. Em segundo lugar, devido a resistência e negacionismo do governo brasileiro, a vacinação da população foi bastante retardada, então, por se tratar de uma pesquisa que incluía visitas a crianças deficientes e totalmente vulneráveis à contaminação da Covid-19, essa pesquisa de campo foi se tornando cada vez mais difícil de ser realizada. Ir até as casas dessas crianças, em absoluto isolamento, para iniciar a pesquisa, era algo muito distante.

No início de 2022, com a maior parte da população brasileira vacinada e os casos de morte por Covid-19 em queda, tentei reestabelecer contato com as famílias a fim de dar encaminhamento à tese, porém, fui surpreendida pelo aumento de casos de contaminação, principalmente, por conta das variantes do vírus, como a “Ômicron”, por exemplo, que, diferente das situações anteriores, estaria, agora, atingindo de forma mais intensa e severa as crianças.

Ao buscar contato com as famílias, não fui bem recepcionada, algumas mães, se mostrando bem resistentes, afirmaram que não queriam expor os filhos mais uma vez, pois, estavam cansadas de exposição e sensacionalismo midiático desde o nascimento das crianças, entre 2015 e 2016, uma vez que, segundo as mesmas, “nada” foi feito pelo poder público, a não ser promessas que jamais foram realizadas. Sendo assim, com o aumento de casos da Covid-19, não iriam expor às crianças à mídia novamente, nem a qualquer risco de contaminação.

Outras mães procuradas não quiseram contato pelo medo e receio em relação à vacinação, mesmo eu explicando do que se tratava minha pesquisa. Estas mães, não haviam se vacinado, nem vacinado seus filhos com Microcefalia e temiam qualquer contato que, segundo elas, pudessem vir a forçá-las e impor à vacinação de seus filhos, contra suas vontades. Ao conversar com outras mães de crianças com Microcefalia, não residentes no Aluizio Campos, (estas, mais receptivas e dispostas a conversarem) fui informada que algumas famílias estariam

“fugindo” de “desconhecidos”, como elas mesmas colocaram, por conta do medo de serem vacinadas contra a vontade, inclusive, algumas ficaram chateadas com essas outras que tentaram realizar uma ponte entre mim e as residentes do espaço habitacional.

Esse medo e negacionismo evidenciam-se a partir da fala de uma das mães, através do aplicativo “Whatsapp”: “Não quero contato com estudante de universidade, nem com jornalista, nem com a prefeitura! Esse negócio de vacina é pra diminuir a população e meu filho não vai ser furado”. Bloqueando-me da rede social, em seguida. Diante de toda a complexidade e impedimentos para a realização da pesquisa de campo, decidimos, eu e o meu orientador, traçarmos novos caminhos, com novas perspectivas de pesquisa.

Assim, esse estudo de doutorado retoma parte da experiência de pesquisa e construção da dissertação de mestrado, defendida em 2017, na Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, sob o tema “A terra do nunca”: luta por moradia, conflitos e sociabilidades, em um condomínio vertical do Programa Minha Casa, Minha Vida na cidade de Campina Grande-PB”. A referida pesquisa de mestrado direcionou o foco para a discussão do aprofundamento das desigualdades sociais, a partir da realocação de famílias oriundas da “Ocupação do Papelão” e de diversos bairros da cidade de Campina Grande, na Paraíba, para apartamentos da faixa um do “Programa Minha Casa, Minha Vida”, trazendo como pano de fundo as diversas trajetórias dos sujeitos realocados, às sociabilidades, os conflitos e os estigmas produzidos no condomínio vertical.

Para Santos (2017), o Programa “Minha Casa, Minha Vida” (PMCMV) vinha orientando a política habitacional no Brasil desde 2009, quando foi criado com dois propósitos: reduzir o déficit habitacional brasileiro, subsidiando moradias para famílias carentes e facilitando o acesso habitacional para as demais faixas de renda, além de que o PMCMV seria o grande programa do governo Lula, apresentado em um momento de crise econômica mundial que emerge em 2008, a fim de aquecer a economia e gerar empregos no setor da indústria da construção civil.

Desde o início, o programa vinha recebendo diversas críticas e sendo objeto de estudo interdisciplinar. Assim:

“Pode-se sintetizar aqui as críticas a respeito: da similaridade com o Banco Nacional da Habitação (BNH), primeiro grande programa habitacional do país criado em 1964 e extinto em 1985, em sua dinâmica e estrutura; da dimensão dos conjuntos habitacionais provocando impactos na distribuição de equipamentos e serviços coletivos; do papel dos estados, municípios e empreiteiras da construção civil, sendo estas que propõem os projetos e apresentam à Caixa Econômica Federal (CEF) que

libera os recursos, e àqueles apenas se encarregam de organizar as demandas por moradia e arcar com os impactos das grandes construções sobre os equipamentos e serviços; por fim, à localização dos empreendimentos destinados aos pobres, repetindo o modelo clássico do BHN, localizados em áreas desprovidas de equipamentos e serviços básicos, estas mais baratas e mais lucrativas para as construtoras” (SANTOS, 2017, ARAÚJO & CARDOSO, 2013; HIRATA, 2009).

Em 25 de agosto do ano de 2020, o então presidente Jair Bolsonaro, o Ministro do Desenvolvimento Regional Rogério Simonetti Marinho e o Ministro da Economia Paulo Guedes, assinaram a Medida Provisória número 996 que substituiu o “Programa Minha Casa, Minha Vida” pelo “Programa Casa Verde e Amarela”. Para Porangaba (2020), o termo “Habitação de Interesse Social”³ passa por nova reformulação a partir dessa Medida Provisória e, a política de moradia, durante o Governo Bolsonaro, acaba sofrendo diversos ataques, com a diminuição de recursos e investimento em novas obras. Porém, com o retorno do Presidente Lula, o programa volta ao seu nome de origem “Programa Minha Casa, Minha Vida” e recebe mais investimentos para novos financiamentos.

Nas novas regras para 2023, houve um fatiamento das faixas do programa para permitir juros menores para rendas menores. Na Faixa 1, que compreende renda familiar de até R\$ 2.640, quem ganha até R\$ 2.000 teve redução na taxa de 4,25% para 4,0% nas regiões Norte e Nordeste; e de 4,50% para 4,25% no restante do país. Houve também atualização dos valores de subdivisões da Faixa 2 (até R\$ 4.400). Os limites superiores da Faixa 2 e 3 (até R\$ 8.000), por sua vez, foram mantidos.

É importante destacar que o Novo Minha Casa Minha Vida é lançado através da Medida Provisória 1162, de 2023. Vejamos o texto de explicação Ementa:

“A Medida Provisória cuida não só de estabelecer um marco legal de caráter estratégico e abrangente para o atendimento das necessidades habitacionais do país, como cria as condições para viabilizar as operações já contratadas instituindo regras de transição e promovendo alterações pontuais na Lei nº 11.977, de 2009. Além disso, são aprimoradas outras legislações correlatas à implementação da política habitacional como aquelas que tratam dos fundos financiadores - Leis nº 8.677, de 1993, e nº 10.188, de 2001, bem como aquelas que cuidam de modernizar a formalização e o registro dos atos que envolvem o crédito imobiliário - Leis nº 6.015, de 1973, nº 9.514, de 1997, nº 14.063 de 2020, e nº 14.382, de 2022 -, e, por fim, a medida propõe revogar o programa antecessor instituído pela Lei nº 14.118, de 2021, que poucos efeitos promoveu na direção de atender famílias de mais baixa

³ Em relação aos projetos de Habitação de Interesse Social, destinados à população com renda até três salários mínimos, cabe aos municípios e estados, através das Companhias de Habitação Popular, elaborar o Projeto Técnico de Trabalho Social (PTTS), por meio da realização de um trabalho de acompanhamento das famílias, desde a seleção até após a ocupação dos empreendimentos, buscando identificar as demandas sociais da população e a elaboração de ações articuladas com as demais secretarias municipais para promover a adaptação das famílias ao novo local de moradia. (SANTOS, 2017, p. 55)

renda”.(CONGRESSO NACIONAL, 2023).

É importante colocar que outra mudança importante acabou de ocorrer. O Presidente Lula lançou no dia 11 de agosto de 2023, no Theatro Municipal do Rio de Janeiro (RJ), O NOVO PAC. O Programa vai investir R\$ 1,7 trilhão em todos os estados do Brasil. Os investimentos que são previstos com o Novo PAC com recursos do Orçamento Geral da União, (OGU) somam R\$ 371 trilhão em todos os estados do Brasil (CONGRESSO NACIONAL, 2023). Nessa perspectiva:

“O Programa Minha Casa, Minha Vida integra o novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado pelo Governo Federal em 11 de agosto de 2023. O programa faz parte do eixo Cidades Sustentáveis e Resilientes e será responsável por R\$ 345,4 bilhões em investimentos, sendo R\$ 316,7 bilhões até 2026 e R\$ 28,7 bilhões após. Estão contempladas a retomada e conclusão de 182.960 moradias, a contratação de 1 milhão de unidades habitacionais na Faixa 1, 800 mil na Faixa 2 e 200 mil na Faixa 3”.(MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2023).

Além disso, em 28 de setembro de 2023, O Ministério das Cidades publicou no Diário Oficial da União a Portaria MCID nº 1.248, que traz várias novidades para os beneficiários da política de moradia, causando um alvoroço nas redes sociais com a publicação. A saber:

“O Ministério das Cidades publicou, nesta quinta-feira, no Diário Oficial da União a Portaria MCID nº 1.248, que incorpora uma série de novidades do Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV), previstas nas leis nº 11.977, de 2009, e 14.620, de 2023. As medidas beneficiarão milhares de famílias por todo o país. Entre as novas regras, destaque para a dispensa de participação financeira das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família e das que tenham membro contemplado com o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Sendo assim, nas modalidades subsidiadas do MCMV (FAR, FDS e Rural), os beneficiários do Bolsa Família e do BPC serão isentos do pagamento das prestações. “A Portaria também reduz o número de prestações para quitação do contrato de 120 para 60 meses, no caso das unidades contratadas pelo Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU), e reduz a contrapartida de 4% para 1% para aquelas do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR). Outros benefícios, concedidos para os novos contratos a serem assinados nos termos da Lei nº 11.977, de 2009, são a redução dos valores das prestações a serem pagas e a readequação dos limites de renda para fins de enquadramento dos beneficiários. As medidas, além de igualar as condições de pagamento às operações a serem contratadas pelo novo MCMV, favorecendo as famílias, refletem a adequação das contratações à realidade brasileira de 2023. Destaque ainda, para o estabelecimento de condições mais vantajosas para que os Municípios, que tenham interesse, possam quitar os contratos em nome dos beneficiários, como, por exemplo, em casos de desastres naturais”. (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2023).

Assim, com o retorno do Presidente Lula e do Programa Minha Casa Minha Vida, há grandes expectativas em relação a política de moradia no país, principalmente no que refere-se a Faixa 1, destina as famílias com rendas mais baixas.

Os novos caminhos traçados para o desenvolvimento desta tese de doutorado se entrelaçam entre buscar compreender como as diferentes trajetórias, experiências de vida e narrativas sobre suas origens, influenciam nas diferentes formas de interações e sociabilidades dentro do Residencial Aluizio Campos, como também, traz a possibilidade de discutirmos, (através da própria visão e experiência dos beneficiários da política habitacional) como o “ Programa Minha Casa, Minha Vida” na respectiva Faixa 1 do programa, que corresponde a “Habitação de Interesse Social”, materializa o sonho da casa própria e o acesso a uma cidadania plena, para as famílias que buscam a política habitacional.

A motivação que me levou a desenvolver esta pesquisa de doutorado, parte, inclusive, do meu intuito em contribuir com a reflexão crítica sobre o urbano e sobre o direito de acesso a uma cidadania plena, trazendo como pano de fundo às famílias beneficiárias pela política de moradia, isto é, meu intuito é compreender suas trajetórias, suas experiências de vida, suas precariedades habitacionais, para compreendermos a vida cotidiana que emerge no habitacional. A intenção desse estudo é dar voz aos sujeitos beneficiários pela política de moradia, através de seus próprios olhares, sentimentos e narrativas: refletir sobre o urbano através da própria vida cotidiana das pessoas, não apenas em termos de dados quantitativos ou a partir de uma visão exterior.

Minha intenção é discutir, também, as desigualdades que se aprofundam a partir da negação do direito à educação; do desemprego e a falta de suporte à juventude ociosa do habitacional; a não apropriação do espaço social, etc. Para além do aprofundamento das desigualdades sociais, já discutido em outras literaturas, como se estabelecem essas novas experiências urbanas de adaptação, convivência e sociabilidades, no cotidiano de um projeto de moradia que prometia ser utópico, mas, se desdobra em um projeto distópico, subsidiado pelo poder público, através do PMCMV, com descontinuidades administrativas e de manutenção dos gestores das esferas municipal e estadual, motivadas por conflitos e disputas.

Fazendo contraponto com Simmel, Machado Pais (2003), no que tange a produção do espaço, o estabelece como uma forma que se modela de variadas maneiras, mas, que em si mesma essa forma não produz efeito nenhum. Isto é, o que tem importância social não é o espaço em si, “mas, as vivências sociais e experiências de vida que nele decorrem e que o convertem de um vazio em algo com um significado sociológico” (PAIS, 2003, p.21).

A dimensão da trajetória de vida ocorre em espaços sociais carregados de simbologias, como, por exemplo, os identificados nessa pesquisa de campo, realizada no residencial “Aluizio Campos” que, através das próprias narrativas dos moradores, ao se referirem às suas

casas/moradias/bairro, expõem termos dotados de significados, como: “minha casa”; “meu sonho”; “o meu muro” ;“a minha fachada” meu portão de alumínio” “minha reforma”, “minha privacidade”; “meu trabalho”; “minha vida.

CAPÍTULO 1

O PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA, O COMPLEXO MULTIMODAL E O HABITACIONAL: DISPUTAS, CONFLITOS E A AGENDA PRÓ MERCADO

O Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) foi criado em 07 de julho de 2009 através da Lei Federal nº 11.977, no âmbito do Governo Lula e, finalizado em 25 de agosto de 2020, mediante a Medida Provisória (MP) nº 996, pelo Governo Federal, na gestão de Jair Messias Bolsonaro. A abrangência do Programa atingiu tanto as áreas urbanas quanto as rurais. Alinhado ao Programa Nacional de Aceleração do Crescimento, em 11 anos de existência, fomentou transformações econômicas, sociais e espaciais nas cidades onde a política foi inserida. Com o retorno do Presidente Lula, o programa retoma o nome de origem em 2023, e ganha novos recursos e investimentos.

O PMCMV foi dividido em três fases, cada uma delas possuindo metas de moradias a serem alcançadas. As unidades habitacionais apresentavam duas tipologias (moradias horizontais e verticais), podendo ser construídas de forma contígua ou tipo condomínio. O Programa concentrou seus esforços na diminuição do déficit habitacional no Brasil ao passo que estimulou o desenvolvimento econômico a partir do setor da construção civil.

Como citado anteriormente, em 2009, foi instituída a Medida Provisória nº 459/2009, que, posteriormente, se tornou a Lei nº 11.977/2009, implementando o PMCMV. A política foi desenvolvida pelos Ministérios de primeira linha (Casa Civil e da Fazenda) em um cenário econômico de crise mundial, onde a construção de habitações surgiu como uma aposta no potencial econômico do terceiro setor e como um combate ao crescente déficit habitacional do Brasil. (BRASIL, CG, PB)

Fontenele (2019), ao pesquisar o panorama do programa, observou a ausência da participação social na construção do PMCMV. Prática comum no Brasil, mais uma vez, o povo não foi convidado a construir algo que ele mesmo se beneficiaria. Conforme a autora, o Programa foi uma parceria entre os entes federados (União, estados e municípios) e privados (empreiteiras), servindo aos interesses destes, porém, dando ênfase ao mercado. O PMCMV possuiu abrangência nacional e diferentes modalidades de acesso ao financiamento à casa própria, as quais foram conhecidas enquanto modalidade social e modalidade de mercado. Sendo dividido em três fases, indicou a expansão e continuidade dele. Cada uma delas possui faixas de renda a serem atendidas e uma meta de construção de moradias relacionada a cada

fase.

As duas primeiras (Fase I e II) possuíam três faixas de renda (Faixa 1, 2 e 3) as quais se dividiam entre os valores de R\$ 0 a 5.000,00 reais de renda familiar. No ano de 2014 adicionou-se à faixa de renda 1,5 e aumentou-se o valor da renda familiar para até R\$ 7000,00. Em relação às fontes de financiamento para cada faixa de renda, apenas a faixa 1 tinha operações financeiras a fundo perdido. Embora o PMCMV tenha tido o envolvimento dos setores público e privado, era este último que prevalecia durante todo o processo de construção das habitações.

A responsabilidade de promover o empreendimento passou para as empreiteiras, não tendo o setor público a legitimidade para intervir nas propostas apresentadas pela construção civil. Assim, a participação municipal, estadual e do Distrito Federal se reduzia à faixa 1 no apoio relacionado ao cadastramento das famílias, suprimento das necessidades de infraestruturas urbanas e aplicação dos projetos de trabalhos técnicos sociais (PTTS). Entretanto, este trabalho estava comumente delegado aos municípios. Cabe enfatizar que o trabalho social deve ser visto como um forte indutor para a integração da população ao meio que estão inseridos, tendo como objetivo minimizar os eventuais impactos negativos que possam vir a surgir. No PMCMV, o PTTS, além de ter fomentado o trabalho social integrativo, visou contribuir para um enraizamento dos beneficiários no Programa de modo a incitar o sentimento de pertencimento ao território da nova moradia.

O Programa habitacional, esteve em atividade durante 11 anos, sendo encerrado no ano de 2020, mediante a MP nº 996/2020, através do ex Presidente Jair Messias Bolsonaro, retornando, em 2023, ao seu nome de origem, com a chegada de Lula à Presidência. Durante os seus anos de implementação, vários estudos e críticas foram lançados na tentativa de compreender seus esforços, fragilidades, limitações e consequências. As compreensões acerca do PMCMV abarcavam todo o território nacional, indicando as diversas falhas do Programa nas cinco regiões do país, como: mono funcionalidade; distância em relação aos equipamentos públicos; dificuldade de acesso à área de comércio e de serviços; verticalização de áreas periféricas; desconexão com a malha urbana existente; padronização excessiva; baixa qualidade arquitetônica (Vicentim; Kanashiro, 2016). Ademais, soma-se a problemática as escalas dos empreendimentos (Cardoso; Aragão; Araújo, 2011) e as transformações habitacionais simbólicas e/ou como fonte de renda (Fontenele, 2019).

Em minha referida Dissertação de Mestrado, discutimos a realocação de cem famílias da “Ocupação Margarida Maria Alves” (organizada pelo Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas – MLB) e mais cem da “Ocupação do Papelão”, que residiam em barracos no Bairro

do Dinamérica, na cidade de Campina Grande, para o Condomínio Habitacional Major Veneziano, empreendimento do Programa Minha Casa Minha Vida - (PMCMV). Assim como o Aluízio Campos, o “Major” pertencente a Faixa 1, que corresponde à Habitação de Interesse Social⁴, em parceria com a Secretaria de Planejamento da Cidade – SEPLAN. Na pesquisa, observou-se o encontro de duas dinâmicas distintas: as lutas dos movimentos sociais por moradia e a execução de uma ambiciosa política habitacional.

A vida cotidiana no “Major” apresentou grandes estranhamentos, tensões e conflitos nas relações estabelecidas entre os moradores, como a gestão do condomínio; as relações sociais estabelecidas na nova forma de residir, a relação das famílias com o bairro, problemas estruturais dos apartamentos; a prática de “ilegalidades”; as regras do regimento interno; a taxa do condomínio; o uso e venda de drogas; furtos e roubos dentro do empreendimento, e o abandono por parte da política habitacional e dos gestores públicos, pós entrega das habitações, além do retorno de boa parte dos moradores, aos lugares de origem, inclusive, aos barracos da Ocupação do Papelão.

A partir do próprio cotidiano e das narrativas dos entrevistados, sobre o empreendimento do “Major Veneziano”, foi constatado que o poder público poderia ter realizado um trabalho mais efetivo e contínuo dentro do condomínio do PMCMV. Far-se-ia necessário uma pesquisa sobre a estrutura urbana da região, sobre o bairro do residencial, além do diálogo com as próprias famílias durante as seleções, assim: “A falta de um acompanhamento efetivo do poder público e da integração das políticas sociais resulta no desconhecimento da população sobre os mecanismos institucionais e organizativos da esfera estatal” (SANTOS 2017, p. 160).

O contexto das políticas habitacionais no Brasil recebeu e ainda recebe inúmeras críticas. Para Azevedo e Andrade (1982), os principais programas habitacionais tornaram o problema da moradia (uma obrigação do estado e um direito) numa questão de mercado, transferindo para o setor privado o protagonismo na produção das moradias a serem financiadas. Esse modelo acaba tornando as moradias como verdadeiras mercadorias rentáveis aos seus proponentes, atingindo muito mais a classe média e o empresariado da construção civil.

⁴ Santos (2017) destaca que a proposta do Fundo Nacional de Habitação sofreu forte oposição da equipe econômica do governo Lula e só foi aprovado em 2005 e instalado em 2006. A mesma lei que aprovou o fundo instituiu o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, voltado para administrar a política habitacional para a população de baixa renda nos três níveis de governo, com os recursos do Fundo para subsidiar as ações em nível federal, estadual e municipal. Para aderirem ao SNHIS e acessarem o FNHIS os municípios e os estados teriam que construir os Planos Locais de Habitação de Interesse Social, além da criação dos Fundos Municipais de Habitação e do Conselho Gestor com representação da sociedade civil (SANTOS, 2017, p. 52, apud SILVA, p. 46, 2017).

Essa distorção da política pública habitacional demonstra a contradição do objetivo social da política com o modo empresarial de produção da moradia. Na impossibilidade de conciliação, os interesses dos empresários influenciaram (e até certo ponto determinaram) os investimentos públicos para habitação e o público para o qual eles seriam direcionados, em detrimento da função social da política habitacional. (MOTTA, 2014).

1.1 Sobre a questão urbana no estado da Paraíba

A problemática da moradia na sociedade capitalista, geralmente, é tida no imaginário popular, como algo que constitui diversos sentimentos e diversos significados simbólicos, referente ao fato de possuir, ou não, sua casa própria, como: sucesso ou fracasso, felicidade ou frustração, crescimento ou retrocesso, principalmente, frente ao aluguel, ou à moradia de “favor”. Não ter realizado “o sonho da casa própria” faz com que inúmeras famílias brasileiras se sintam frustradas e inseguras; em contrapartida, ter seu próprio lar, apresenta-se enquanto uma grande conquista, uma espécie de realização pessoal que provoca sentimento de felicidade e segurança.

Para Castells (1979), a moradia apresenta características que dizem respeito a sua qualidade, o material de construção, durabilidade, conforto; a sua forma, se é individual, coletiva, como se integra ao conjunto de habitações em um espaço; seu status institucional, se a casa é própria, alugada, cedida, dividida; estas características vão determinar os papéis, os níveis e as filiações simbólicas dos ocupantes.

Assim, é compreendida como uma mercadoria que é produzida e distribuída de acordo com as condições econômicas e sociais dos indivíduos. É o único bem que tem seu preço valorizado ao mesmo tempo em que é consumido, de acordo com as benfeitorias que são realizadas, seja na moradia ou nos investimentos urbanos no local em que está instalada (KOWARICK, 2000, apud SANTOS 2017, p. 39).

No Brasil, o direito à moradia é um direito social (Constituição Federal de 1988, Cap. III, Art. 6), todavia, em um país com tantas desigualdades, esse processo tem se efetivado de maneira excludente e contraditória. O rápido processo de industrialização com a consequente urbanização⁵ causou a “crise urbana” (SILVA 1986), que se materializa no espaço através da

⁵ A questão urbana é um processo caracterizado por elementos materiais e simbólicos diferente dos elementos do campo, decorrente do processo de Industrialização. O processo de urbanização tem se emanado do capitalismo ao longo dos tempos. Este, por sua vez, se junta aos demais atores sociais modeladores do espaço urbano no fomento

constituição de um tecido urbano diverso nas escalas local, regional, intraurbana e em relação à rede urbana.

Conforme Ribeiro, (2022), a crise urbana desse contexto atual, é consequência do conjunto de outras grandes crises: ambiental, sanitária, econômica, social e política, reforçados pelo extrativismo- rentista que marca a produção desigual do espaço nas metrópoles do país. O panorama de crise urbana atinge drasticamente a reprodução de vida dos mais pobres nos seus deslocamentos diários, impacta severamente as relações de trabalho e renda, nos espaços marcados pela ausência do Estado na garantia de direitos, bens e serviços. Assim:

“Na atual fase do capitalismo, a metrópole – outrora lócus da força de trabalho e da reprodução ampliada do capital industrial – se caracteriza pela crise e esgotamento fiscal do Estado nacional, cada vez mais subordinado à lógica da globalização, da neoliberalização e da financeirização. As empresas associadas ao capital privado passam a comandar o processo de urbanização em uma perspectiva rentista”. (MIRANDA E MORAES, p. 2022).

Conforme Miranda e Moraes (2022), em aglomerações urbanas como João Pessoa e Campina Grande, os arranjos estruturais frutos do seu processo histórico de urbanização, incompleto e desigual, vêm deter as reconfigurações das cidades sob a hegemonia do capital financeiro (internacional e nacional) e de suas lógicas. Nessa perspectiva, segundo os autores, à medida que espaços são ativados para favorecer a reprodução do capital, enfatizam-se os processos de despossessão, segregação socioespacial, as violações ao direito à cidade e o não acesso a uma cidadania plena. local e nacional.

Para Ribeiro (2013), a partir de pesquisas realizadas pela “Rede Observatório das Metrópoles”, foi possível discutir transformações na configuração urbana das cidades brasileiras, destacando que o Brasil já vivia, na primeira década deste século, um contexto de transição histórica que se caracterizava pela disputa de um novo marco regulatório. Um arqueamento ultraliberal que já estava em curso no país, acabou, assim, ganhando força através do conservadorismo do Estado, através da última gestão federal, trazendo como consequência restrições a recursos, serviços e oportunidades essenciais para a reprodução individual e social da maioria da população que vivem nas metrópoles. (MIRANDA E MORAES, 2022).

Os estudos já apontam que, esses processos de desigualdade, exclusão, segregação e negação do direito à cidade, se evidenciaram com a Pandemia do Covid19.

ao crescimento e desenvolvimento das cidades. Corrêa (2000) pontua como os outros agentes sociais modeladores do espaço urbano, o Estado; os proprietários dos meios de produção (sobretudo os grandes industriais); os proprietários fundiários; os promotores imobiliários e os grupos sociais excluídos (JACKELINE, Et al. p. 2, 2012).

Salata e Ribeiro (2021) apresentam no Boletim Desigualdades nas Metr6poles que, o percentual de pessoas vivendo em domic6lios com renda per capita do trabalho menor que um quarto do sal6rio m6nimo, atingiu cerca de 30% dos lares brasileiros em 2021 e na Regi6o Metropolitana de Jo6o Pessoa (RMJP) esse n6mero foi superior, cerca de 40%. A extrema pobreza atingiu 142.726 pessoas e alcançou o percentual de 10,7% no mesmo ano na RMJP. (MIRANDA E MORAES, p.23 2022).

Como observado por Miranda e Moraes, outro importante elemento que agrava a situaç6o de desigualdade social e pobreza s6o os n6veis educacionais da populaç6o, tanto na cidade de Jo6o Pessoa quanto na de Campina Grande. Entre a populaç6o menos alfabetizada existe uma forte correlaç6o com a renda inferior a 1 sal6rio m6nimo. Tal fato indica uma reproduç6o do ciclo de formaç6o educacional deficiente quando se compara com os padr6es das regi6es mais desenvolvidas do pa6s. Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra dos Domic6lios Cont6nuo (PNAD, 2019) apontam que 16% das pessoas de 15 anos ou mais eram analfabetas no Estado da Para6ba em 2019, a taxa foi a segunda maior do Brasil. Na Regi6o Metropolitana de Jo6o Pessoa a taxa de analfabetismo foi de 8,9% para a mesma populaç6o (IBGE, 2019). Em Campina Grande, entre aqueles com 25 anos ou mais de idade, 14,6% n6o sabiam ler e escrever (IPEA, PNUD, FJP, 2013).

Conforme a literatura atual, sobre a quest6o urbana, principalmente no Estado da Para6ba, boa parte da populaç6o do estado est6 imersa a situaç6es de pobreza, desigualdades e negaç6o do direito 6o cidade h6 d6cadas.

As cidades se t6m se tornado uma express6o material da desigualdade social, uma representaç6o da luta de classes. Nesse contexto de desigualdade, o Direito 6o Cidade (LEFEBVRE, 1991), compreendido como uma garantia de acesso incorporado a tudo que a vida urbana tenciona, t6o fundamental para a vida e muitas vezes at6 inc6gnito pelas pessoas, 6o comumente posposto pelo estado.

A cidade de Campina Grande⁶, apresenta-se, enquanto o segundo maior munic6pio do Estado da Para6ba e consider6vel centro regional de serviç6s e ind6strias. O munic6pio 6o caracterizado, tamb6m, pela produç6o desigual do espaç6o, manifestada nas conjunç6es prec6rias dos espaç6s autoconstru6dos por parte da populaç6o empobrecida.

⁶ Segundo o IBGE (2018), Campina Grande se configura enquanto capital regional, ocupa importante papel na integraç6o das regi6es do interior do estado da Para6ba, atrav6s de sua rede de serviç6s (educaç6o, sa6de, serviç6s financeiros, etc.), contribuindo a difus6o de zonas de maior complexidade e dinamismo, atraindo fluxos migrat6rios de pessoas e investimentos (MOTA e CAVALCANTI, p. 61, 2020).

As ocupações informais e precárias e o mercado informal foram os principais meios para que esses segmentos, historicamente, tivessem acesso à moradia e a condições fundamentais à reprodução de vida e social na cidade. Como colocado por Anjos e Carvalho (2022), até os anos 1970, as respostas estatais hegemônicas para os assentamentos informais e precários foram a negligência ou as remoções de moradores. Somente nos anos 1980 foram perpetradas políticas para urbanizar tais assentamentos. Desse período até os anos 2000, foram intervenções com variados alcances e impactos, a maioria financiada por programas federais.

No decurso da Pandemia, a pobreza no estado atingiu um nível ainda maior, em relação aos anos anteriores. Os postos de trabalho foram severamente impactados com a Pandemia e a população mais empobrecida, do estado da Paraíba, teve diminuição da renda domiciliar per capita a partir do segundo trimestre de 2020.

O período da pandemia no país atingiu de variadas formas a dinâmica cotidiana de toda a população. Enquanto algumas infraestruturas e serviços tiveram que atender a uma demanda muito maior do que a sua capacidade, outros tiveram seu uso reduzido. Em todas as situações, grandes desafios se colocaram, não só ao Estado, na regulação e adequação desses serviços e infraestruturas, mas, principalmente, à população que teve que se adaptar a um novo modo de vida. Com a chegada do novo coronavírus ao Brasil e a importância de aplicação de medidas de isolamento social, a moradia se tornou o espaço de maior permanência para a população, aquele onde se passou a realizar quase que a totalidade das atividades humanas. (Moraes e Miranda, 2022). No espaço do Aluízio Campos, não foi diferente. Conforme observado nesta pesquisa de doutorado, os moradores entrevistados, relataram que, quase toda a dinâmica cotidiana passou a ser vivida no interior das habitações, incluindo as comemorações e reuniões entre famílias.

Durante a crise sanitária no Brasil, postos de trabalho sofreram expressiva redução, e na maioria das metrópoles do país, a média da renda domiciliar per capita do trabalho diminuiu a partir do segundo trimestre de 2020. Para Salata e Ribeiro (2021), as implicações transitórias suscitadas pelo auxílio emergencial reduziram a taxa de pobreza sem, não obstante, melhorar as conjunturas de qualidade de vida dessa população. Se a efetivação de políticas públicas urbanas efetivas, redistributivas e inclusivas nas cidades brasileiras já era imprescindível, defronte do histórico de desigualdades e injustiças socioespaciais e ambientais, nesse cenário de crise urbana e econômica, se desenha como uma premência ainda mais impostergável.

1.2 O dilema da moradia na cidade de Campina Grande

De acordo com Queiróz (2016), nos anos 50 no Brasil, o processo de industrialização acompanhou o aumento da urbanização no país. Conforme Jackeline Carvalho, Et al. (2012), o termo “urbanização” é controverso e possuidor de conceitos diversos. Segundo a autora, no contexto das ciências sociais, especialmente, o termo tem tido destaque nos debates e discussões. Assim, Carvalho conceitua "urbanização" como a dinâmica organizacional e de configuração do tecido urbano de uma cidade. Nessa perspectiva, o espaço urbanizado de uma cidade, fragmentado e materializado, no decorrer dos tempos é o reflexo do processo de formação e transformação desse mesmo espaço. Práticas essas propiciadas pelo trabalho das diversas classes sociais existentes na sociedade (Carvalho, Et al. p. 2, 2012).

Esse crescimento se deu, principalmente, através do crescimento do êxodo rural, pelo fato de que várias pessoas saíam do campo para a cidade em busca de melhores condições de vida, conforme o molde capitalista, que reproduzia nas cidades brasileiras o modelo das cidades Europeias em busca de atrair investimentos. Assim, Campina Grande sofreu forte influência desse processo, oriundo de sua expansão como cidade. Já nos anos 60, buscando fomentar o seu desenvolvimento através de política federal, voltada para as regiões brasileiras consideradas fragilizadas financeiramente, criaram-se distritos industriais para sediar empresas multinacionais.

A iniciativa não conseguiu garantir o desenvolvimento da atividade industrial, tampouco possibilitou o crescimento econômico desejado. O processo de urbanização de Campina Grande evidencia-se nos anos 60, no momento em que acontece a expansão urbana promovida pela intervenção do estado brasileiro (Ditadura Militar), com a produção de moradias através da construção acentuada de conjuntos habitacionais. Essas novas áreas residenciais não foram edificadas contíguas à malha urbana, produzindo, assim, grandes vazios urbanos, ou seja, as cidades espalhadas, traduzidas por Milton Santos (Maia, 1993, apud, SILVA, 2017, p. 56), ou a descontinuidade territorial, expressa por Sposito (2007). (MAIA 2014, p. 100, apud, SILVA, 2017, p. 56). Maia (2014, p.100, apud, SILVA, 2017, p. 56), destaca que é nesse contexto que ocorre a expansão de Campina Grande na década de 60, tendo essas características intensificadas nas décadas de 70 e 80, data que coincide com a criação do Campus II da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) nesta cidade.

Conforme Silva (2017), esta implementação repercutiu bastante no país, uma vez que a cidade passou a receber um grande contingente de pessoas qualificadas e preparadas para

impulsionar o comércio, a demanda por serviços e o setor imobiliário, assim:

“O crescimento populacional da cidade deve-se, principalmente, à forte migração campo-cidade, impulsionada pelas alterações das relações de trabalho no campo, primeiramente no cultivo da cana-de açúcar, seguido depois por outras lavouras, inclusive, pela pecuária, atividades que resultaram na expulsão do homem do campo. Em 1989, Campina Grande, foi construído o Conjunto Habitacional Álvaro Gaudêncio (político local), posteriormente chamado de Malvinas pela população. Construído pela Companhia Estadual de Habitação Popular da Paraíba (CEHAP), equivalente à COHAB de outros estados, a exemplo de todos os outros conjuntos erguidos no período 1960-1980, foi instalado bem distante do centro e da área efetivamente urbanizada, criando um longo vazio, ou uma grande mancha urbana descontínua, na porção oeste da malha urbana. O Conjunto Malvinas foi o primeiro grande habitacional popular desenvolvido pelo estado em Campina Grande. Hoje, corresponde a um dos grandes bairros da cidade e é composto por habitações que foram sendo construídas no seu entorno, constituindo subdivisões: Dinamérica, Novo Cruzeiro, Conjunto Habitacional Mariz, Conjunto Habitacional Humberto Lucena, Cinza, Conjunto Habitacional Rocha Cavalcanti, Conjunto Habitacional Ana Amélia, Conjunto Habitacional Raimundo Asfora, Conjunto Habitacional Bárbara, Conjunto Habitacional Grande Campina e Conjunto Habitacional Alto das Malvinas, abrigando cerca de 80.000 habitantes”. (MAIA, 2014, p.100, apud, SILVA, 2017, p. 56).

Diante desse contexto, percebemos que a cidade de Campina Grande seguiu um ritmo acelerado de crescimento populacional entre as décadas de 70 e 80, principalmente por conta da migração campo-cidade, bem como da mobilidade da população que veio das cidades hierarquicamente inferiores da rede urbana paraibana. Este processo de crescimento populacional incentivou a formação de favelas e a expansão espraiada das cidades, tendo como consequência uma periferação espacialmente demarcada pela produção de moradias empobrecidas em infraestrutura, como as favelas, além da construção de moradias populares nos espaços considerados afastados e deslocados do tecido urbano ou de áreas efetivamente urbanizadas. (MAIA, 2014, p. 102, apud, SILVA, 2017, p. 57).

“Nessa perspectiva, essa expansão acabou colocando as pessoas mais carentes para lugares mais distantes, o que enfatiza a segregação e a injustiça social, assim como colocou Rodrigues (1989), é exatamente a população de menor poder aquisitivo que vai arcar com custos maiores de transporte. Esse processo, que tanto marcou a urbanização de décadas anteriores, não foi interrompido e permanece, de forma bastante intensa, por meio da construção de novos residenciais, como o próprio Aluízio Campos, do aquecimento do mercado imobiliário que promove a construção de condomínios residenciais fechados em áreas distantes e separadas da cidade (tanto física como socialmente), como também da produção de moradias para a população mais carente e também das que são consideradas de interesse social, ou seja, aquelas construídas para realocar moradores de favelas” (MAIA, 2014, p. 102, apud, SILVA, 2017, p. 57).

Durante o período de 1970 ao início da década de 1980, a Cidade de Campina Grande -

PB apresentou um aumento significativo no número de favelas, passando de três para dezessete. De acordo com Melo, “verificou-se um acelerado processo de favelamento com a consequência de cinco anos de seca na região Nordeste (inclusive, pela intensificação do êxodo rural) e do processo de proletarianização de vastas camadas da população, fruto de grave crise econômica, social e política”. (MELO 1986, p. 31).

Conforme o autor, o crescimento populacional, a pobreza e o êxodo rural trouxeram como consequência o aparecimento de favelas na cidade. “Na atualidade, a situação habitacional em Campina Grande, segundo o IBGE, não difere muito da analisada nos anos 1980. Com o passar dos anos, a condição da moradia ficou ainda mais precária, já que a cidade apresentou, em 2000, o número de 27 aglomerados subnormais” (LIMA, 2010). Segundo o Censo do IBGE de 2010, a Cidade de Campina Grande, com pouco mais de 400 mil habitantes, possui 41 favelas que abrigam aproximadamente 30 mil pessoas. Essas comunidades estão distribuídas em aterros sanitários, ferrovias, rodovias entre outras áreas carentes do município. De acordo com o estudo realizado pela Rede Cidades Médias (Recime). Nesse contexto:

“A estrutura urbana de Campina Grande se divide em centro-periferia, com três zonas (eixos) de alta e média renda, que se irradiam a partir do Centro da cidade, contribuindo para a sua expansão: o primeiro vai da direção leste até o centro e abrange os bairros da Prata e Bela Vista, que possuem uma boa infraestrutura; o segundo rumo em direção à Zona Sul, no bairro do Catolé, onde se constata uma crescente valorização imobiliária que ganhou impulso após a construção do “Partage Shopping”, área tida como estratégica, pois além de ser a entrada para as pessoas que vêm do litoral, possui boa infraestrutura e fica próxima ao centro da cidade; e o terceiro eixo de expansão se localiza mais a noroeste, área que passa por um processo de especulação imobiliária forte, principalmente em relação aos bairros do Alto Branco, Nações e Jardim Tavares. Nessas localidades estão surgindo grandes investimentos, a exemplo dos condomínios fechados horizontais. Isso ocorre porque essas áreas possuem grandes vazios urbanos, mas também por serem via de acesso ao Centro e ponto estratégico de saída para as cidades do Brejo paraibano”. (MAIA et al., 2013, apud QUEIROZ, 2016, p. 47).

De acordo com Queiroz (2016, p. 49), a cidade de Campina Grande, que possui Plano Diretor, realizou uma revisão deste em 2006. Esse documento sugere a criação de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), classificadas em dois grupos: o primeiro relativo a áreas públicas ou particulares, ocupadas por assentamentos carentes de população de baixa renda; e o segundo, a áreas onde não há subutilização ou utilização do solo urbano, nas quais o Estado deve efetivamente atuar para promover a regularização fundiária mediante a construção de equipamentos públicos ou de conjuntos habitacionais para a população de baixa renda. Assim,

“As linhas anteriores revelam como vem se dando a produção da moradia em Campina Grande, cidade que até o final do século XX mantinha forte concentração da ocupação nos bairros próximos ao Centro. Devido aos programas de financiamento, porém, já nos anos 1980 expande-se e constitui área periférica caracterizada pela moradia popular. Nesse mesmo período, a falta de moradia e o problema de acesso à terra tornam-se evidentes, com o surgimento de um maior número de ocupações irregulares. Desde os anos 1990, inicia-se um processo de expansão do tecido urbano, impulsionado pela instalação do Shopping Center na via, que também é a BR-230, a principal artéria de ligação com a capital do Estado. Posteriormente, novos empreendimentos, com outras estruturas, são instalados na cidade: de um lado, visando à remoção de favelas, os conjuntos habitacionais e de outro, os condomínios horizontais e verticais destinados à população de alta e média renda, que vai se afastando do Centro e se dirigindo à área leste”. (Maia (2013, p. 164- 165, apud QUEIROZ, 2016, p. 49).

Diante do exposto, Maia (2013), revela que se produz espaços diferenciados e desigualmente habitados na cidade, isto é, uma cidade periférica. Para o autor, periferias distintas e espaços segregados, apartados por muros ou pela exclusão social que vão determinar a fragmentação da cidade. (SILVA, 2017).

1.3 O Complexo Multimodal e o Conjunto Habitacional: disputas, conflitos e a agenda pró mercado

Nos últimos anos, apesar de assistirmos o fortalecimento da política urbana no país, no que tange à regulamentação do planejamento democrático, ainda nos deparamos com a emergência de agendas empreendedoristas pró mercado, que fomentam projetos de grande impacto urbano e de processos de reestruturação urbana. MIRANDA et al. (2021). Com o Complexo Aluizio Campos não foi diferente. Antes da obra, o empreendimento já era objeto de disputas desta agenda neoliberal de grupos políticos que governaram e governam Campina Grande.

Conforme os estudos de Lívia Miranda (2021), agendas pró mercado, como as envolvidas na implantação do Aluizio Campos, possuem grande importância diante de diferentes hierarquias e articulações locais. Esses atores, vêm ocupando cada vez mais espaço sobre decisões que norteiam o urbano, ao mesmo tempo que se evidencia o arrefecimento dos mecanismos institucionais democráticos de gestões das cidades. Assim:

“ No caso brasileiro, a articulação dos agentes econômicos com o Estado tem se estruturado por meio das elites políticas que vêm mantendo padrões particularistas de governança. Considerando os processos locais e contexto mais amplo de predominância do ideário neoliberal e da financeirização, o capital imobiliário impacta cada vez mais fortemente a produção do espaço urbano, a agenda, o

planejamento e a gestão urbana, impondo reestruturações espaciais. Em Campina Grande (PB), tais tendências estão expressas nas concepções estratégicas de planejamento do desenvolvimento regional e local, a partir do Plano Estratégico de Desenvolvimento Campina Grande 2035”. (PED-CG 2035) (MIRANDA., et al. 2021, Pg, 2).

O Plano Estratégico de Desenvolvimento Campina Grande – PED – CG 2035, foi criado no ano de 2015, sob orientação da empresa nacional Macroplan, responsável por construir planos estratégicos no país. O PED - CG, foi oportunizado através de associação entre a Prefeitura Municipal e a Federação das Indústrias do Estado da Paraíba (FIEP), com colaboração do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) e financiado pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

Cabe destacar que o PED – CG 2035, foi instituído a partir da Lei nº 6.941, como meta obrigatória a ser cumprida pelos atuais e futuros gestores da cidade, porém, a aprovação do PED – CG, se deu sem apreciação do Conselho da cidade, e sem a participação da sociedade. Segundo Livia Miranda, o PED – CG, expressa os interesses de agentes políticos e econômicos que dominam a agenda urbana da cidade e tem como principal projeto o Complexo Multimodal Aluizio Campos.

Conforme Miranda, na produção do espaço urbano e na promoção da agenda urbana de Campina Grande, tem se mantido, ano após ano, os objetivos de grupos políticos, que são liderados por famílias que têm exercido funções de liderança, principalmente, nas esferas Executiva e Legislativa, e que têm atuação de âmbito econômico diversificada; e os interesses de agentes econômicos que integram ou apoiam esses grupos, que atuam, nos setores fundiário-imobiliário, industrial, comercial e de serviços. Nesse contexto:

“Predominam relações particularistas entre esses agentes, que se expressam na apropriação privada, principalmente no âmbito imobiliário, da provisão pública e social de infraestruturas e de serviços públicos. Normalmente, esses agentes conseguem naturalizar e dissimular essa apropriação privada dos investimentos públicos, como algo em benefício de toda a sociedade, em nome do “desenvolvimento”. Como expressões evidentes do desenvolvimento urbano de Campina Grande é possível destacar: a expansão e dispersão urbana a partir, principalmente, de conjuntos habitacionais populares e condomínios fechados voltados a segmentos de média e alta renda; a retenção especulativa de terrenos em áreas infraestruturadas e com ampla oferta de equipamentos e serviços; e a precariedade das condições de habitabilidade, de infraestruturas e serviços nos assentamentos populares”. (MIRANDA, et al. Pg. 4, 2021).

Historicamente, na cidade de Campina Grande, o poder político e econômico gira em torno de algumas poderosas famílias. Para Monteiro (2016), os capitais simbólicos e materiais

são transmitidos de geração a geração, em um acúmulo permanente de poder que tende a se aprofundar nos próximos anos, já que os herdeiros são os que têm e estão ocupado/ocupando as principais instâncias de representação política. Cinco famílias disputam os cargos políticos, são elas: a “família Vital-Rêgo”, a “família Cunha Lima”, a “família Gadelha/Pires”, a “família Feliciano” e a “família Ribeiro”. Com predominância das articulações a partir da família Cunha Lima nas últimas décadas, o que se rebate, também, na agenda e nos processos de desenvolvimento urbano. (MIRANDA, et al. 2021).

Para a autora, a atuação do bloco empresarial se dá por meio de arranjos com o setor público baseados em relações particularistas. Alguns dos empresários que integram as instituições são sócios e/ou familiares de políticos da cidade que, como já demonstrado por Monteiro (2016), dominam a estrutura de poder político e econômico da Paraíba. Outros agentes políticos estão ligados por meio das doações de campanha eleitoral e declarações públicas de apoio a candidatos. Essas conexões podem garantir os objetivos de determinados atores no aproveitamento do complexo e também de outros projetos que fazem parte da agenda urbana de Campina Grande, através de mecanismos como alterações da própria lei (por exemplo, a mudança do perímetro urbano da cidade), a elaboração de planos e projetos, a participação em comitês e conselhos, a viabilização institucional de contratos e empreendimentos e a ocupação de empresários em cargos estratégicos do governo municipal.

Podemos dizer que o PED - CG teve o Complexo Aluizio Campos como “a menina dos seus olhos”, com objeções que pretendiam configurar uma nova centralidade em Campina Grande, promovendo o desenvolvimento local e regional a partir da implantação de um “Sistema polo produtivo, integrado e autossustentável”. O projeto propôs: (i) um complexo industrial; (ii) um complexo logístico (armazenamento, transportes, comércio atacadista e de distribuição); (iii) instituições de P&D e empresas de base tecnológica e serviços avançados; (iv) uma zona residencial; (v) um jardim botânico (MACROPLAN; FIEP; COMITÊ GESTOR DO PED CG 2035, 2017).

O ambicioso projeto do PED - CG, em relação ao Complexo Aluizio Campos, envolvia a constituição de um sistema produtivo local, com seis desafios iniciais, para a área de desenvolvimento econômico, tais quais: adensar a inserção regional de Campina Grande; rodovias, ferrovias, porto, aeroporto, infovias e hub logístico; potencializar a vocação industrial e atrair novas indústrias para a cidade, apoiar o polo tecnológico; acelerar a capacidade de formação e retenção de mão de obra alinhada às potencialidades e às necessidades do mercado; potencializar a vocação da cidade no setor de serviços avançados. (MACROPLAN, FIEP,

COMITÊ GESTOR DO PED CG 2035, 2017).

O Complexo Multimodal Aluízio Campos começou a ser viabilizado em 2013, durante a primeira gestão do prefeito Romero Rodrigues (PSDB). Até aquele momento, o governo do estado era aliado do governo municipal, uma vez que, durante a eleição de 2010, Ricardo Coutinho (PSB) foi eleito governador em uma coligação formada pelo partido do prefeito campinense. Gestores com relevância no cenário político, como Rômulo Gouveia (PSDB) e Cássio Cunha Lima (PSDB), candidatos a vice-governador e senador, também compunham a coalizão.

Todavia, no ano de 2014, com a candidatura de Cássio Cunha Lima (PSDB) e Ricardo Coutinho (PSB) para o governo do estado, a coalizão foi desfeita. Rômulo Gouveia foi reeleito deputado federal pelo PSDB e Ricardo Coutinho (PSB), governador do Estado da Paraíba. Desde a ruptura, os grupos políticos ligados aos governos estadual e municipal têm disputado espaços políticos e, também, ações e obras da agenda de desenvolvimento urbano do município de Campina Grande.

No caso do Complexo Aluízio Campos, além das disputas relacionadas às obras do empreendimento, como aquelas previstas do Plano de Parceria Público-Privada do Governo Estadual e do VLT, aliados da gestão municipal acusam o governo do estado de não contribuir com os projetos do Complexo Aluízio Campos. (MIRANDA et al., 2021). Nesse contexto:

“Em 2 de outubro de 2017, o então senador Cássio Cunha Lima (PSDB) produziu um vídeo cobrando ao governo do estado parcerias para produção dos Colégios de Ensino Médio, base para Polícia Militar, Delegacia e Corpo de Bombeiros. Um dia depois da inauguração do complexo, em 12 de novembro de 2019, o então deputado estadual Tovar Correia Lima (PSDB), em discurso na Assembleia Legislativa da Paraíba (ALPB), prometeu enviar um ofício ao governador João Azevêdo para solicitar a instalação de uma Escola de Ensino Médio e de postos policiais no local. No mesmo mês, em entrevista à rádio Cariri FM, o professor e representante da Associação dos Professores em Licenciatura (APLP), Odenilson Medeiros, questionou a falta de uma escola estadual de ensino médio no conjunto habitacional”. (MIRANDA et al., 2021, p. 18).

Hoje, uma das maiores angústias relatadas pelos moradores do Conjunto Habitacional Aluízio Campos, é a ausência de Escolas Estaduais de Ensino Médio, próximas ao Complexo, que acolha a juventude que conclui o Ensino Fundamental e não consegue se descolar para outros bairros para poder concluir seus estudos, como evidencia-se na fala do morador a seguir: “Esses estaduais que não fizeram é um problema! A maioria dos jovens estão sem estudar e sem trabalhar, passam o dia com a cabeça vazia, na maconha e na prostituição, na vadiagem,

esses salões de festa, mesmo, só servem pra isso” (ROMEU, 2023).

Miranda, et al., (2021), afirma que os principais conflitos que se destacam na agenda urbana da cidade e que vêm impactando o Complexo Aluizio Campos são referentes a grupos políticos que se opõem e que integram os governos municipal e estadual. Na maioria dos casos, se expressaram em reclamações por parte de agentes públicos municipais e de políticos apoiadores sobre o não cumprimento de atribuições e acordos por parte do governo do estado para intervenções na área do saneamento, etc. Na pesquisa de campo, identifiquei que esse não cumprimento das ações repercute entre os moradores e a principal causa de revolta e frustração entre os moradores refere-se a falta de Escolas Estaduais e ao alto índice de desemprego. A autora coloca que conflitos menores ocorreram em relação a posseiros, moradores do entorno do Aluizio e, também, em decorrência de ameaças de ocupações ao residencial. entretanto, não há na cidade, conforme a pesquisadora, movimentos sociais urbanos progressistas estruturados que se contraponham à agenda urbana empresarialista-particularista e ao complexo, (MIRANDA, et al., 2021, p. 22).

Em um relatório divulgado em 2021, Lívia Miranda e outros pesquisadores, trouxeram a problemática do Aluizio, destacando as disputas e interesses que envolviam sua implantação. Para os autores, uma frente tecnocrática composta por instituições de educação de ensino superior, representada pela extinta Escola Técnica Redentorista, a Fundação Parque Tecnológico, o IFPB, a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e a FACISA, foi identificada a partir da análise dos agentes envolvidos nesses projetos, e que poderiam subsidiar ou legitimar propostas e empreendimentos do bloco empresarial. Nessa perspectiva:

“Apesar disso, os interesses de seus representantes são múltiplos, podendo ter papéis diversos e contraditórios, com alguns setores das universidades mais articulados e apoiadores da agenda empreendedorista e outros contestadores, que dão visibilidades aos conflitos e inconsistências. Essas instituições têm representantes que compõem os conselhos e comitês municipais e, em algumas ocasiões, participam efetivamente do processo de promoção, elaboração e execução dos projetos e eventos da agenda urbana. No Complexo Aluizio Campos essa frente é parte da articulação pró-crescimento e está relacionada, mais especificamente, ao projeto da tecnópolis. Esse componente ainda não está sendo implementado. Os empreendimentos da agenda urbana identificados na pesquisa são projetos público - privados que revelam as forças e grupos políticos familiares dominantes e tendências da pauta urbana contemporânea, com a proposição de planos estratégicos e PGIU e de instâncias de governança corporativa restrita, enquanto expressões da agenda urbana empresarialista-particularista”. (MIRANDA, et al., 2021, p. 14).

Assim, de acordo com os autores, no âmbito institucional-legal, as articulações público-

privadas são capazes de promover: (i) rupturas e flexibilizações nas leis; (ii) novas configurações administrativas e decisórias; (iii) distorções nos contratos de parceria público-privada; (iv) e um progressivo redirecionamento das estruturas de planejamento e gestão urbana municipal, como subsidiárias dos interesses dos agentes de mercado. (MIRANDA, et al, 2021, p.14).

Nesse contexto, podemos dizer que o Complexo Aluizio Campos foi elemento de disputas em que se destacam conflitos partidários, principalmente, entre as esferas do governo do estado e da gestão municipal, isto afeta, consideravelmente, em um ideal de regime urbano pró crescimento. No jogo de interesses, existem, ainda, alianças entre atores do mercado e atores políticos, estruturados por meio da atuação de uma elite política local que ditam padrões particularistas de associação.

De acordo com Miranda (2021) através da atuação do setor público que as contradições acabam ficando mais visíveis. Mesmo com a articulação público-privada pelo complexo não ser contestada no campo político, as intensas disputas político-eleitorais e articulações dos diversos grupos políticos que vêm se sucedendo no âmbito do poder local tendem a dificultar a execução de alguns projetos. Questão evidenciadas nos conflitos entre agentes do governo do estado e da PMCG, em torno da implantação de equipamentos e infraestruturas do projeto, como nos casos do VLT, do sistema de abastecimento de água e da escola estadual do Complexo Aluizio Campos (MIRANDA, et al., 2021, p. 16)

No meio de toda essa disputa de interesses, encontra-se o Conjunto Habitacional Aluizio Campos que enfrenta toda uma complexidade que permeia às promessas de tudo o que não foi cumprido e que reverbera em frustrações para os moradores, como a do desemprego, a da distância do empreendimento residencial até outros equipamentos e bairros da cidade, a ausência de escolas estaduais, etc. Além de toda a problemática, observa-se a falta de movimentos sociais urbanos, atuando no Aluizio, engajados e articulados que venham a fazer uma frente de luta, que busquem e cobrem melhorias para o Complexo Aluizio Campos e para o residencial. Somando tudo isso, percebe-se tamanha é a complexidade e desafios dos moradores do Aluizio, que residem e resistem em um espaço que foi e é objeto de conflitos, disputas e interesses entre agentes públicos e privados.

No que tange o projeto de construção do Conjunto Habitacional Aluizio Campos, cabe destacar que foi idealizado, no âmbito do governo da Presidenta Dilma Rousseff, porém, teve continuidade no governo do Presidente Michel Temer e, posteriormente, foi finalizado no do ex Presidente Jair Messias Bolsonaro. Foi também proposto pela FIEP e pela Prefeitura

Municipal de Campina Grande sob a segunda gestão do prefeito Romero Rodrigues do PSDB. “A possibilidade de construção do espaço residencial seria uma oportunidade de desenvolvimento regional de longo prazo, constituindo um sistema-polo estratégico, “sinérgico, sustentável e integrado” (MIRANDA et al., 2019).

A ideia era conectar emprego e moradia e possibilitar desenvolvimento econômico para a cidade, aproveitando o seu potencial logístico composto pelos seguintes componentes: um complexo industrial; um complexo logístico (armazenamento, transportes, comércio atacadista e distribuição); um complexo residencial; um Jardim Botânico; e uma Tecnópolis (área para instalação de instituições de pesquisa e inovação, ensino e extensão e de empresas produtoras de tecnologia) (CAMPINA GRANDE, 2017). Neste sentido:

“A ideia de implantação do complexo na porção sudeste do município foi orientada por vantagens locais: (i) a disponibilidade e facilidade de aquisição de terras (aproximadamente 800 hectares) na franja urbana do município ; (ii) uma região de confluência entre as rodovias BR -104 e BR-230, a linha férrea, e o aeroporto Presidente João Suassuna; (iii) a proximidade com os distritos industriais existentes. Com essas condições seria possível potencializar a implantação de indústrias leves e de base tecnológica e operadores logísticos do Nordeste brasileiro, as conexões e os fluxos de bens, serviços e pessoas, prevendo uma aproximação com os estados da Paraíba, Rio Grande do Norte, Alagoas, Pernambuco e Ceará”. (MIRANDA et al., 2021).

Não podemos deixar de mencionar um fato importante: o perímetro urbano da cidade de Campina Grande foi modificado em virtude da construção do Complexo Aluizio Campos. Conforme Miranda (2021), os primeiros passos de implantação do Complexo, em meados de 2013 e 2014, aconteceram com os processos de desapropriação, alienação e regularização de terrenos. Além das desapropriações, o perímetro urbano do município foi ampliado através do Decreto nº 4.088/2014, para viabilizar a implantação do Conjunto Habitacional Aluizio Campos, com recursos do Programa Federal Minha Casa, Minha Vida (PMCMV).

Para viabilizar o conjunto habitacional, boa parte dos terrenos que estava sendo desapropriada desde abril de 2013 (Decretos nº 3.599/13, 4.047/13, 4.078/14) foram alienados ao Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), por meio da Lei 5.590/14 e do Decreto 4.089/14, respectivamente.

Conforme já foi citado, ao falar em Complexo Multimodal, trata-se de uma espécie de “novo bairro”, propondo um modelo inédito de cidade planejada, com todos os seus setores e espaços idealizados, conforme pode ser observado na Figura 3.

Figura 3: Áreas funcionais do Complexo Aluízio Campos.



Fonte: Documento de Apresentação do Complexo Multimodal Aluízio Campos - Prefeitura Municipal de Campina Grande, 2016.

Desde o início da obra, em Campina Grande, que o Complexo vem sendo amplamente divulgado na mídia, com destaque para o Habitacional Aluízio Campos. As divulgações sempre destacaram o Complexo como futuro potencial gerador de empregos, renda e, também, lucro, a partir de investimentos dos setores secundários e terciários (indústrias, comércios, tecnológicos e de serviços urbanos privados) que poderão se instalar no Complexo.

A ideia do “fantasmagórico”, do irreal, do que não se realiza, é abordada em praticamente toda esta tese de doutorado, principalmente, ao dicorrer sobre o termo conceitual de “urbanismo fantasmagórico”, para explicar o universo cotidiano⁷ que se estabelece no espaço residencial e social do Aluízio Campos. Como já mencionado aqui, geralmente, o cinema internacional, especializado em filmes de suspense e terror, utiliza, em suas cenas que envolvem mistérios e dramas, “cidades fantasmas” (vazias, abandonadas), como pano de fundo para discorrer sobre tramas e histórias.

⁷ O cotidiano não é um espaço-tempo abandonado; já não é o campo deixado à liberdade e à razão ou à iniciativa individuais; já não é o âmbito da condição humana em que se enfrentam a sua miséria e a sua grandeza; já não é somente um „setor“ e a exploração racional já inventou outras formas mais sutis. O cotidiano converte-se num objeto a que se dedicam grandes cuidados: campo de organização, espaço-tempo de auto-regulação voluntária e planificada. Bem organizado, o cotidiano tende a constituir-se num sistema fechado sobre si mesmo (produção-consumo-produção) [...] Neste sentido, a cotidianidade seria o principal produto da sociedade que se diz organizada, ou de consumo dirigido, assim como o seu cenário. (LEFEBVRE 1986, apud PAIS, 2003, p.21-22)

Nessa perspectiva, apresentarei, a seguir, algumas importantes cenas, porém, cenas não fictícias, como acontece no cinema e nas artes, mas, cenas da vida real, da vida cotidiana que, nos ajudarão a entender, toda a complexidade que envolve o conjunto habitacional. Antes de apresentar as cenas, guardemos na memória o “spoiler” dado até aqui. Mas, antes de mais nada, vamos entender sobre o termo. “Spoiler” tem origem inglesa, no verbo spoil e significa estragar. É um termo geralmente utilizado entre o público de filmes, séries, documentários, e das artes em geral, para denotar a revelação de um conteúdo que foi antecipado. Neste contexto, o “spoiler” dado é que o Complexo Multimodal e o conjunto residencial foram alvos de disputas, conflitos e interesses pelas esferas municipal e estadual; e isso reverberou nas discontinuidades administrativas e de manutenção no habitacional. Isso nos ajudará a entender toda a trama desta tese. Guardemos isto na memória e vamos às cenas!

Primeira cena: todo o marketing envolvido em volta do complexo e do residencial; todas às promessas dos agentes públicos, e a ideia de grandiosidade: “Obra do Aluízio Campos, maior conjunto habitacional do PMCMV, avança até dezembro”. Este, foi o título de uma reportagem da CNC – Central de Notícias da Construção, publicada em 2017, após uma visita do então presidente da República Michel Temer, ao Residencial. Na reportagem, foi destacado a importância da obra, os investimentos e as expectativas para a entrega da maior obra habitacional da Faixa 1 do país, como eles sempre reforçavam:

“O complexo Aluízio Campos é o maior conjunto habitacional do Minha Casa Minha Vida em construção no Brasil. O empreendimento foi contratado em setembro de 2014, no âmbito do PMCMV - Programa Nacional de Habitação Urbana, com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) - para famílias com renda mensal de até R\$ 1.800,00 (Faixa 1). Houve aporte de recursos do poder público no valor de R\$ 1,70 milhão”. (CNC, 2017).

O Ministro das Cidades, Bruno Araújo (2017), que acompanhava Michel Temer, na ocasião, fez relação da obra do habitacional a obra da transposição do Rio São Francisco, que acabara de ter o trecho, localizado em Monteiro, também na Paraíba, entregue à população. Segundo o Ministro das Cidades, as duas ações permitiriam melhores condições de vida ao povo paraibano.

Na imagem a seguir, uma placa, durante a construção do habitacional, informando que trata-se da maior obra em curso no Brasil:

Figura 4: Marketing da obra.



Fonte: Mota e Cavalcanti (2020).

Conforme Miranda (2021), pela perspectiva política-simbólica, os projetos-modelos são apresentados como capazes de catalisar e realizar o desenvolvimento da cidade, a sua inserção global e o seu “renascimento”. Através da busca de diferenciais frente às crises econômica, política e social, o marketing territorial promove a agregação das novas tendências de planejamento e gestão urbanos de cunho empresarialista com a retomada de percepções e concepções históricas atrelados a possíveis vocações intrínsecas que dão novos significados a velhas e novas representações de cidade a partir das propostas e das intervenções urbanas. Segundo a autora, esse plano discursivo, para o caso da agenda urbana, está demonstrado nos supostos empreendedoristas e inovadores do município: “cidade sustentável”, “cidade empreendedora”, “cidade dinâmica”, “cidade do futuro”, “20 anos à frente”, “cidade polo tecnológico-educacional”, “cidade acessível, moderna e sustentável”. Assim, o Conjunto Aluízio Campos é colocado como “o maior conjunto habitacional do país” na busca de demonstração de eficácia e poder de realização do governo municipal. (MIRANDA, et al., 2021).

O “Complexo Multimodal Aluízio Campos, que corresponde ao empreendimento no aspecto mais geral, que vai além das moradias, faz parte, conforme todas as divulgações do Estado, (esfera Municipal atrelada à Federal) de um grande projeto de expansão do tecido urbano na cidade, sendo, portanto, o ápice da fronteira de expansão e desenvolvimento do município de Campina Grande, se estabelecendo, assim, uma espécie de “nova cidade”, dentro

da cidade já constituída. Conforme Mota e Cavalcanti, (2021) em 2018, o Coordenador da Secretaria de Desenvolvimento da Prefeitura de Campina Grande, ao ser perguntado sobre o complexo e sobre o residencial, deu o seguinte relato:

“Todas as casas possuem um equipamento de captação de energia solar. O conjunto todo irá possuir escola, creche, posto de saúde, praça, colégio, posto policial, ou seja, todos os equipamentos públicos necessários. A Caixa Econômica Federal só vai liberar o acesso das pessoas quando todos esses equipamentos estiverem concluídos. Isso é diferente dos outros conjuntos, que só se pensou na própria habitação. Dentro do plano de mobilidade urbana, está sendo realizado também um estudo para observar quais as linhas de ônibus que atenderão aquele conjunto. Há, atualmente, a linha 944 que passa na frente do Complexo e retorna, porém, isso é pouco. É necessário ter uma linha própria que entre naquele espaço, pois futuramente residirão ali cerca de 25 mil pessoas. Quando estiver sendo implantada a área empresarial, aí sim que vai precisar mesmo ter os equipamentos necessários para a mobilidade”. (Coordenador da Secretaria de Desenvolvimento, maio de 2018, apud, MOTA E CAVALCANTI, 2021, p. 76).

Conforme Mota e Cavalcanti, segundo os relatos do Coordenador de Planejamento do Município, em entrevista realizada em 2018 para seu artigo, relatou que o investimento inicial do Complexo Multimodal, foi estimado em R\$ 500 milhões do setor público e R\$ 440 milhões do privado, com proposta de que quase 150 empresas tinham interesse em se instalar no local. Segundo os autores, o Coordenador de Desenvolvimento do município reforçava muito a questão da mão de obra e a geração de emprego no residencial:

“Observe a situação: empresas funcionando e, de um lado, um conjunto habitacional de 30 mil habitantes, que já nasce maior do que 182 municípios da Paraíba. Essas empresas, bem ou mal, vão fornecer 2 mil ou 3 mil empregos de início. Nós estamos querendo que as próprias pessoas que morem no conjunto se habilitem às vagas para trabalhar por lá mesmo, uma vez que não precisarão de transporte para se deslocar. No máximo, irão precisar de uma linha circular interna de ônibus. A grande vantagem será essa possibilidade de ter, paralelo à parte habitacional, que é o que já está pronto, um setor empresarial gerando emprego e renda à população”. (Secretário de Planejamento, junho de 2018, MOTA E CAVALCANTI, 2020, p. 78).

Mais falas do Secretário, conforme Mota e Cavalcanti:

“Uma vez tendo um perfil do trabalhador, as empresas que irão se instalar naquele espaço, elas talvez terão conhecimento sobre quem são essas pessoas que podem ser seus futuros empregados. E mais do que isso, elas estarão contando uma série de intervenções de órgãos públicos. A Prefeitura, o SESI, o SENAI e o SEBRAE, vão poder fazer programas de capacitação. Até porque cada pessoa tem uma casa com uma área para expansão. Então imagine que, no futuro, uma pessoa seja capacitada. Ela poderia aproveitar sua área de expansão para colocar uma pequena empresa, já começando a desenvolver uma atividade própria de comércio. [...] Por exemplo, descobrindo que ali existem 500 pedreiros, 200 costureiras, 100 carpinteiros.

Entende? A gente tem área aqui para esse próprio pessoal começar a trabalhar de forma conjunta. Imagine que eu descubra que tem umas 400 pessoas que trabalham com madeira, 200 com ferro, a gente já pode juntar essas pessoas. O SENAI e o SEBRAE dão treinamentos para que eles possam a trabalhar”. (Secretário de Planejamento, junho de 2018, apud, MOTA E CAVALCANTI, 2020, p. 79).

De acordo com os pesquisadores, o diagrama seguinte apresenta as vantagens que às empresas dispostas a investirem no complexo conseguiriam, (segundo a Prefeitura Municipal de Campina Grande), caso participassem dos acordos e parcerias com os agentes públicos locais, evidenciando, o acesso facilitado à mão de obra, tendo em vista, a quantidade de moradores que se mudariam para o conjunto residencial que compõe o complexo.

Figura 5: Vantagens para investir no Complexo Multimodal.



Fonte: PMCG, 2016, apud MOTA E CAVALCANTI, 2020, p. 74.

No que se refere ao investimento do Conjunto Habitacional, de acordo com Mota e Cavalcanti, (2020), (segundo às próprias informações dos gestores da Prefeitura de Campina Grande), foi estimado em R\$ 300 milhões, oriundos do Programa Minha Casa Minha Vida, com a contrapartida de R\$ 30 milhões por parte da PMCG. Conforme a SEPLAN, Secretaria de Planejamento, Gestão e Transparência do Município, e reportagem direcionada ao CMAC feita pela Revista Prisma (2017, ed. 63, apud, MOTA e CAVALCANTI, 2020, p. 64.), o projeto foi concebido e estruturado pela empresa Progescon (Projeto, Gestão e Consultoria em Engenharia LTDA) e erigido pela Construtora Rocha Cavalcanti, empresa campinense, com várias parcerias com a Prefeitura de Campina Grande, inclusive, a mesma responsável pela construção do Conjunto Residencial Major Veneziano, habitacional, objeto de estudo de minha dissertação de mestrado.

A obra iniciou em 2014, após a aquisição do terreno, encerrando as atividades principais no final de 2017. O terreno destinado para o conjunto residencial possui 117 hectares (1.170.000 m²) obteve 200.285,94 m² de total área construída. Nesse contexto, foram destinadas 4.100 unidades residenciais, sendo, respectivamente, 3.012 casas e 1.088 apartamentos.

Para a escolha dos beneficiários pela política de moradia, foi realizado um sorteio, em 31 de janeiro de 2018, por meio do qual, algumas etapas da Prefeitura Municipal precisaram ser cumpridas, e alguns critérios antigos, a saber: as famílias com interesse em participar dos sorteios dos imóveis do Aluízio Campos, teriam que obedecer, pelo menos, a um dos seguintes critérios condicionais: a) moradores de área de risco; b) possuidores de medida protetiva; c) mulheres responsáveis por suas famílias; d) PCD (pessoas com deficiência); e) portadores de doença crônica; e f) conjunção familiar monoparental” (SEPLAN, 2018, apud, MOTA E CAVALCANTI, 2020, p. 65).

Na imagem a seguir, informações sobre o sorteio, e mais uma vez, a narrativa do “maior habitacional em construção do Brasil”.

Figura 6: Cartaz informando sobre os sorteio das unidades habitacionais.



Fonte: Instagram da Seplan, 2022.

É importante destacar, que Campina Grande, assim como outras cidades do país, apresentou um acelerado inchaço urbano e populacional nos últimos anos. Esse crescimento, se deu, principalmente, devido a um conjunto de situações históricas que contribuíram com sua expansão, dentre as quais, destaca-se o forte aporte comercial, industrial, educacional, etc.

Não pode ser deixado de mencionar, também, o processo de fundação da cidade, com a chegada dos primeiros habitantes que, entre outras coisas, destaca-se, pela sua localização estratégica que acaba propiciando o comércio de produtos entre várias pessoas que saiam de outros municípios e aqui se encontravam.

O reforço da narrativa que estabelece o “Conjunto Habitacional Aluizio Campos”, como o maior do Brasil, nos remete a outras reflexões no que tange um dos “mitos” construídos em torno de Campina Grande, o do “Campinismo” conceito criado pelo historiador e professor da cidade, Bruno Gaudêncio. Segundo Gaudêncio, este conceito seria algo recente, datado dos anos de 1940 e 1950, apresentando-se como uma espécie de identidade local daquele que nasceu na cidade, ou, foi “adotado” por ela. O Campinismo seria uma espécie de autoestima elevada e um valor de pertencimento à cidade. Neste aspecto:

“Com o Campinismo, Campina Grande se torna a cidade da grandeza, “um certo bairrismo e até uma certa megalomania”. Alguns mitos, portanto, passam a ser construídos, como a cidade do trabalho, a cidade da inovação, a cidade da tecnologia e até a cidade dos forasteiros, porque quando Campina se desenvolveu muito economicamente, muitas pessoas vieram do interior do Brasil habitar em Campina Grande” (Bruno Gaudêncio, 2018).

Essa autoestima elevada, segundo o historiador, significa uma característica de cidade interiorana, que acaba disputando economicamente e, em algum momento do seu desenvolvimento, se sobressai em relação a outras cidades próximas e que tiverem ascensão econômica a ponto de ser a cidade mais importante do estado, em detrimento de capitais.

Neste sentido, juntando-se ao “Maior São João do Mundo”, título atribuído à festa junina campinense, ao Clássico dos Maiorais, termo usado para referenciar o encontro dos maiores times de futebol da cidade “Treze e Campinense”, o Habitacional Aluizio Campos, a partir das narrativas criadas pelo Estado e repercutidas pela mídia e pela cidade como um todo, se constrói, como a “maior obra” no que tange à política habitacional do país, e surge, também, no imaginário da população campinense, como espaço simbólico que se remete a grandeza e superioridade, em relação a outros bairros e espaços de moradia, com grandes expectativas entre a população, durante à obra e até o sorteio das unidades.

O Complexo Multimodal Aluizio Campos, onde localiza-se o Residencial, foi, em seu projeto piloto, sobretudo, pensado e produzido, com diversos espaços destinados a funcionalidades distintas e especializadas. Além do residencial habitacional, existiriam áreas destinadas à implantação de condomínios residenciais privados, como também residenciais do

próprio “PMCMV”, correspondentes a outras Faixas, como, por exemplo, o condomínio vertical “Campina Residence”, destinado às famílias com uma renda maior do que aqueles que buscam a Faixa 1. Espaços logísticos, área industrial e de serviços, áreas de uso misto, áreas verdes, e demais equipamentos urbanos, também faziam parte do projeto do “novo bairro”. A imagem a seguir, refere-se ao Residencial Campina Residence, que faz parte do Complexo Multimodal e da respectiva Faixa 2 do PMCMV.

Figura 7: Campina Residence - Habitacional - Faixa 2 (PMCMV).



Fonte: acervo pessoal da autora (julho - 2023)

A seguir, imagem que representa a divisão entre o Aluízio Campos, correspondente à Faixa 1, à esquerda, e o conjunto habitacional da Faixa 2, do PMCMV, à direita, o Campina Residence.

Figura 8: Aluízio Campos e Campina Residence



Fonte: acervo pessoal da autora (julho - 2023)

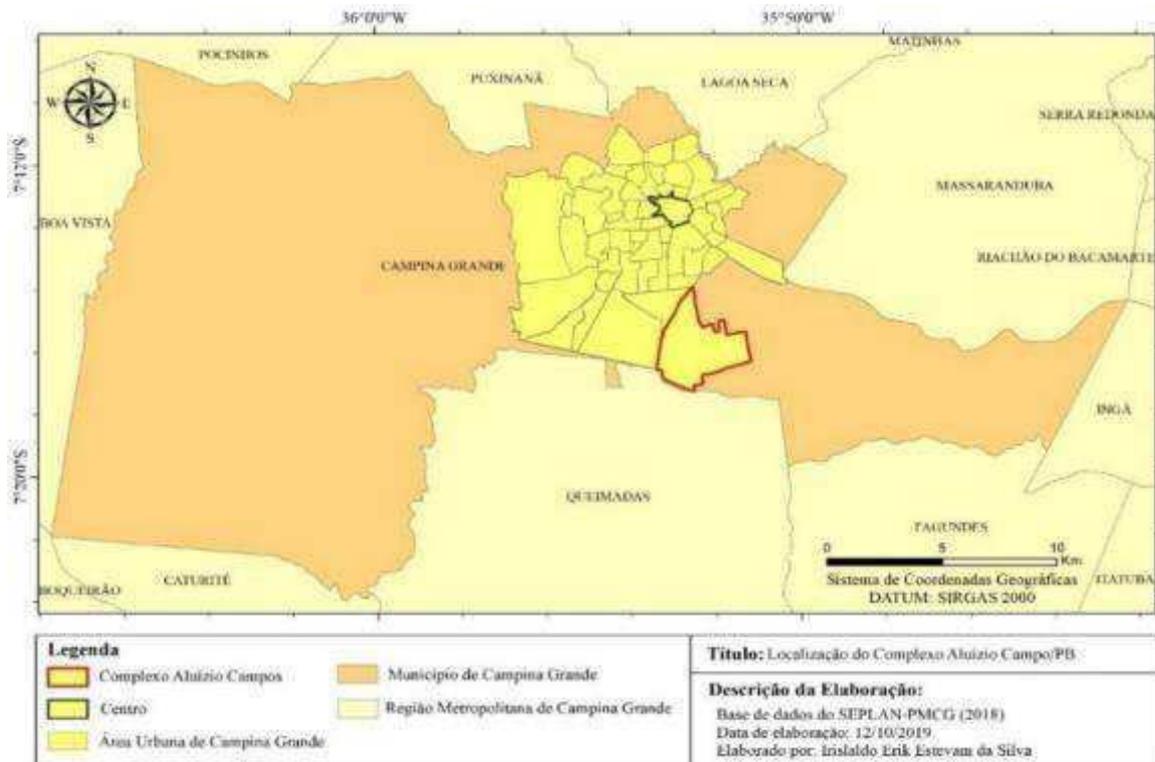
Sobre o perfil das famílias inscritas na Secretaria de Planejamento de Campina Grande, SEPLAN - CG, a fim de serem contempladas com a concessão de um imóvel, no residencial, a dinâmica de escolha e sorteio seguiu a regra da política do PMCMV nacional da Faixa 1: famílias com a renda de até R\$ 1.600,00 (naquele momento no sorteio, em 31 de 2018, respectivamente). E, sobre os equipamentos urbanos: “ Segundo dados coletados junto a autoridades municipais, o projeto previa, pela Prefeitura Municipal de Campina Grande, a construção de dez praças, três creches, três escolas e duas Unidades Básicas de Saúde, sendo uma como Centro de Referência em Assistência Social” (CRAS, apud MOTA E CAVALCANTI, 2020, p. 63).

Para Irislaldo Silva (2022), 15.226 (quinze mil duzentas e vinte e seis) famílias foram inscritas no processo, tendo como renda média o valor de: R\$ 754,00 (setecentos e cinquenta e quatro reais), o que representa menos de um salário mínimo que, no ano de 2019, era R\$ 998,00 (novecentos e noventa e oito reais). Tomando por base a média de 4 pessoas por família, temos uma renda de R\$ 194,00 (cento e noventa e quatro reais) per capita, isto significa que os critérios econômicos do programa, estavam correspondentes.

Conforme Miranda et., al. (2019), o Complexo Aluizio Campos está assentado em terras da Fazenda Ligeiro (1913), de propriedade de Affonso Rodrigues de Sousa Campos, na zona sudeste do município, às margens da rodovia BR 104. Aluizio Afonso Campos, herdeiro, era Jurista e Político pelo Partido Progressista (PP) (1934) e posteriormente pela Arena (1964) e PMDB.

A sua história de vida permite identificar uma participação ativa nos rumos das políticas nacionais e conseqüentemente a sua influência em âmbito local. Participou da criação do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste; criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene); Diretoria do Banco do Nordeste (BNB); e, e um dos autores do preâmbulo da Constituição Federal de 1988. Ainda, chefe do departamento jurídico do então Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), advogado da consultoria jurídica do Banco do Brasil e membro da Comissão Nacional de Reforma Agrária. Sem Herdeiros deixou seu patrimônio para a Fundação Universitária de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão (FURNE) (MIRANDA et al., 2019). A seguir, temos a ilustração (Figura 9) do mapa que apresenta a localização do residencial.

Figura 9: Localização do Complexo Aluizio Campos.



Fonte: Elaborado por Silva (2019).

De acordo com Silva (2020) o Estado, agindo através dos marcos legais estruturou a política habitacional no país e também na cidade de Campina Grande, nos últimos anos, o que favoreceu a construção do Aluizio Campos. Para o autor, dentre estes marcos na cidade, podemos citar: o Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS) em 2007, o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS) e da Política Municipal de Habitação, (PMH) instituída pela Lei nº 088/2009, que atua por meio de órgãos como a Secretaria Municipal de Planejamento (SEPLAN) a Companhia Estadual de Habitação Popular (CEHAP) e o “Programa Minha Casa Minha Vida” (PMCMV).

Para Silva, a localização do Complexo, dentro do município, fortalece a narrativa para sua implantação e justifica o empreendimento como sendo um fator determinante para uma nova fronteira de expansão e “desenvolvimento” da cidade. O documento que trata do Projeto intitulado “Campina Grande 2035: visão de futuro”, ainda ressalta que:

“O Complexo Aluizio Campos se beneficia da localização estratégica e do potencial da própria cidade de Campina Grande, de modo a se estabelecer, de imediato, como um empreendimento com grande potencial de impacto para todo o compartimento da Borborema. No entanto, apesar de sua localização privilegiada, sua capacidade de

expandir esta área de influência, alcançando e se integrando a novos mercados dependerá da efetivação das melhorias projetadas para a infraestrutura de comunicação do Aluízio Campos” (CAMPINA GRANDE 2035: VISÃO DE FUTURO, 2017, p. 10).

A citação do documento formulado pela FIEP, diz respeito a um potencial desenvolvimento do Compartimento ou Planalto da Borborema que corresponde à região onde se localiza o Município de Campina Grande e os demais Municípios que fazem parte da sua região metropolitana (SILVA, 2020, p. 30).

CAPITULO 2

“URBANISMO FANTASMAGÓRICO” E VIDA COTIDIANA NO CONJUNTO HABITACIONAL ALUÍZIO CAMPOS

A segunda cena aborda a problemática do "urbanismo fantasmagórico", termo conceitual que será discutido pela primeira vez, nesta tese de doutorado. Aqui, descrevo inserção no campo de pesquisa.

Com a baixa nos casos de Covid-19, em virtude, primeiramente, da vacinação da população brasileira, e após traçar os novos parâmetros de pesquisa, entendi que era hora de iniciar os estudos de campo para o desenvolvimento dessa tese de doutorado.

Em minha primeira entrada no campo de pesquisa, fui acompanhada por um familiar que trabalha como mototaxista e, já havia namorado com uma moça que reside no Aluízio e, por este motivo, conhecia ali como ninguém. Era janeiro de 2022, uma manhã de segunda feira, um pouco nublada, exatamente após uma semana em que se comemorou o réveillon, com a chegada de um ano que prometia ser “diferente”. Diferente no sentido de ver à vida voltando ao “normal”, após tantas perdas na pandemia. Era esse o desejo dos brasileiros e brasileiras. Após rodarmos durante alguns minutos, enquanto ele apontava e me mostrava partes do complexo, pedi que ele parasse em um lugar aleatório para eu descer. Ele ficou preocupado, não entendeu muito e repetiu umas três vezes que ligasse para ele que iria me pegar, caso acontecesse algo. Deve ter me achado maluca! Não se via ninguém pelas ruas. Eu disse que não se preocupasse, e segui. Segui observando, fotografando, comparando com minha experiência de pesquisa anterior.

Eu havia agendado uma visita na casa de Silvana que, até então, seria minha primeira entrevistada⁸. Consegui seu contato nas redes sociais, através de conhecidos em comum. Após todas as mudanças na minha pesquisa e de todas as dificuldades em decorrência da pandemia, eu precisava estabelecer contatos com moradores que aceitassem participar da pesquisa de forma efetiva, afinal, muita coisa havia “parado” com a crise sanitária, menos, o tempo! Este, corria, na “velocidade da luz”.

Ao chegar no Aluízio Campos, a primeira impressão foi de surpresa, por ver aquele

¹ Para garantir o anonimato, os nomes dos referidos entrevistados citados nesta pesquisa correspondem a nomes fictícios.

“vazio”. Quase não havia pessoas pelas ruas e aquilo me trouxe à memória tudo que vivi durante minha pesquisa para a dissertação de mestrado, em outro residencial da cidade, “o Major Veneziano”. Lá, no “Major”, as pessoas queriam falar o tempo todo. Desde o primeiro dia de minha pesquisa anterior, observei o quanto as pessoas queriam fazer seus relatos, elas tinham necessidade de serem vistas e ouvidas, como um verdadeiro clamor e um pedido de socorro. Então, rememorando minha experiência da pesquisa anterior, circulei um pouco pelo residencial a fim de obter alguns “insights”, antes de encontrar com a moradora que havia agendado, através das redes sociais.

Ao iniciar a pesquisa, tudo parecia diferente; diante do que já havia pesquisado. Era algo surpreendentemente novo! Machado Pais (1986), ao estudar a sociologia da vida cotidiana, coloca que a realidade não pode ser comparada a um oceano imenso cuja vasta dimensão afoga tudo o que seja insólito ou extraordinário. Nesta perspectiva, o cotidiano não é só o espaço de realização de atividades repetitivas: é também um espaço de inovação, e dos novos arranjos. A vida cotidiana não é só feita de rebotalho. A própria recusa do cotidiano (a festa, as viagens, as férias, interações...) é a sua reorganização e transformação. O cotidiano banal, trivial, repetitivo, faz parte de um outro cotidiano. Cabe à sociologia da vida cotidiana revelar a riqueza oculta desse outro cotidiano sob a aparente pobreza e trivialidade da rotina, ou, como muito bem referiu Lefebvre, alcançar o extraordinário do ordinário, (PAIS, 1986).

Então, seguindo os passos de Pais; (1986), aquilo que eu via e “recusava”, no primeiro momento, talvez, por achar diferente e, menos interessante, (diferente de minha outra pesquisa, em que não faltavam moradores eufóricos para narrarem seus sentimentos), foi aos poucos tomando espaço e me fazendo entender que era um outro cotidiano posto, e que caberia a mim, desvendar e revelar a riqueza oculta desse outro universo.

Quanto mais eu andava pelo espaço habitacional, mais me surpreendia com o silêncio, com o vazio, e com as pessoas que “fugiam” para não serem entrevistadas por mim! Isso quando encontrava alguma pela rua. Claro, ainda não tínhamos superado a pandemia, e aqueles vazios, talvez, pudessem ser explicados pela óptica do enclausuramento recomendado pelos órgãos de saúde. Ou, não. Naquele primeiro momento, parecia mais uma “cidade fantasma”, igual a gente vê nos filmes. A Figura 10 mostra esses vazios encontrados na pesquisa de campo, no conjunto habitacional. Cabe destacar que as imagens foram registradas em dias e horários diferentes, entre janeiro de 2022 e julho de 2023.

Figura 10: Os “vazios” no conjunto habitacional.



Fonte: acervo pessoal da autora (janeiro de 2022 e julho de 2023).

2.1 “Urbanismo fantasmagórico”: vazios simbólicos e vazios concretos

O significado da palavra: “fantasma”, no dicionário, refere-se a imagem ou visão quimérica e assustadora. Já “cidade fantasma” refere-se a uma cidade que foi abandonada, despovoada, ou, encontra-se deserta. Em filmes de terror e suspense, por exemplo, as cidades aparecem como cenários de crimes e desaparecimento de pessoas.

No que refere-se ao termo “fantasmagórico”, muitas são as definições, quase sempre; fazendo menção ao que é assustador, fantasma, ao mesmo tempo ao que não é real, ao que é ilusório, imaginário! ou seja, espaço que é imaginado, idealizado, mas, que não se realiza, permanecendo, apenas, enquanto um espectro.

Eduardo Rebuá (2019), parafraseando Walter Benjamin, discorre sobre o adjetivo “fantasmagórico”, trabalhado pelo autor. Para Rebuá, o termo é utilizado, sobretudo; no senso comum, mais como sinônimo de fantasma do que desilusão, falseamento. Os usos do termo fantasmagórico, refere-se principalmente a fantasmas, seres espectrais, mortos vivos, do significado de irreal, químera, utopia, fabulação.

Para Rebuá (2019), Benjamin utilizará exatamente a segunda acepção de fantasmagoria, quando cria o conceito de “democracia fantasmagórica” ao estudar o Brasil da Nova República, com ênfase nos anos 2003 - 2018. Nesse contexto, O fantasmagórico se torna peça central nas análises de Benjamin, partindo pela premissa do irreal, do ilusório, daquilo não se realiza.

Conforme Francisco Santos (2015), é fundamental em Benjamin, compreendermos os fatores que levaram a fantasmagoria na modernidade, assim, Benjamin coloca: “Nossa pesquisa procura mostrar como, em consequência dessa representação coisificada da civilização, as formas de vida nova e as novas criações de base econômica e técnica, que devemos ao século XIX, entram no universo de uma fantasmagoria” (BENJAMIN, 2009, 53, apud, SANTOS, 2015, p. 80). A análise do autor sobre a modernidade, parte exatamente da relação dos homens no contexto (na forma de vida que é criada pela economia capitalista) entre economia e a técnica, com as criações proporcionadas por elas no âmbito ideológico, na imediatez da presença sensível (BENJAMIN, 2009, 53, apud, SANTOS, 2015, p. 80), e como a partir disso, desembocam em uma fantasmagoria.

Nessa perspectiva, as mudanças da sociedade e das relações humanas, as transformações estruturais e arquitetônicas, seja nas ruas da capital francesa, seja no ambiente privado de um escritório, na lógica do comércio de mercadorias, ou na experiência singular de um sujeito, são utilizadas por ele, para demonstrar a fantasmagoria da civilização moderna. A fantasmagoria configura-se enquanto uma realidade sempre presente e atual. A construção humana da sua própria imagem, ganha uma autonomia em detrimento ao indivíduo, passando ele a viver narcotizado no seio de sua própria criação que é tida como real e ao mesmo tempo estranha ao seu criador (o homem). Conforme Santos (2015), Benjamin, relaciona a noção de imagem com a de fantasmagoria, assim: A qualidade pertencente à mercadoria como seu caráter de fetiche precede igualmente à sociedade produtora de mercadorias - não como é nela mesma, sem dúvida, mas como quando se representa a si mesma e julga entender a si mesma sempre que se abstrai do fato de que produz, precisamente, mercadorias. A imagem que ela produz de si mesma dessa maneira, e que ela habitualmente rotula de sua cultura, corresponde ao conceito de fantasmagoria. (BENJAMIN, 2009, 669, apud, SANTOS, 2015, p. 80).

Ao discorrer sobre o “urbanismo fantasmagórico”, conceito cunhado e discutido por este trabalho e apresentado, pela primeira vez, nesta tese de doutorado, como já falado anteriormente, diferentemente do que significa “cidade fantasma” quando, geralmente; as pessoas, por algum motivo, (desde guerras; a tragédias nucleares e ambientais), deixam suas cidades para trás, a ideia de “urbanismo fantasmagórico” é exatamente oposta.

O “urbanismo fantasmagórico”; não se refere aos moradores que abandonaram seus lugares de residência, deixaram misteriosos e assustadores vazios, mas, as política públicas e gestores públicos que se retiram de cena, sem um roteiro pré definido, logo após a entrega dos imóveis, deixando angustiantes vazios simbólicos que, mais tarde, serão reforçados por vazios concretos, dessa vez, realizados pelos próprios moradores. Esses vazios, portanto, referem-se aos espaços comuns do conjunto, onde os moradores não ocupam de forma plena, demonstrando apatia e indiferença, inclusive, em estabelecer relações sociais com a vizinhança. Todavia, a grande maioria, permanece em seus imóveis, como estratégia de resistência em virtude da materialização do sonho da casa própria.

A ideia do “fantasmagórico” que a tese contempla é a utilizada por Walter Benjamin, sobre o que é irreal, distópico e ilusório. Nessa perspectiva, é o urbanismo prometido, mas que não se realiza. O urbanismo distópico que fica apenas no mundo das ideias, mergulhado no discurso, também, fantasmagórico, do Estado e dos agentes públicos, que reforçaram toda uma narrativa de “maior habitacional do país”, que propiciaria grandes oportunidades aos moradores, mas, após as entregas das unidades habitacionais, acabou resultando em desigualdades e frustrações. Cabe destacar, também, que, ao discorrer sobre “fantasmas” neste trabalho, parto do ponto de vista daquilo que causa pavor, medo, aversão.

Estes vazios simbólicos, fruto do abandono dos gestores públicos, são exatamente as promessas que faziam parte do projeto do complexo e que não foram cumpridas: as empresas que não foram implantadas; emprego e renda; não oportunizados; Escolas Estaduais, não construídas; acompanhamento das famílias; não efetivados, dando espaço para o fantasma do desemprego, o fantasma da miséria, da frustração, da prostituição juvenil, e das desigualdades educacionais e sociais, resultando em um projeto urbano distópico.

Quando falo nessas discontinuidades, é muito mais amplo e complexo do que parece, pois, envolve, sobretudo, o direito à cidade: direito de ocupar a cidade; se sentir parte do Habitacional Aluízio Campos; produzir suas vivências; participar dos circuitos de comunicação e decisão; desfrutar dos espaços comuns; e viver o urbano de forma plena.

Nesse contexto, surge outro “fantasma”, como resposta: o da apatia e da indiferença; nos espaços comuns do residencial, com baixa interação e baixa sociabilidade entre vizinhos. A resposta para o sentimento de abandono que os moradores carregam em relação às políticas públicas, acaba sendo o enclausuramento dos moradores; em suas casas.

Assim, o conceito de “urbanismo fantasmagórico”, parte da perspectiva dos “vazios” – identificados por este estudo de doutorado – que vão se desdobrar em “vazio simbólico” e em

“vazio concreto”, a saber: o “vazio simbólico” - que será produzido pelo Estado e pelas esferas municipal e estadual - com todas as promessas que integravam o projeto, mas, que acabaram não sendo cumpridas; trazendo, como consequência, o aprofundamento das desigualdades sociais e educacionais; gerando frustrações e apatia entre os moradores (que discutiremos na cena 4). O “vazio concreto” será produzido pelas famílias e surge como resposta ao “vazio simbólico”, produzido pelo Estado e pelos gestores públicos, com sua ausência no habitacional; através das desigualdades que se aprofundam. A perspectiva do “vazio concreto” – contexto de autoconfinamento, apatia, indiferença e frustração dos moradores- é consequência da ausência do Estado como garantidor dos direitos sociais, gerando desafios e dificuldades, na prática da vida cotidiana do espaço residencial. Assim, as famílias, recolhem-se e enclausuram-se em seus imóveis, com pouco interesse em construir vínculos sociais e interagir com o outro.

No início desta cena 2, dei um “spoiler” que ajudaria a entender toda a trama dessa tese. Sendo assim, o “urbanismo fantasmagórico”, é o efeito de desigualdades, apatia e frustrações que se produz na vida cotidiana dos moradores do Conjunto Habitacional Aluizio Campos, em um contexto social marcado por medidas neoliberais de enfraquecimento do Estado e de seu papel planejador, associado aos conflitos e jogos de interesses entre grupos políticos das esferas municipal e estadual. É o urbano utópico prometido, que não se realiza; e que se desdobra em um projeto urbano distópico.

Por conta desses conflitos e jogos de interesses, a maioria dos projetos que promoveria efeitos na vida dos moradores (e, talvez, minimizaria os efeitos negativos tão discutidos na literatura sobre os condomínios da Faixa 1 do PMCMV), não foram concretizados; e o discurso político midiático do conjunto enquanto o “maior do Brasil” “projeto grandioso” “ a maior obra” da Faixa 1, acabou se tornando um projeto urbano distópico. E, diferente dos filmes e séries, em que podemos pausar, enquanto decidimos outras questões do dia a dia, e retornamos quando quisermos, na vida das pessoas, não pode ser dadas “pausas” e descontinuidades, e seguir; como se nada tivesse acontecido.

É importante destacar que, ao conceituar a baixa interação, o enclausuramento e as angústias dos moradores do Aluizio Campos, não quero dizer que não há momentos de alegria, que não há interações, mesmo que em menor grau; tentativas em estabelecer vínculos; que eles não gostem de suas casas, do novo bairro; que deixam de buscar alternativas e estratégias de burlar as próprias dificuldades para continuar.

A continuidade da pesquisa de campo, demonstrou que, os moradores gostam de seus imóveis, principalmente, os que foram beneficiados pelas casas. Eles afirmam que realizaram

o “sonho da casa própria”; - que até o enclausuramento, mesmo sendo consequência de suas frustrações, decepções e das desigualdades, provocadas pelo abandono das políticas, e pelas descontinuidades administrativas e de manutenção, em detrimento dos conflitos entre os gestores das esferas municipal e estadual, já demonstradas, acaba sendo, também, uma estratégia de resistência no conjunto. Afinal, eles possuem suas críticas, estão decepcionados com várias coisas, não possuem tanto interesse nas sociabilidades⁹, entretanto, continuam ali, em suas casas que são sonhos de uma vida toda; concretizados.

Marc Augé, (1994) em sua obra “Os não lugares”, discute, entre outras coisas, como esses “não lugares” podem provocar uma perda de nós mesmos como grupo, como sociedade, passando a prevalecer o sujeito isolado ou “solitário”.

Augé, parte da premissa do espaço cujas bases são encontradas na teoria de George Simmel, em que o espaço físico e o espaço social estão conectados, um não seria possível sem o outro: “A ação recíproca faz do espaço, até então vazio, e nada e qualquer coisa para nós, preenche-o enquanto ele a torna possível” (Simmel, [1908] 1992, p. 601).

Para o autor, a ideia de lugar e não lugar, é, de alguma maneira, uma dicotomia dúbia, pois, o que está em pauta são, concomitantemente, os espaços construídos e os espaços vividos. Ao pisar no Aluízio, pela primeira vez, identifiquei uma obra finalizada, um espaço amplo, plano e com uma estética moderna, dentro dos aspectos mais atuais da construção civil, todavia, não me parecia um espaço vivido, ocupado e, levando em conta as contribuições de Marc Augé, o residencial, se assemelhava, em partes, ao que o autor chamou de “não lugar”.

Os “não lugares”, conforme o teórico, são aqueles que possibilitam a aceleração do tempo; já “os lugares” têm a ver com as relações, as interações e as sociabilidades que se ali se estabelecem. O pensador diferencia as interações que se praticam nos “não lugares”, denominadas relações de “solidão”, associadas à ideia de “contratualidade solitária”, e as que se praticam nos “lugares antropológicos”, chamados de relações de sociabilidade: “A relação com o outro é minimizada em detrimento da relação com nós mesmos - não temos tempo para estar/parar, estamos de passagem, em viagem, espaço onde a ação racional se impõe à vida de qualquer coisa: “O não lugar é o espaço dos outros sem a presença dos outros, o espaço constituído em espetáculo” (Augé, 1994, p. 167). Assim, um não lugar é um lugar em que não

⁹ Seguindo Simmel (1971) a socição pode ser entendida como as múltiplas formas pelas quais os indivíduos se agrupam em unidades que satisfazem seus interesses. Nesse sentido, a sociabilidade é entendida por ele como forma pura de socição uma vez que o interesse daqueles que se engajam está apenas na construção e manutenção da relação em si (FONTES, p. 3, 2022).

se vive, no qual o sujeito permanece anônimo, solitário e isolado.

Após um tempo andando a pé pelo habitacional, encontrei algumas pessoas, expliquei sobre meu trabalho e elas aceitaram conversar comigo. A primeira entrevistada foi Rafaela Souto, secretária, 32 anos, trabalha de carteira assinada, e é formada em Administração, em uma universidade privada de Campina Grande. É casada com um motorista de aplicativo, recém formado em Geografia. Possui dois filhos, ambos, no Ensino Fundamental, matriculados em uma Escola Municipal do complexo.

A entrevistada, oriunda do bairro do Bodocongó, relata que gosta de sua casa, e que realizou um sonho: o da casa própria, mas que o habitacional possui muitos problemas, como o desemprego, falta de escolas estaduais, e cita, também, que as escolas municipais existentes no residencial, ficam distantes do bloco deles (bloco 01). Narra que precisa pagar 4 passagens para ir deixar seu filho mais velho na escola, assim: “Quando o pai dele tá trabalhando, pago 4 passagens, duas dele e duas minhas, o menor, não paga. Eles disseram que iam trazer aqueles ônibus amarelinhos, mas só foi promessa, aqui é tudo difícil”. (RAFAELA SOUTO, 2023). Sobre a pobreza no Aluízio, a entrevistada narra:

“É difícil sobreviver aqui, eu num julgo quem foi embora, não! Se foi embora, foi pra sobreviver também. Conheço de tudo! Pra quem não tem uma renda, é impossível, eu nem considero isso aqui Campina. O povo mais humilde que vendeu, trocou, é porque viu que não tinha mesmo como viver aqui. Uma conhecida mesmo, vendeu a dela por 15 mil, voltou pro Bairro do Tambor, pagou um ano de aluguel, comprou uma geladeira nova e fez feira por um tempo, pronto, perdeu a casinha dela, mas vou julgar como? Se tava passando fome aqui. É difícil. Fico pensando quando os meninos acabarem os estudos no Municipal, será que já terão feito os Estaduais? É uma loucura isso aqui sem estaduais, os jovens tudo perdido, se é que você me entende, mas no geral eu gosto, a casa é boa, tem terreno, é tranquilo, não tem violência”. (RAFAELA SOUTO, 2023)

Sobre as sociabilidades, Rafaela relata não ter muito interesse em criar vínculos com a vizinhança: “conheço alguns, tenho boa convivência, mas amizade mesmo, tenho não, minha vida é corrida, não fico muito fora de casa, a gente fica mais dentro mesmo” (RAFAELA SOUTO, 2023).

Perguntada sobre os espaços comuns do habitacional, a entrevistada narra que não sente interesse em circular pela área, cita que as academias, em sua maioria, foram destruídas, ou, não tiveram manutenção, assim como as praças, e que o lazer é praticado no espaço de sua casa, com sua família.

Os próximos entrevistados, João Inácio, pintor, 46 anos, casado com Maria Patrícia, vendedora de roupas, 43 anos, pais de um João Victor de 10 anos. Os 3 estavam na calçada de casa quando iniciamos o diálogo, em uma manhã de sábado, do mês de julho de 2023. Oriundos

do bairro de Santa Rosa, relatam que a vida no antigo bairro era feliz, com a vizinhança repleta de familiares e amigos. Narram que os maiores problemas, hoje, são referentes a distância do habitacional, a ausência de supermercados, UPAs, hospitais, feiras de frutas e verduras, trabalho, lazer para as famílias, etc:

“É bom você ter sua casinha, vou mentir não, é um sonho! Mas acho muito distante, meio deserto, não tem um supermercado, um hospital, uma Upa, se precisar de hospital pra coisa mais séria, tem que ir pra longe! Tá certo que os postos atendem até tarde, mas se for algo mais sério, tem que ir pra UPA, ou hospital. Pra fazer uma feira, tem que gastar com Uber, também, aí você já tira do dinheiro da sua feira pra pagar Uber. Sobre lazer, moça, pobre não tem lazer, é aceitar a vida como é e pronto! A gente vive mais em casa, mesmo. Olhe, fizeram umas praças aqui, os vândalos destruíram, a prefeitura como abandonou a gente aqui, nunca ajeitou e ficou por isso mesmo. Não tem uma atividade para os velhinhos, para as crianças. Você ver tanto idoso aqui trancados em casa”. (JOÃO INÁCIO, 2023).

Ao ouvir os pais falarem sobre lazer, João Victor responde: “aqueles salões de festas, quebraram os vidros todinhos” (JOÃO VICTOR, 2023). Mesmo eu tendo me apresentado no início, e mostrado o documento do programa de pós - graduação, Maria Patrícia, minutos depois da nossa conversa, quis saber sobre a pesquisa, demonstrando interesse em saber mais sobre a universidade pública e sobre o que é uma tese de doutorado. Tentei explicar de uma forma acessível e ela ficou animada, com a possibilidade de um dia, seu filho João Victor, poder ser aluno, também, de uma universidade pública. Ao retornarmos ao tema “Aluízio”, Maria Patrícia relata:

“O que é muito bom aqui é o coletivo, de instante em instante, passa ônibus de linha, muito rápido mesmo, nisso foram eficientes. A gente usa ônibus pra tudo, íamos comprar um carrinho, mas preferimos investir no muro da casa! Pois entregaram só o miolo, aí não tinha privacidade, todo mundo curiava o que tinha dentro, fora a questão da segurança, aí achamos melhor fazer o muro e juntar pro carro depois”. (MARIA PATRÍCIA, 2023).

Maria Patrícia relata que João Victor estuda em uma Escola Municipal do complexo, mas, sente receio em relação a ausência de Escolas de Ensino Médio: “Passa rápido o tempo, espero que esses estaduais cheguem logo! porque hoje, mesmo, está um caos aqui, só se fala nisso, não tem Escola Estadual no residencial e os jovens precisam ir pra Campina, ou pro Ligeiro, tá um abandono, um descaso” (MARIA PATRÍCIA, 2023).

Maria Dalva, de 63 anos. PCD (Pessoa Com Deficiência),- e viúva, relatou que mora sozinha com a filha Ana, que era atendente de telemarketing em um Call Center, no bairro do Cruzeiro, em Campina Grande. Maria Dalva foi uma das pessoas selecionadas dentro da

prioridade do programa para pessoas com deficiência. Sua casa era adaptada para suas necessidades físicas, o imóvel já foi entregue pela prefeitura assim: “Eu me inscrevi quando soube que estavam pra dar essas casas porque passei a vida morando de aluguel, aí, quando soube que os deficientes iam ter frente nesse negócio, pedi a minha filha que tomasse a frente pra se inscrever. Não podíamos perder essa oportunidade” (MARIA DALVA, 2022).

Maria Dalva havia perdido uma de suas pernas após complicações da diabetes há alguns anos e, em virtude dessa situação, foi aposentada por invalidez. Também informou que sofreu um AVC recentemente, e atribui sua recuperação a “um milagre”. A moradora relatou que antes de perder sua perna trabalhava como feirante no Distrito de “Galante”. Sobre sua casa, fruto do Programa Habitacional, era só elogios:

“Minha “fia” eu não tenho o que falar dessa casa, não. Eu gosto demais daqui. Você pode ver, pra aqui e pra lá é assim, essa paz, esse sossego. Assim que a gente mudou pra cá teve uns “arranca rabos” ali pra dentro, mas depois disso não vimos mais nada. Nunca ouvi falar de morte, essas coisas por aqui também, não” (MARIA DALVA, 2022).

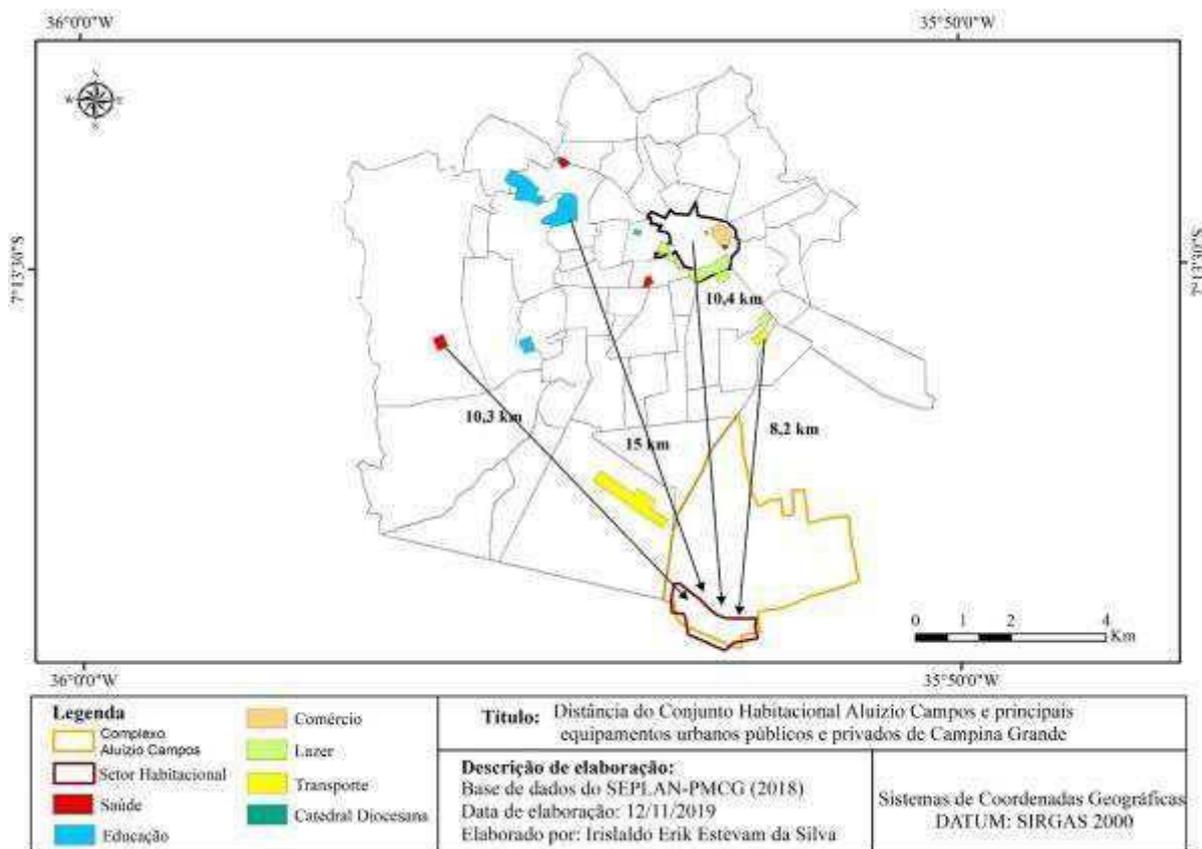
A casa da senhora entrevistada possuía uma fachada reformada, com muro alto e portão de alumínio branco, possuía interfone e cerca elétrica, o que já apontava para as diferenças observadas durante esse estudo de campo. Observei que Maria Dalva possuía um certo receio em falar sobre as dificuldades no Complexo. Em vários momentos ela perguntou se eu era realmente “da universidade” ou “da prefeitura”. No final da entrevista, declarou que achava o espaço residencial distante do trabalho da filha, que precisava constantemente usar o serviço do aplicativo de transporte “UBER”:

“Não vou dizer a você que é perto que não é, não, mas pra falar a verdade eu não me incomodo porque vivo assim, presa nessa cadeira, não saio pra nada, meu lazer é ficar aqui na calçada. Agora, que é longe pra minha menina, é. Às vezes o “Uber” cancela a corrida e ela fica aperreada porque precisa trabalhar, vive dizendo que vai comprar uma moto, eu tenho medo, mas fazer o quê? É entregar nas mãos de Deus! Ela precisa do dinheiro dela e por aqui por perto não tem nada, tem que ir pra lá mesmo” (MARIA DALVA, 2022).

Maria Dalva afirma que a distância é um fator negativo em virtude da filha que precisa se deslocar para o trabalho, todos os dias, entretanto, sempre reforçava que não era um problema “tão grave” em detrimento do sonho da casa própria que havia sido realizado. E que por este sonho, tudo valia a pena, inclusive, as situações enfrentadas pela filha em termos de mobilidade urbana. A entrevistada também informou que sua filha se encontrava, naquele momento, em

trabalho Home Office, em virtude da pandemia, mas, assim que a vacinação da população avançasse, os funcionários voltariam para o trabalho presencial, conforme fala do gerente da empresa.

Figura 11: Distância do Conjunto Habitacional Aluizio Campos de equipamentos urbanos públicos e privados.



Fonte: Elaborada por SILVA, I.E.E., 2020.

Como percebe-se na Figura 11, o residencial se encontra em uma distância considerável dos equipamentos urbanos de Campina Grande e isto se torna um dos grandes dilemas da vida cotidiana no “Aluizio”, e o projeto “revolucionário” que foi amplamente divulgado à população campinense, se tornara um espaço que não oferecia uma possibilidade de acesso a uma cidadania plena, não possibilitava a ocupação dos espaços públicos e, com isso, o direito à cidade, parecia, cada vez mais, algo distante dos moradores.

Silva (2020), parafraseando Lefebvre (2001, p. 117-11) estabelece que, face a esse direito, ou pseudodireito, o direito à cidade se apresenta como apelo, como uma exigência. Através de surpreendentes desvios e impossibilidades [...] esse direito caminha devagar. [...] O direito à cidade não pode ser concebido como um simples direito de visita ou de retorno às

idades tradicionais. Só pode ser formulado como direito à vida urbana, transformada, renovada. De acordo com Lefebvre, enquanto esse direito não for garantido de fato, a população mais carente só o terá pela metade ou de forma incompleta. Nessa perspectiva:

“Ele se torna falso, seja pelo discurso ou pela prática. O direito à cidade não se restringe apenas ao ir e vir, não é uma visita esporádica. A cidade deve ser local, antes de tudo, de permanência, de troca, de inclusão e interação. A população deve, portanto, exigí-lo e praticá-lo. Entretanto, a segregação planejada e imposta dificulta que o povo se articule e possa cobrá-lo de maneira eficaz. Enquanto isso não é concretizado, percebemos que irá sempre existir e se perpetuar a comodidade e o conformismo da população em se manter em uma localidade afastada, distante e que, com o passar dos anos, pode até ser esquecida” (SILVA, p.124, 2022).

No final de nossa conversa, a moradora do bloco 3 do Aluizio Campos, fez uma crítica mais incisiva ao "PMCMV" e a Prefeitura Municipal de Campina Grande: “Agora, se é pra dizer algo eu vou dizer: eles lá, o governo e a prefeitura, deveriam fazer mercados pra gente, tipo atacadão, sabe? parece que abandonaram a gente aqui. Aqui só tem mercadinho pequeno, não tem quase nada, é tudo caro, não tem cristão que aguento” (MARIA DALVA 2022). Apesar da resistência inicial, a entrevistada, no final da pesquisa, apontou problemas em relação à ausência de estabelecimentos e equipamentos urbanos, principalmente, no que tange os de comercialização de alimentos de grande porte, com valores mais atrativos. A aposentada também citou as dificuldades enfrentadas pela filha em detrimento da distância da moradia e do seu trabalho, porém, sempre após relatar os problemas, destacava as qualidades do empreendimento e a gratidão de ter realizado o sonho de poder viver em uma casa própria.

2.2 A ausência do Estado no espaço residencial e a casa como um lugar de passagem para mães solo

Neves e Alves (2020), em seu estudo sobre gênero e direito à cidade, colocam que, os últimos anos se caracterizaram pela dicotomia entre promessas político-sociais utópicas, em que todas as pessoas teriam prosperidade; e, por outro lado, ações extremistas que revelaram uma aproximação distópica, como as que costumamos ver em referências literárias e cinematográficas. Para as autoras, é na perspectiva distópica, que os direitos das minorias são questionados e ameaçados, assim como, há a constante tentativa de silenciar e invisibilizar às lutas desses indivíduos.

De acordo com as autoras, é notória a invisibilidade das mulheres nas cidades brasileiras

em diversos aspectos, principalmente, quando pensamos no planejamento urbano, o que interfere diretamente na apropriação e no uso dos espaços urbanos pelas mulheres, bem como na sua efetiva participação nos processos decisórios sobre esses espaços.

A referida pesquisa de campo, também, nos trouxe, algo bastante revelador: a quantidade de mulheres que conseguiram a concessão de um imóvel no Aluízio Campos, no entanto, que não reside no habitacional, utilizando a moradia, como uma espécie de espaço de lazer que serve de refúgio nos dias de folga do trabalho, como aponta Mariana Guedes, 26 anos, manicure e mãe solo de um menino de 5 anos:

“Moro com mainha desde sempre e trabalho como manicure lá perto de casa, no bairro do Monte Santo. Me inscrevi nessas casas e nem achava que ia ganhar, foi uma benção, mobiliei todinha, coloquei geladeira, fogão, arrumei o meu quarto e o de Ravi, ficou bem enxeridinha minha casinha, mas, por conta das minhas clientes, não posso sair de lá, não! aqui não tem trabalho, a casa é boa, o lugar é bom, mas, além de ser longe, ainda tem esse negócio da falta de emprego, e lá mainha me ajuda demais, fica com o menino pra eu trabalhar, pra eu sair, ir nas festas, aí aqui eu só venho pra descansar, mesmo, nos fins de semana. Não tenho do que reclamar por enquanto” (MARIANA GUEDES, 2022).

A entrevistada acima relata que não pensa em morar de vez no residencial por medo de não conseguir clientela para seu trabalho como manicure e, também, pela falta de rede de apoio, seria inviável se mudar com seu filho por não ter com quem deixá-lo no habitacional.

Para a moradora Priscila Gomes, 24 anos, recepcionista, mãe solo de um menino de 3 anos, o imóvel foi um “presente de Deus”; porém, também não pretende se mudar por conta do seu trabalho e de seu filho que precisa da ajuda de familiares para pegá-lo na escola no fim do dia:

“Eu tenho minha casa aqui, está bem ajeitadinha, aos pouquinhos eu vou colocando tudo o que quero, agora, assim, morar eu não tenho condições, não! Só você vendo como é meu dia a dia. Acordo cedo, dou café ao menino, vou trabalhar e minha irmã fica com ele, aí volto pra almoçar, arrumo ele e saio pro trabalho e aproveito e deixo na escolinha. Quando é no fim da tarde minha irmã pega ele, porque eu só chego mais de 6 da noite em casa, tá vendo como não posso vir de vez? É impossível! Dependo da minha família pra me ajudar com ele, fora que aqui não tem emprego, se eu venho de vez, eu tou frita!” (PRISCILA SILVA, 2022).

De acordo com a entrevistada, seu filho é fruto de um rápido relacionamento com um homem que conheceu em um show de forró na cidade de Campina Grande - PB. Após alguns encontros ela engravidou, porém, ele não quis assumir a criança, então, precisou fazer DNA para registrar o menino e pagar pensão. Assim, a entrevistada vive com seu salário mínimo de

recepcionista e da pensão de pouco mais de R\$ 100,00 reais, sendo, portanto, inviável morar definitivamente no Aluízio Campos.

Já para Márcia Daniela, 25 anos, vendedora autônoma de roupas femininas e mãe de uma menina de 6 anos, a concessão do imóvel foi um sonho realizado e aos poucos está montando sua casa como sempre quis, mas, não pensa em mudar-se de vez tão cedo com sua filha, conforme narrativa:

“Lá em casa sou eu, duas irmãs, minha mãe e minha filha, a casa de minha mãe foi “dada”, também, é lá no Major Veneziano, também não é perto, não, mas, lá a gente já se adaptou, tenho minhas clientes por lá, vendo minhas roupas e consigo ir me virando. A casa lá do Aluízio é meu refúgio, eu vou pra lá todo fim de semana, só não vou quando tou sem dinheiro pra passagem. Aí é bom demais, recebo meus amigos, a gente faz uma farrinha, levo paquera ou outro e tenho minha privacidade que não posso ter na minha mãe, né? É bom demais, foi uma benção, mas, vir de vez eu não posso agora, não, só se arrumasse um emprego e tivesse quem olhar a menina pra eu vender as roupas” (MÁRCIA DANIELA, 2022).

De acordo com a moradora acima, se mudar para o Aluízio é algo fora de cogitação pela falta de rede de apoio que provavelmente enfrentaria no residencial, longe de sua mãe e irmãs que a ajudam na criação de sua filha, para que ela venda roupas de porta em porta.

Segundo Ferreira e Silva (2017), o ambiente constituído enfatiza os estereótipos dos lugares que mulheres e homens ocupam, em que predomina a lógica masculina, na produção do espaço urbano. O planejamento urbano funcionalista e racionalista, conforme os autores, que dominou por muito tempo o modo de concepção das cidades, aprisiona as mulheres, ao separar os setores comerciais industriais e residenciais, reforçando a divisão do trabalho entre os sexos.

A próxima entrevistada é Leandra Nascimento, 27 anos, formada em Administração, em uma universidade privada de Campina Grande - PB, desempregada e mãe de uma menina de 7 anos. Leandra mora no Velame com sua mãe que é cozinheira de uma lanchonete, e sua avó, beneficiária do BPC (Benefício de Prestação Continuada). Conforme narrativa, a casa foi à realização de um sonho:

“Eu fiquei feliz demais quando soube que havia sido sorteada com a casa, foi um sonho, a casa que eu moro é própria, minha mãe sempre trabalhou duro e foi subindo a casinha dela aos poucos, é simples, mas, é dela e não pagamos aluguel. Quando “ganhei” aqui, foi bom demais, porque é minha né? Minha e da minha filha, agora eu quero arrumar um emprego e terminar de montar a casa, aí vamos vendo o que acontece mais pra frente” (LEANDRA NASCIMENTO, 2022).

Leandra ficou grávida no último ano do Ensino Médio de um namorado que ficou com

ela só até o nascimento da filha. Hoje, a relação entre pai e filha quase não existe e a pensão é paga, segundo a entrevistada, com muito “sacrifício”, mês sim, mês não. “Lá em casa só tem mulher e minha mãe brinca que essa família não tem sorte” pra homem”. (risos). Graças a Deus não sinto falta, a menina sente, é claro, e é direito dela receber a pensão, mas aquele ali, só a misericórdia, nunca vi mais irresponsável” (LEANDRA NASCIMENTO, 2022).

Conforme a narrativa, se mudar para o residencial também é algo inviável no momento, mesmo que enfatize a todo o instante, a felicidade de possuir sua casa própria e desejar, futuramente, poder morar lá com sua filha. A mesma pede para que seu nome seja alterado na pesquisa, pois, teme que a prefeitura descubra que não mora no imóvel, mas, sim, que utiliza o imóvel do “PMCMV”, como um espaço de passagem, lazer e descanso.

Em seu artigo sobre maternidade solo, Sabrina Finamori (2019), traz questionamentos sobre como as configurações familiares, que vão além de uma reivindicação, a um modelo parental mais igualitário, levantando, para além disso, a criação de crianças como algo mais público, que deveria ser, segundo a pesquisadora, desprivatizado ou coletivizado. Nesse contexto:

“Repetido em vários contextos de debate sobre maternidade solo, o adágio “é preciso uma vila para criar uma criança” bem resume essa questão. Obviamente, não há homogeneidade no modo como essa perspectiva é abarcada por diferentes sujeitas nesse campo discursivo. Há, no entanto, algumas questões mais gerais que, gostaria de sugerir, perpassam esse debate. De um lado, uma dimensão pública mais macroestrutural em que a crítica é levantada sobretudo por meio de uma problematização das políticas trabalhistas e das práticas presentes no mercado de trabalho, tais como o tempo de licença maternidade, o desemprego após o puerpério, os questionamentos sobre os filhos direcionados às mulheres, mas não aos homens, e, por vezes, questões que dizem respeito a políticas públicas, mais amplas como o acesso a creches” (SABRINA FINAMORI, 2019, p. 13).

Conforme a autora, uma igualdade de gênero efetiva não acontecerá apenas com a divisão igualitária de tarefas parentais no âmbito doméstico, mas, com uma partilha social do processo reprodutivo que transcenda o par conjugal ou a rede de parentesco, estando presente em todos os ambientes de uma sociedade. Para Finamori, (2019) é preciso incluir nessa partilha de atividades, obrigações e responsabilidades, tanto as pessoas que possuem filhos, como também aquelas que não têm, nem desejam ter filhos (as).

As mães solo entrevistadas, até aqui, são pobres, pardas e pretas. A partir de suas próprias narrativas, não podem contar com os progenitores das crianças de forma significativa e, em sua maioria, são elas que gerenciam seus lares, juntamente com outras mulheres da

família, como a mãe, a avó, ou, irmãs. Muitos são os casos em que os filhos não conhecem seus pais ou têm uma relação mais próxima, sendo a mãe, portanto, a responsável principal pelo cuidado, sustento, carinho, atenção e presença.

O abandono da mulher, principalmente a mulher pobre, preta, e a mulher tida como mãe solo, é algo evidente no Brasil e essa pesquisa aponta para um dado interessante: o abandono dessas mulheres por parte dos pais de seus filhos e pelo Estado, em sua maioria, divide as responsabilidades e sobrecarga para outras mulheres do ciclo de convivência dessa mãe solo. Assim, todas essas mulheres que fazem parte da rede de apoio das mães solas que possuem um imóvel no Aluizio Campos e narraram suas vidas nessas entrevistas, exercem papel importante na vida das crianças e de suas mães, tanto no cuidado da criança, enquanto suas mães trabalham como no sustento também, nos casos das mães que se encontram desempregadas. Assim:

“É comum que o cuidado para com os filhos seja atrelado mais frequentemente como atribuição das mulheres, o que mostra uma naturalização da falta da participação dos pais em tais responsabilidades, e isto explica em parte o abandono paterno e os descasos financeiro e emocional, mas não os justifica. Por outro lado, da mãe é cobrado o extremo zelo e cuidado como sendo algo natural e obrigatório a ela, uma romantização da maternidade” (FERNANDES, 2022, p. 33).

No que se refere a perspectiva neoliberal de menos Estado, com o abandono das políticas para com essas mães, destaca-se, no Aluizio Campos, questões que perpassam as discussões de moradia, emprego e renda, as descontinuidades de manutenção e administrativas, principalmente, com a falta de oportunidades de emprego, próximos ao habitacional, faz com que não “se arrisquem” saindo de seus trabalhos atuais e encarem uma “vida nova” no imóvel que, pode ser fadada ao desemprego e frustrações ainda maiores, para além das quais já acumulam ao longo de suas vidas, diante de toda vulnerabilidade social, solidão e abandono paterno de seus filhos.

Neves e Alves discutem que o território dito formal das cidades brasileiras possuem como fundamento, uma cidade reticulada, pensada e planejada para homens, brancos, da classe média, que possuem meio de transporte próprio e se deslocam de casa para o trabalho. Todavia, a lógica de uso do espaço pela mulher e, principalmente a mulher negra, periférica, é completamente distinta. Segundo as autoras, o cuidado com os filhos, principalmente, mas, também, com demais integrantes de seus ciclos de convivência, obrigam essas mulheres a uma outra lógica muito mais complexa e perversa que envolve o deslocamento, na maioria dos casos, a pé e/ou por transporte público (NEVES e ALVES, 2020).

Nesse contexto, faz-se necessário um olhar acurado e estudos cautelosos, com base nos perfis dessas mulheres, por parte das nossas políticas públicas, especialmente a política habitacional, a fim de oferecer-lhes subsídios para uma moradia tranquila, digna, com oportunidade de trabalho, escola para seus filhos e uma rede de apoio construída pelo Estado, com profissionais de diversas ordens, como psicólogos, assistentes sociais, entre outros, assim:

“A partir desse quadro teórico-conceitual, é possível vislumbrarmos as distopias no cenário urbano brasileiro contemporâneo. Além de todo o apagamento e banalização dos direitos humanos – incluído o direito à cidade – na atualidade brasileira, dentro da lógica do capital neoliberalizado, sabemos que a conjuntura é mais cruel para uns do que para outros. Podemos afirmar, portanto, que a precarização no Brasil tem rosto feminino e negro, como defende Diana Assunção (2013), e tal conjuntura certamente pode ser interpretada como uma distopia brasileira”. (NEVES E ALVES, p. 242, 2020).

Nos perguntamos, nesse momento, como essas e outras mulheres brasileiras podem prosperar, encontrar motivos para sorrir, e se apropriar do espaço urbano, em um país que se recusa a incluí-las de forma significativa, e o direito à cidade ainda é algo distante de ser concretizado para às minorias? Neves e Alves (2020) afirmaram que, no contexto atual, chega a soar ingênuo destacar o poder feminino nos espaços urbanos, uma vez que, na realidade, muitas mulheres não possuem, sequer, poder sobre o seu próprio corpo e nem sobre suas próprias casas, como evidencia-se a situação no residencial Aluizio Campos. Nesse contexto:

“A conjuntura atual mostra que ainda é tempo de tatear utopias de democracia, cidadania urbana, direito à cidade, de não ceder e permanecer em uma luta incessante, cotidiana, no sentido de evitar invisibilização ou o silenciamento da voz feminina. Mas enquanto o corpo da mulher for visto como um espaço a ser apropriado, assim como a terra, não há como a mulher defender um território para além de si, e as utopias seguirão apenas paralelas à realidade”. (NEVES E ALVES, 2020).

Conforme Mourão e Cavalcante (2006), um processo primordial para que o sujeito se identifique ou se sinta pertencido a algum lugar, é o que se entende por apropriação. É no processo da apropriação que o indivíduo interage dialeticamente com o entorno, o que se traduz em uma transformação recíproca.

Segundo Fischer (1981), na relação homem/meio, há uma prática espacial que se dá através de ações que transformam o espaço e inserem o sujeito no meio. Essa inserção não é, todavia, unilateral. O sujeito age sobre o meio, o transforma e, neste processo, vai deixando sua marca e sendo igualmente marcado por ele. Isto acontece na medida em que as transformações do meio pelo homem são resultantes de necessidades subjetivas, de emoções, de expectativas,

em suma, de vivências que vão fazendo parte da história pessoal da pessoa. As ações sobre o espaço não se constituem, portanto, somente em atos cognitivos ou materiais, mas em atos de investimento emocional, momento em que o agir e o sentir encontram-se em plena conexão. Para Pol (1996), a criação e o surgimento de um universo de significados que constituem a cultura e o entorno do sujeito e que transformam, ao longo do tempo, um espaço vazio em lugar significativo é o que se pode chamar de apropriação. Assim:

“Pela apropriação, o sujeito sente que de alguma forma está ligado ao lugar, e que este lhe pertence, mesmo que dele não tenha a posse legal. A relação vem a ser recíproca, pois ele também pertence ao lugar. A apropriação, relacionada ao espaço, é o mecanismo que permite ao sujeito sentir que tem o domínio de um lugar, que pode arrumá-lo, reestruturá-lo, construindo ali algo com o qual se identifique”. (FISCHER, 1981).

O que foi observado no “Aluizio”, é que por mais que as famílias organizem seus imóveis, reproduzam que é “seu sonho realizado”, os moradores ainda não se apropriaram plenamente do espaço social. A teorização fica mais mais clara quando compreendemos a análise de Lefebvre, (1968) sobre o direito à cidade. Para o autor, o direito à cidade é negado às classes, grupos e indivíduos impedidos de participar plenamente da apropriação coletiva do espaço. E o que seria se apropriar do espaço urbano de forma efetiva? O teórico acredita que o direito à cidade se estende ao direito à moradia adequada, ao direito a um espaço de habitação e intimidade na cidade de que é titular todo aquele que nela vive. Porém, outros elementos aparecem com enorme relevância em Lefebvre: o termo apropriação significa o direito de ser cidadão para além de morador, o que diz respeito a uma ideia de cidadania urbana que abrange a ampla participação da população na gestão da cidade. Neste sentido:

“Por intermédio da proposição de um novo direito humano, o autor sintetiza todo um programa, o qual intenciona inserir questões sociais concernentes à cidade e à vida urbana como prioridade na agenda política – em outras palavras, politizar o espaço urbano, visualizado até aquele momento mais como um assunto técnico sob competência dos profissionais do urbanismo. De acordo com Lefebvre, a falta de consciência acerca das políticas do espaço revela a alienação da vida cotidiana. De todo modo, o programa político do direito à cidade encontra-se ainda em gestação em uma escala global, está longe de ser concluído precisamente porque “ele não é um direito natural nem um direito contratual, é um direito em construção e a ser construído” (LEFEBVRE, 1973; p. 21, apud, KONZEN, 2011, p. 89).

Nesse contexto, a apropriação da cidade contempla o direito de tomar parte nos circuitos de comunicação, informação e troca próprios à vida urbana, os quais dependem dos espaços públicos. (LEFEBVRE. 1968, apud, KONZEN, 2011).

CAPITULO 3

MUROS, ESTIGMAS E DISTÂNCIAS SOCIAIS E SIMBÓLICAS

A cena 3, inicia-se com a primeira entrevistada desta pesquisa; e que será a primeira a trazer a problemática que dará base a discussão deste capítulo. O tema principal desta cena, que vai nos ajudar a entender toda a trama deste capítulo, será a construção dos muros/fachadas, que nos ajudará a compreender como se estabelecem as relações no Aluízio.

No horário marcado, fui até a casa de Silvana, para iniciarmos a pesquisa. Ao chegar à frente de seu imóvel, a primeira coisa que percebi é que possuía uma fachada reformada, com muro alto, portão de aço inox e interfone. Silvana me recebeu sorridente, e pediu que me sentasse no seu jardim, onde tinha uma mesa de plástico, duas cadeiras, um caderno e uma caneta. Parecia que Silvana havia se preparado para essa conversa. A entrevistada iniciou descrevendo parte de seu histórico de vida, desde a infância.

Ela tinha necessidade de traçar sua trajetória e que alguém a ouvisse com atenção, sendo assim, me perguntou se eu teria tempo para ouvir seu relato de vida, até chegar ao espaço residencial como moradora. E, eu respondi: “claro que tenho tempo”! Eu vinha de muitas dificuldades em relação ao meu antigo objeto de estudo, justamente por não quererem participar das entrevistas, e já no Aluízio, estava, pela segunda vez, enfrentando dificuldades para entrevistar os moradores, então, tudo que eu queria, era conversar com as pessoas.

Enquanto ajeitava seus cabelos molhados, perguntou se eu já estava gravando o áudio e me disse que poderia utilizar seu verdadeiro nome em minha pesquisa, e não um nome fictício, pois, segundo ela, a mesma tinha “identidade”. Fiquei um pouco confusa sobre deixar ou não o seu nome, por conta dessa sua fala, porém, decidi, utilizar nomes fictícios em todas as entrevistas.

Silvana, 42 anos, morava de aluguel no bairro da Palmeira antes de se mudar para o Aluízio Campos. Lá, morava com seus três filhos: “Morava eu e meus 3 filhos, a mais velha de 23, que o pai fez o favor de morrer, e os outros dois, um de 19 e o outro de 17, de um segundo casamento que tive, mas a gente se separou e hoje ele contribui com 300,00, que não dá pra nada” (SILVANA, 2022). Sobre sua antiga casa, a entrevistada fala com certo saudosismo, principalmente, pela proximidade do Centro da cidade e pela vizinhança que, segundo ela, parecia mais com o seu “estilo de vida”. Para a minha surpresa, revelou ser concluinte do curso

de Sociologia da UEPB e, durante toda a conversa, se esforçava em mostrar sua capacidade de senso crítico e conhecimento no âmbito das Ciências Sociais:

“O meu menino mais velho trabalha na Alpargatas, passa a madrugada lá e chega morto. Isso me causa certo constrangimento, pois, você sabe! Depois que a gente ler Karl Marx, né? A gente sabe das coisas que acontecem no mercado de trabalho, toda essa exploração do capitalismo. Eu sei que no futuro ele pode sofrer com problemas de saúde ocasionados pelo contato com produtos químicos. Mas o que eu posso fazer? Ele precisa trabalhar para ter as coisas dele e me ajudar em casa” (SILVANA, 2022).

A entrevistada relatou que, mesmo vindo de uma família muito pobre, sempre teve o sonho de fazer uma faculdade, pois, sabia que só a educação poderia romper com o ciclo de pobreza que sua família permanecia há décadas. Chegou a fazer vários vestibulares, antes do ENEM, (Exame Nacional do Ensino Médio) mas, nunca conseguia êxito nas provas. Através do ENEM, conseguiu, enfim, realizar seu sonho, com o curso de Sociologia na UEPB – Universidade Estadual da Paraíba, que, segundo ela, havia escolhido o curso, mesmo sem saber o que significava a Sociologia:

“Entrei sem saber nem pra onde ia o curso e fui me adaptando, eu gosto, mas, acho muito difícil e sempre tive dificuldade, não vou mentir, acho os autores complexos demais e alguns professores não ajudam, dificultam mais ainda pra gente que tem dificuldade. A minha base é complicada, tive uma educação escolar não muito boa e preciso de ajuda na universidade. Tou chegando ao fim do curso com muito sacrifício” (SILVANA).

Como a entrevistada cita no trecho anterior, enfrentou muita dificuldade para estudar, por vir de uma família extremamente pobre. Na infância, não tinha o calçado apropriado, nem o fardamento para ir para a escola e precisou, várias vezes, se esconder da diretora para poder assistir aula:

“Eu estudava em uma escola pública, mas, naquela época eles não davam materiais. Pelo menos na minha época, precisava comprar e minha mãe não tinha dinheiro, eu também não tinha o tênis de ir pra aula e ia de sandália “Havaiana” e por muitas vezes me escondi da diretora para ela não me ver sem farda e sem sapato assistindo aula. Até que em um dia ela me “descobriu” e me ajudou, o que me deixou muito feliz e me fez continuar a querer estudar” (SILVANA, 2022).

Silvana afirma que, mesmo diante de toda dificuldade vivida na infância e após se tornar adulta ter sido mãe jovem e precisar trabalhar desde cedo, nunca apagou o “sonho” de fazer uma universidade:

“Eu me acho vitoriosa e sei que poderia chegar mais longe se tivesse tido mais oportunidades, mas sou grata às políticas públicas que me permitiram viver esse sonho após os 40 anos, mesmo tendo concluído o ensino básico no supletivo. Hoje, minha filha de 23 anos faz mestrado, tem bolsa e se dedica bastante, motivo de muito orgulho para mim, é uma realização, quem sabe eu também não chego a um mestrado, quando concluir o curso, né?” (SILVANA 2022).

Sobre a concessão do imóvel do Aluízio Campos, Silvana relata que teve muitos problemas com a inscrição e que quase fica de fora do sorteio: “Eu nem acreditei quando o meu ex-sogro ouviu meu nome no sorteio, eu nem levei a sério quando ele disse que era eu” (SILVANA, 2022). Após o sorteio foram longos meses até ela conseguir resolver os problemas referentes à sua documentação e assinar, enfim, a papelada do imóvel.

No que se refere à vida na nova casa no espaço residencial, Silvana relata ser difícil, quando comparada às facilidades do antigo bairro, principalmente, no que se refere à mobilidade:

“Não estou dizendo que a vida aqui é ruim, mas, difícil quando lembro da minha vida no bairro da Palmeira e todas as facilidades que eu tinha lá. Agora eu preciso de um transporte, e não só pra mim, para os 3 filhos que tralham e estudam também, todos precisam se deslocar e aqui é longe de tudo” (SILVANA, 2022).

Segundo a entrevistada, “fazer feira” é outra coisa complicada no espaço residencial: “Alguns, fizeram mercearias em suas casas a fim de lucrar, aí a gente vai se virando, quando pode, pega um Uber e vai a um mercado grande” (SILVANA, 2022). Sobre as interações e sociabilidades entre vizinhança, a entrevistada revela gostar de uma dinâmica com mais privacidade e não gostar de interagir muito com seus vizinhos:

“Eu sou muito reservada! Tenho meus horários de entrada e saída. E quando se trata de bairros populares, a gente ver muito tudo o que eu não gosto: gente nas portas, gente fofocando, de olho na sua vida, gente com inveja. Antes de fazer o muro aqui, todas as casas foram entregues sem muro, aí antes de subir o meu, quando a gente “dava fê”, tinha alguém em baixo da sua janela, não existia privacidade aqui em casa, antes do muro, você botava um prato de comer, quando olhava, tinha um com a cabeça aqui na porta. De noite eu não conseguia dormir direito, com medo de entrar alguém, depois que fiz a fachada e os gradeados, sosseguei mais. (SILVANA, 2022).

Segundo Silvana, a reforma foi parcelada. O esposo de uma conhecida, que é pedreiro, parcelou a obra e a mesma foi pagando no cartão de crédito. A entrevistada atribui à construção do muro uma possibilidade de nova vida no residencial e no seu imóvel, principalmente, pela privacidade e porque o muro separa de certa forma, sua família e os vizinhos indesejados, impedindo interações e sociabilidades, sendo assim:

“Agora, com o muro construído e as grades, podemos viver em paz, longe desse povo. Sem falar que melhora a segurança, também. Aqui não é violento, só no começo que tina uns “pantin” pras banda do módulo 2, que é mais carregado. Diziam que lá tinha um caba que ficava assustando as mulheres e com atitudes estranhas, e aí começou a circular a ideia de que aqui dentro tem um comando” (Silvana, 2022).

A Figura 12 corresponde à fachada do imóvel de Silvana (B) e o quarto nos fundos (A) que a mesma está construindo. A entrevistada exibiu orgulhosa seu imóvel e a reforma que vem fazendo, desde que foi contemplada pela política.

Figura 12: Construção do quarto nos fundos (A) do imóvel (B).



Fonte: acervo pessoal da autora (janeiro 2022).

3.1 O muro como elemento de distinção social e simbólica e os estigmas contra os mais vulneráveis

A próxima moradora entrevistada trata-se de Aline dos Santos, de 44 anos, desempregada, mãe de seis filhos e três netos, todos residentes de um mesmo imóvel no Aluizio Campos, totalizando, dez moradores, em um espaço de pouco mais de 40 m².

Em mais um dia de pesquisa de campo, percebi, à minha esquerda, bem ao lado de um córrego, um colchão velho de casal com várias crianças em cima, brincando de fazer cócegas, umas nas outras. Já era entre onze horas e meio dia e o sol e o calor já eram quase que insuportáveis. Aproximei-me e iniciei um pequeno diálogo com elas. A mais velha, Lívia, bem falante e curiosa, perguntou se eu era “a moça da prefeitura” e me mostrou, apontando com sua mão, onde ficava sua casa, bem como, me informou o nome de sua mãe. Fui até lá e chamei por Aline. Expliquei sobre o estudo e mostrei minha carta de apresentação do Programa de Pós

Graduação em Ciências Sociais - PPGCS. Perguntei se poderíamos conversar um pouco e ela aceitou. No início, estava um pouco resistente, monossilábica, mas, aos poucos, foi se soltando. Aline relatou que morava com sua mãe antes de se mudar para o Aluízio Campos, no bairro do Novo Cruzeiro, e relembra com saudade sua vida no antigo bairro:

“Lá era bom demais, o ruim é que não tinha meu canto, mas, depois que vim morar aqui desandou tudo, meus meninos estudavam lá, não faltava escola, agora, é tudo assim, pelas ruas porque aqui não tem vaga nas escolas pra tudinho. Minha mãe ajudava, não faltava o principal pros meninos, pois ela me ajudava. Aqui, a gente vai no CREAS e só tem promessa, eu não aguento mais essas conversas” (ALINE DOS SANTOS, 2022).

Aline relatou que quando pensa em felicidade fica confusa, pois, acaba nem tendo consciência de fato do que é felicidade e se ela é, de fato, feliz. A entrevistada narra que antigamente tinha mais ajuda da mãe por morar perto e pelo fato de o bairro ser “próximo de tudo” hoje, ela acredita que era mais feliz lá. No entanto, quando pensa que hoje tem sua casa própria, também se imagina feliz, mas, toda essa confusão faz com que ela não se sinta pertencente ao novo bairro e a nova moradia, tampouco tenha noção de felicidade, em virtude de toda a precariedade que a mesma enfrenta no cotidiano do Aluízio Campos:

“Eu queria que meus meninos e meus netos estudassem, sabe? Mas, aqui não tem vaga pra todo mundo, lotou e agora estamos na lista de espera, não tem o que fazer, só resta esperar. Até agora só os menores estão na creche, esses ali mais velhos estão nessa lista que eu te disse. A SEPLAN só passa aqui pra investigar se a gente vendeu a casa, porque cá pra nós, um bocado de gente deu fim as casas, vendeu, trocou, alugou aí a prefeitura vem só mesmo para saber desse povo, eu até pensei que tu era de lá quando tu chegou. Agora, assim, pra saber como tá a família, se tá passando fome, se tá necessitada, tão nem aí, não”. (ALINE DOS SANTOS, 2022).

As narrativas de Aline apontam para sua frustração em relação ao contexto atual que sua família se encontrava, ela e seus filhos maiores de idade, estavam todos desempregados, parte das crianças encontravam-se o dia inteiro em casa, por conta de não terem conseguido vaga nas escolas municipais do Aluízio, segundo Aline, essas crianças perambulam o tempo inteiro pelas ruas e só vem pra casa para comer. A família vive, atualmente, do “Programa Bolsa Família” e relata que todos estão passando por grandes necessidades, inclusive, pela falta de alimentos e produtos de higiene. Das famílias que entrevistei, sem dúvidas, esta, é uma das que vive em situação de vulnerabilidade social extrema no Aluízio Campos.

“Eu me cadastrei no CRAS, ficaram de vir e até hoje nunca pisaram aqui. Pedi cesta

básica e emprego e nunca vi nem a cor”. No projeto do Aluízio, disseram que tinha várias indústrias, que ia gerar emprego pra o povo, você pode rodar aí, não fizeram nenhuma e nem dizem o porquê, eu me sinto jogada aqui, pra ser bem sincera” (ALINE DOS SANTOS, 2022).

O imóvel de Aline não possui fachada, ela explicou que não tem condições nenhuma de fazer um muro e colocar um portão, como parte dos moradores do Aluízio Campos.

“Querer eu queria, né? Acho bonito, mas eu não posso, preciso primeiro pensar em escola pra esses meninos e em trazer comida pra casa. Sei que quem colocou essas fachadas se acha, eles nem com a gente fala direito, deve ser porque fizeram os muros, tem frente que é um luxo, só você vendo” (ALINE DOS SANTOS, 2022).

A seguir, algumas imagens referentes a fachadas/muros modernizantes, construídas por alguns moradores do Conjunto Habitacional Aluízio Campos.

Figura 13: Muros e fachadas reformadas



Fonte: acervo pessoal da autora (fevereiro - 2022)

Quando se trata das interações e sociabilidades, Aline narra que quase não existe contato entre vizinhança e que a maioria que construiu os muros, pouco sai quando se encontra em casa. Essa fronteira social e simbólica formada pelos muros e fachadas, observada, nesta pesquisa, aumentou consideravelmente com a pandemia, pois, os moradores precisaram se isolar e as relações sociais que, já não eram tão próximas, ficaram mais distantes ainda, por conta das recomendações dos órgãos de saúde. Quase não se sabe quem é vizinho, ou não. Muitos não se conhecem e não existe muito interesse em estreitamento de laços. Segundo a entrevistada, sobre lazer e interações entre vizinhança:

“E pobre tem lazer? O lazer da gente é o celular e a televisão, não saímos pra canto

nenhum porque não temos condições, fora que é tudo longe, às crianças que ainda andam pelas praças, ficam ali naquele colchão e aqui na porta, agora eu e os meus meninos mais velhos é essa vida aqui que você tá vendo, o lazer é isso, limpar casa, fazer comida e ver coisas na internet e na televisão”. O povo aí do lado é besta que só, se acham, eles não parecem querer amizade com ninguém daqui, não” (ALINE DOS SANTOS, 2022).

Em Machado Pais, (1986) através do cotidiano existe também um processo de contínuas exteriorizações por parte dos indivíduos, exteriorizações essas que fomentam novas sociabilidades, interações e modos de vida. As diversas formas de vida cotidianas também são, portanto, transformativas, podendo, assim, originar novos níveis institucionais e estruturais. Neste sentido:

“Como sugere Knorr-Certina entre as micro e as macroconcepções sociológicas, o que muitas vezes acontece é o que se passa com alguns mais vizinhos, vivendo porta com porta o seu cotidiano sem dialogarem e quase ignorando-se. Ora bem: a sociologia da vida cotidiana pode perfeitamente ultrapassar os limites da microsociologia, em que, até agora, se tem predominantemente situado. Aliás, a necessidade de cruzar um plano microsociológico com um plano macrosociológico não é exclusiva da sociologia da vida cotidiana. (PAIS, 1986, p. 50).

George Simmel (2006), em “Questões fundamentais de Sociologia: indivíduo e sociedade”, aborda a sociabilidade como uma das formas de socialização “sociação”. Conforme Simmel, a socialização se dá a partir da interação entre os sujeitos e essas interações são compostas por forma e conteúdo. Sendo “forma” as diversas maneiras através das quais a interação ocorre e o “conteúdo” os interesses, finalidades, impulsos, condicionamentos psíquicos que levam à interação.

A socialização deve resultar, então, em formas de estar com o outro e de ser para o outro constituindo uma unidade, engendrando ou mediatizando efeitos de um indivíduo para outro. (SIMMEL, 2006) É através da socialização que internalizamos as regras sociais, e podemos interagir a partir delas, reproduzindo e transformando-as. Além das formas de interação rotinizadas e padronizadas, em tempos de racionalidade econômica (que se dá em ambientes como trabalho, escola, etc.), há também as interações espontâneas, livres de interesses, realizadas pura e simplesmente pelo ato da interação, de estar junto. Este tipo de interação, o autor chama de “sociabilidade”. São formas de “sociação” que “são acompanhadas por um sentimento e por uma satisfação de estar justamente socializado, pelo valor da sociedade enquanto tal.” (SIMMEL, 2006, p.64)

Apesar de toda a angústia narrada, Aline enfatiza, no fim da entrevista, que gosta de sua

casa, que é grata pela moradia e se esforça pra se adaptar, e que quando arrumar emprego e os filhos e netos começarem a estudar, a vida poderá melhorar.

A seguir, as Figuras 14, 15 e 16 são exemplos de imóveis de alguns moradores que não possuem fachadas/muros.

Figura 14: Fachada sem reformas.



Fonte: acervo pessoal da autora. (janeiro - 2022).

Figura 15: Quintal sem reformas.



Fonte: acervo pessoal da autora (janeiro - 2022).

Figura 16: Fachada sem reformas.



Fonte: acervo pessoal da autora (janeiro - 2022).

A próxima entrevistada é Magda Feitosa, de 39 anos, recepcionista, casada com José Félix, caminhoneiro. Magda morava no bairro do Bodocongó, em um apartamento de aluguel, antes de ser contemplada com o imóvel no habitacional, a mesma trabalha com carteira assinada e está construindo seu muro, ao redor de seu imóvel:

“Juntamos um dinheirinho aí e estamos começando a obra, vamos botar portão de alumínio branco, acho bonito, estava doida pra botar, é meio caro, mas, graças a Deus, vamos fazendo aos pouquinhos, aqui, É muito ruim a casa assim como entregaram, solta, sem muro, fica muito sem privacidade, o povo olhando pra dentro de sua casa, eu não gosto disso, não, quero entrar e ter tranquilidade, não sou de ficar em porta e esse muro vai melhorar a vida da gente” (MAGDA FEITOSA, 2022).

Elementos como grades e cercas eletrificadas, muros altos e portões de ferro, porteiros eletrônicos e câmeras de segurança conformam uma estética da segurança (Caldeira, 2000, apud, Fontes, 2022) que funciona como símbolo demarcador da distinção social entre vizinhos. Esses elementos são reflexo desse mesmo processo de diferenciação e do aumento da heterogeneidade social nas periferias urbanas (Cavalcanti, 2009; Fontes, 2018^a, apud, Fontes, 2022).

Com isso, mais pessoas têm conseguido adquirir bens como TVs, celulares, videogames, computadores e têm investido em equipamentos de segurança para suas residências, com o intuito de proteger seus bens e como resposta à representação pública da violência urbana. Elementos como grades e cercas eletrificadas, muros altos e portões de ferro, porteiros eletrônicos e câmeras de segurança conformam uma estética da segurança (Caldeira, 2000,

apud, Fontes, 2022) que funciona como símbolo demarcador da distinção social entre vizinhos. Esses elementos são reflexo desse mesmo processo de diferenciação e do aumento da heterogeneidade social nas periferias urbanas (Cavalcanti, 2009; Fontes, 2018^a, apud, Fontes, 2022).

Conforme narrativas da entrevistada, o muro com portão de alumínio é um objeto de desejo que “sonhava” desde que recebeu o imóvel e fará total diferença na sua vida, pois, separará de forma significativa, seu imóvel, dos imóveis vizinhos e trará privacidade. Conforme Magda, as relações de sociabilidades acontecem em sua casa, com parentes que moram em outros bairros e em datas especiais ou finais de semana, se encontram em sua casa no Aluízio para que, de portas fechadas, se confraternizem. Assim:

“Eu sou diferente desse povo que gosta de tá em rua, aqui tem muita gente desempregada, que vive em casa o dia todo, aí já viu, vive na rua e sabe até o que o vizinho come, adoram um mexerico, olham a gente dos pés à cabeça. Eu já era reservada e depois dessa Covid, então. Agora, toda comemoração é em casa, na minha ou dos meus parentes e amigos lá de Bodocongó ou do meu trabalho, com vizinho, não tenho amizade. Quando a frente ficar pronta vai ser bom demais, entrou, passo o portão na chave e tchau pra galera”. (MAGDA FEITOSA, 2022).

A moradora relata que existem praças em todos os 3 módulos do Residencial Aluízio Campos, bem como, salões de festas que, segundo a entrevistada foram construídos para que a população pudesse reservar para comemorar festejos, porém, foram depredados por “moradores vândalos”: “O lixo está cobrindo nesses salões, Deus me livre de fazer nada lá, e sobre as praças, não tenho interesse de ir, mas tem gente que gosta” (MAGDA FEITOSA, 2022).

As Figuras 17 e 18 destacam as praças e academias públicas de alguns módulos do Aluízio.

Figura 17: Academia e parquinho desativados.



Fonte: acervo pessoal da autora (julho - 2023).

Figura 18: Parquinho e academia desativados.



Fonte: acervo pessoal da autora (julho - 2023).

A entrevistada narra que sempre que precisa se deslocar para outros bairros, utiliza o Aplicativo “Uber e isso gera interesse entre alguns da vizinhança que, se esforçam para observarem com quem a vizinha está no carro, como podemos ver a seguir:

“Eu sei que é caro, mas, sempre que possível pego o “Uber”, eu trabalho é pra isso mesmo, até porque aqui é longe e é muito ruim tá esperando o ônibus, agora, uma coisa engraçada é que o povo não pode ver você chegando em um carro diferente que fica logo “de butuca” para saber com quem estou, parece que nem sabem o que é um “Uber” (MAGDA FEITOSA, 2022).

Douglas e Isherwood (2009) chamam a atenção para as dimensões culturais e simbólicas do consumismo e para as várias motivações e interesses que estão em volta ao ato de consumir. Os bens materiais são vistos como comunicadores de valores sociais e categorias culturais, tornando visíveis e estáveis determinadas categorias culturais. Todas as escolhas de consumo refletem julgamentos morais e valorativos culturalmente postos. Eles também têm a possibilidade de carregar significados sociais relevantes, demonstrando algo sobre o indivíduo: seu grupo social, sua família, sua rede de relações de forma geral. (OLIVEIRA, 2013, p. 272).

Conforme Oliveira (2013), Douglas e Isherwood (2009) entendem os rituais de consumo como rituais de estabelecimento e manutenção de relações; compartilhar ou não deles diz muito a respeito de quem está incluído ou excluído de determinado grupo social.

Polaz e Almeida (2017), em seu estudo sobre fronteiras sociais e simbólicas, destacam que apesar da desigualdade social no Brasil ser estudada há vários anos, ainda estamos distantes de compreendermos a maior parte dos elementos que a constituem e aprofundam nossas precariedades, sendo, portanto, necessário entendermos os processos culturais que a tornam

possível. Assim:

“Quando se trata de compreender processos que levam à ocupação de posições mais ou menos privilegiadas, à produção e reprodução de diferenças entre grupos sociais e mesmo à legitimação da desigualdade, o argumento cultural pode ser desenvolvido, como propõe Maria Charles (2008), abordando diferentes dimensões, tais como: traços de personalidade, atitudes ou valores internalizados, repertórios institucionalizados de ação e estruturas cognitivas que acompanham clivagens sociais nos processos de diferenciação, separação e agrupamento” (POLAZ; ALMEIDA, 2017, p. 1).

Para as autoras, essa análise constitui uma longa tradição analítica, no entanto, um dos limites dessa tradição refere-se à tendência em associar paradigmas culturais à estrutura social de forma genérica ou generalizante, sem que haja conexões entre uma dimensão e outra: “tentativas de pensar a cultura com base em práticas passíveis de ser examinadas no espaço concreto das relações sociais podem ser uma maneira de resolver esse problema” (POLAZ; ALMEIDA, 2017, p.2; apud Lizardo, 2006).

Assim, inspiradas pelo esforço contemporâneo de marcar a “convergência entre sistemas simbólicos e formas indiretas de poder”, Polaz e Almeida discutem o trabalho de diferenciação em que os sujeitos investem, ao mobilizar esses sistemas de classificação, como um trabalho de construção de fronteiras. Nesse sentido:

“Para Fredrik Barth e, depois, Michèle Lamont (1992, 2000b), e também para Charles Tilly (2006), entre outros, a noção de fronteira permite conceituar a interação entre indivíduos e grupos quando, separados por divisões de diferentes tipos, como classe social e etnia, se pensam mutuamente como sendo o outro. Assim, a constituição de fronteiras seria um dispositivo regulatório, que permite uns se diferenciarem dos outros. Ela estaria em contínua construção nas interações que têm lugar em diferentes esferas da vida social, aproximando-se dos processos de fechamento social examinados por Max Weber (1999)” (POLAZ; ALMEIDA, 2017, p. 2).

Conforme Polaz e Almeida, os estudos sobre fronteiras sociais e simbólicas correspondem, a um esforço para entender os mapas mentais, os sistemas de classificação que sujeitos mobilizam quando pensam sobre si mesmos em relação aos outros, e vice-versa, e para registrar o modo como os indivíduos definem distâncias quanto a certas categorias de indivíduos, o que é revelado, por exemplo, em suas escolhas matrimoniais ou nas características das redes de sociabilidade a que se articulam (LAMONT e MOLNÁR, 2002; PACHUCKI,

2007; SAINT MARTIN e GHEORGHIU, 2010).

Nesse contexto, o processo de entender e definir quem somos integraria uma perspectiva de determinação de quem é o outro e, por conseguinte, de quem nós não somos. Nobeit Elias e Scoot, em sua obra “Os estabelecidos e os outsiders” trazem um conjunto de perspectivas, a partir do uso de fontes diversas, que apontam para uma figuração social discutindo os laços de interdependência que unem, dividem e hierarquizam sujeitos e grupos sociais.

Elias e Scoot abordam em seus estudos, a comunidade de Winston Parva, cidade fictícia, localizada na Inglaterra. O trabalho inicia trazendo dados estatísticos dos índices de criminalidade e violência. Elias percebe conflitos nas interações e nas relações de poder entre os grupos dessa comunidade de Winston Parva, em que um grupo específico, chamados pelos autores de estabelecidos, se enxergavam diferentes e superiores em relação ao outro grupo, o dos outsiders, pelo fato de habitarem há mais tempo a comunidade e por terem os laços sociais sólidos e estabelecidos, Em contraposto aos moradores mais novos na comunidade que não conheciam muito os outros moradores, tampouco possuíam relações construídas com solidez.

O interessante e, talvez, complexo, é que tanto os estabelecidos, como os outsiders não possuíam tantas diferenças socioeconômicas e é aí que esta obra dialoga com essa pesquisa de doutorado. Os moradores do Aluizio Campos são indivíduos que, aparentemente, não possuem muitas diferenças, assim como na obra de “Elias”, afinal, todos foram beneficiários por uma política de moradia da Faixa 1 do PMCMV. Mas, a verdade é que existe uma heterogeneidade no habitacional, para além do perfil socioeconômico: muitos comerciantes, que vêm construindo seus negócios nos terrenos de suas próprias moradias, inclusive, utilizando empréstimos bancários para construir mercadinhos, lojas de materiais de construção, etc; muitas pessoas com diploma de nível superior; desempregados, trabalhadores com carteira assinada, pessoas envolvidas com prostituição, drogas, conforme narrativas; pessoas em situação de fome, pessoas com renda superior a 3 salários mínimos, e com veículos próprios, (quando 3, ou mais moradores de um mesmo imóvel, possuem emprego fixo) etc.

Leonardo Fontes, (2022) conceitua que nos últimos 30 anos, contudo, a homogeneidade no modo de vida e nas condições sociais deu lugar a uma crescente heterogeneidade em praticamente todos os aspectos. Essa heterogeneidade é evidenciada por várias pesquisas recentes e ultrapassa perspectivas econômicas e sociais (Marques, 2014; Fontes, 2018a, 2018c, apud, FONTES, 2022), em termos de religiosidade (Almeida, 2004), mas, também se materializa em termos morais e políticos (Feltran, 2011; 2014).

Conforme Fontes, a família, a religião, o mundo do trabalho, os sindicatos e outras

organizações da sociedade, tornaram-se progressivamente incapazes de agir na formação e manutenção de uma comunidade moral ou política. Neste sentido, existe um consenso na literatura atual de que a relação entre vizinhança, localidade e comunidade teria se perdido nas periferias urbanas, na medida em que foram ampliadas suas heterogeneidades internas. (FONTES. 2022).

Assim, Elias e Scoot, conceituam como preconceito social, quando um membro de um grupo estabelecido estigmatiza os integrantes do grupo outsider, não por suas características e particularidades, mas, por pertencerem a um grupo coletivamente considerado diferente ou inferior em relação ao grupo estabelecido (ELIAS, 2000, p.23).

Esse estudo de doutorado dialoga, também, com a pesquisa realizada por Whyte (2005) no período que vai de 1930 a 1940, em Boston, North End, denominada “Cornerville”. Essa região era vista pela mídia e pelo Estado como uma área com intensa vulnerabilidade social, habitada por imigrantes e filhos de imigrantes italianos, ligados constantemente ao mundo crime e coisas ilícitas. Inspirado pela “observação participante”, o autor compreende que a comunidade possuía diferentes grupos que se organizavam de forma que fazia sentido, mas, que não correspondia ao modo de vida da classe média norte-americana, de esforço individual e ascensão social” (VIVIANE SANTOS, 2017, p.22).

Com base na experiência de pesquisa, compreende-se que, diferentemente da abordagem feita por Elias e Scoot em Winston Parva, existem distâncias sociais e simbólicas nas relações entre vizinhança no Aluízio Campos, em que as trajetórias das famílias, a diferença econômica, (mesmo que não seja tão significativa) os bens materiais que possuem, o grau de escolaridade, a forma como se organizam, seus costumes e práticas no espaço residencial, podem determinar e explicar parte dos conflitos, estigmas e dificuldades de interação entre os grupos que sentem-se superiores.

Em sua pesquisa sobre fofoca, Claudia Fonseca (2000), aponta que o mexerico pode aparecer como um mecanismo dos que se enxergam inferiores e que, ao rebaixarem outros indivíduos realçam seus status. Diferentemente dos estudos de Fonseca, esse trabalho aponta, no que tange as fofocas e críticas constantes dos vizinhos que se veem como “diferentes” uma tentativa para reforçar sua superioridade.

Os moradores que possuem um trabalho fixo, com salário e carteira assinada, em sua maioria, construíram seus muros altos, com fachadas decoradas com cerâmica, ou, em alguns casos, porcelanato, se mantêm mais afastados dos seus vizinhos e insistem em chamar os mais pobres de bisbilhoteiros, quando não os acusam, constantemente, de invadirem suas

privacidades, afirmando que, construir um muro alto acaba se tornando um desejo destes que se colocam como diferentes em relação ao outro.

Assim, os muros construídos, reforçam os estigmas contra os grupos que carregam uma trajetória de precariedades habitacionais e vulnerabilidades sociais que se aprofundaram no habitacional, em virtude do desemprego, da falta de acesso à educação por parte das crianças, a vida ociosa e a ausência de hábitos e dinâmicas habitacionais tidas como “normais e aceitáveis” pelos vizinhos que acreditam ser “diferentes” em relação ao outro.

Os vizinhos que se sentem superiores em relação ao outro, não escondem os estigmas criados, e essas fronteiras sociais e simbólicas surgem como elementos de manutenção dessa separação e distância entre ambos. Nesse contexto, os muros e fachadas surgem como elemento de distinção social e simbólico que põe em xeque as diferenças e sentimentos de superioridade entre alguns vizinhos. O índice de violência é baixo no Aluízio, e os próprios moradores relatam que essa é a parte boa de morar de lá. Ao falarem sobre a necessidade de construir muros e fachadas, a justificativa colocada gira sempre em torno da privacidade e de se separarem do outro: de não ser observado por aquele que, segundo estes, são inferiores, não têm o que fazer, são barulhentos, e os incomodavam bastante, quando os imóveis não possuíam muros.

A obra “Cidade de Muros”, traz uma importante contribuição para entendermos como se constituem algumas questões urbanas no que tange as segregações socioespaciais. Segundo Teresa Caldeira, (2000) as mudanças atuais, estão criando espaços nos quais os distintos grupos sociais estão, ao mesmo tempo, próximos, porém, estão separados por muros e tecnologias de segurança, que os fazem não interagir ou circular em áreas comuns. O principal instrumento desse novo padrão de segregação espacial é o que a autora chama de “enclaves fortificados”. A pesquisadora entende esses espaços como aqueles privatizados, fechados e monitorados para moradia, consumo, lazer e trabalho. A sua principal justificativa é o medo da violência. Esses novos espaços são bastante atrativos para os que estão abandonando a esfera pública tradicional das ruas para os pobres, os “marginalizados” e os sem-teto. (CALDEIRA, p. 211).

As fofocas e os “disse me disse” circulam entre o Aluízio Campos de forma que mobilizam um lugar social para os moradores e os classificam como “pessoas do bem”, “boas de convívio” “educadas”, “reservadas”, em contrapartida, os tidos como “barulhentos” “mal educados” “desempregados”, “fofoqueiros”, são atribuídos significados morais e estigmatizantes, que se tornam, conseqüentemente, indicadores da “índole” da pessoa (Polaz e Almeida, 2018), como observados na fala da moradora a seguir:” Esse vizinho daqui, o Everaldo, pronto, esse daí é educado, diferente dos outros, é bom de convívio, ninguém nem

escuta ele e a mulher, só quando arengam, às vezes, (risos) mas, no dia a dia, a gente nem ver a “cor” deles, são boas pessoas” (GERALDA MATIAS, 2022).

Conforme Polaz e Almeida (2018), a crença na própria superioridade, que lhes permite justificar seu lugar de privilégio por suas capacidades e competências individuais, concebidas como especiais, desdobram-se em laços estabelecidos, como alianças, disputas pelos valores considerados mais legítimos e pode impedir o acesso de vizinhos mais pobres aos recursos de poder, sejam materiais ou simbólicos, como, por exemplo, a capacidade de poder construir seu muro ou fachada, possuir emprego fixo e salário, ou, simplesmente, ter acesso a um automóvel, (mesmo que pertença a um funcionário de algum aplicativo como o UBER), para deslocar-se até outros bairros (Elias e Scoot, 2000). Nesse contexto, para além das desigualdades sociais, que todos os moradores do Aluízio, de uma forma ou de outra, acabaram sendo afetados, devido às descontinuidades administrativas e de manutenção no Aluízio, em virtude das disputas e conflitos entre os gestores públicos das esferas municipal e estadual, e pela perspectiva neoliberal de menos Estado, aqueles que se encontram em uma situação de extrema pobreza, ainda são estigmatizados como os barulhentos do conjunto, mal educados, muniça e bisbilhoteiros.

CAPÍTULO 4

SENSAÇÃO DE ABANDONO DAS FORÇAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA NO HABITACIONAL E A ATUAÇÃO DO COMANDO CRIMINOSO

Nesta cena 4, discutirei questões referentes as estratégias criadas em relação à segurança dos moradores do conjunto habitacional, em virtude do medo da violência urbana, discutindo como as famílias organizam e reforçam essas estratégias, que se apresentam, principalmente, em detrimento do Estado não cumprir o seu papel. Quando pensamos na vigilância dos corpos humanos, logo vem à mente os personagens do Big Brother e do romance de George Orwell (1984) que, entre outras coisas, projetam uma perspectiva repressora de inibir qualquer ideia de liberdade individual dos sujeitos. Lembramos também, do modelo panóptico de vigilância estudado por Foucault (2009), a partir dos escritos do filósofo Jeremy Bentham. Porém, é o reality show: “Big Brother Brasil” que perpassa o imaginário social do brasileiro, quando a problemática do “vigiar o outro” como forma de controle, torna-se pauta.

Durante à pesquisa de campo no “Aluizio Campos”, um dos temas mais recorrentes nas entrevistas é a existência de um comando criminoso que controla o Aluizio Campos. O tema, acabara se tornando, também, complexo, curioso e importante conteúdo sociológico a incorporar nesse estudo de doutorado.

A primeira moradora a falar sobre o comando foi Silvana, que trouxe de forma espontânea o assunto, e que me despertou bastante interesse. A entrevistada não demonstrou medo algum diante da possibilidade de existência da quadrilha de criminosos no habitacional, pelo o contrário, demonstrava certa gratidão, em relação a ideia de ser “protegida”:

“Não sei onde moram, nem sei nome, nem nunca vi, mas dizem que já deram um “paus” num caba que roubou a televisão de uma senhora. Se fala que aqui pode andar de noite com celular e ninguém rouba se não se “lasca” com eles. Dizem também que fizeram o ladrão devolver a TV. E pode ser de fora ou morador, se fizer alguma coisa que prejudique alguém daqui o comando não tem pena, não. Sobre aquele doido que te falei, lembra? que assustava as mulheres, a conversa que a gente ouviu é que o comando deu um “pau” nele e esse homem sumiu daqui, nunca mais ouvimos falar de outro episódio envolvendo roubo, assédio de mulheres, ou, qualquer coisa parecida” (SILVANA, 2022).

Conforme Silvana, eles (comando) vigiam todos no Aluizio, sabem toda desordem que acontece e se prontificam a resolver, mesmo que seja através da violência, para trazer a

“tranquilidade” de volta aos moradores.

Nesta tese, não tratarei de demonstrar a existência ou não do comando, mas, buscar propor uma reflexão, através dessas narrativas, sobre situações que também fazem parte da vida cotidiana dos sujeitos que residem no Aluízio.

Das quarenta entrevistas realizadas para este estudo, pelo menos em quinze, a narrativa do comando aparece. Como citado anteriormente neste trabalho, há, em certa medida, uma heterogeneidade de perfis entre os moradores, entretanto, ao responderem sobre o comando, os diferentes perfis de moradores entrevistados, fizeram relatos semelhantes, confirmando a existência do grupo, sempre repetindo o mesmo caso do roubo da televisão, e da “correção” que foi dada ao bandido, pelos outros bandidos, que fazem parte do comando.

4.1 Vilão ou guardião?

Nos seis primeiros relatos dos moradores, a ideia do comando surge espontaneamente, quando a pauta é a violência, sem que eu precise perguntar sobre o grupo criminoso. Nas outras nove, como tinha o intuito de obter mais informações, eu mesma instigava o assunto. Conforme os quinze moradores, o comando agiria como uma espécie de guardião, vigiando e punindo aquele que transgredisse às regras de convivência e boas práticas de vizinhança, ou seja, que viesse, de algum modo, prejudicar a vivência da coletividade no residencial, ou, interferir diretamente na dinâmica da vida cotidiana das famílias.

Para Silvana, não se sabe até que ponto é verdade que há um comando dentro do Residencial Aluízio Campos, todavia, já ouviu falar sobre vários casos envolvendo esse comando criminoso. Silvana relata que, segundo “boatos”, os bandidos não praticam seus crimes dentro do residencial, pelo contrário, eles protegem os moradores, entretanto, agem na vigilância e punição daqueles que descumprem os códigos sociais da boa convivência, estabelecidos no âmbito da vida cotidiana do habitacional.

Lineu Soares, 65 anos, aposentado, e morador do residencial, afirma que também não conhece os integrantes do comando, nem sabe em qual bloco do habitacional eles residem, porém, fala com propriedade sobre o assunto:

“Minha querida, sobre a violência aqui, é tranquilo, tá uma coisa boa! Isso é realmente bom. Sobre o comando criminoso, isso tem em todo o Brasil, eu mesmo, não me misturo com esse povo. Aqui mesmo, nunca vi, nem sei quem é, nem tenho interesse em saber, nem sei em qual bloco moram, a gente não tem vínculo com esse pessoal, a

não ser que, olhe pra essa merceariazinha aqui, se de repente, que Deus defenda, mas se algum vagabundo vem e rouba esses ovinhos de dona Lourdinha, essas verdurinhas, essas banananinhas, aí eles vêm e perguntam: ou, dona Lourdinha, o que aconteceu aqui? Disseram que os vagabundos levaram suas coisas! E ela vai dizer: meu filho, levaram minhas bananinhas, minhas verdurinhas! Pois bem: não vai dar uma uma hora, duas horas, vão achar os bichos e vão dar umas boas lapadas ali dentro dos matos, pra eles aprenderem o que é bom. Já fizeram muito isso aqui, esses dias mesmo, o caba nem daqui era, a mulher ia saindo pra trabalhar, ele entrou, roubou a televisão, acharam ele, meteram o pau e pegaram a TV de volta”. (LINEU SOARES, 2023).

Conforme Lineu Soares, há o abandono da política de segurança pública no habitacional, não passando viaturas no dia a dia: “ vejo uma ou outra, apenas quando tem alguma ocorrência mais séria, moça! mas no dia a dia, assim, a gente não ver nenhum policiamento, não, agora isso em um lugar com quatro mil e cem moradias” (LINEU SOARES, 2023). Neste sentido:

“A polícia está organizada sobre bases estaduais e se subdivide em dois ramos independentes: a Polícia Militar (PM) de caráter ostensivo e a Polícia Civil, dedicada a atividades investigativas. Embora diferenciados, ambos os ramos da polícia estão voltados para a manutenção e reprodução de uma ordem social desigual e hierárquica, concentrando a repressão nos escalões inferiores da sociedade. Consequentemente, a distribuição dos serviços policiais, em termos de efetivos e equipamentos, acompanha os níveis de renda e prestígio das diferentes subáreas da cidade. As evidências disso se expressam nos coeficientes de alocação dos policiais entre áreas de classe alta e média, nas quais a relação é de 1 policial militar para cada 150 moradores, e áreas pobres, nas quais a mesma relação se eleva para 1 policial para 2.272 habitantes. Incluído entre estas últimas áreas, o Subúrbio Ferroviário detém uma proporção de 1/1.045 e dispõe de apenas três viaturas” (MACHADO, 2002, pg. 202).

Já para Romeu, 65 anos, aposentado, o suposto comando não comete crime dentro do residencial, assim:

“Aqui, prometeram e não foi pouco, disseram que ia ter segurança e não tem, o que tem de vagabundo não é brincadeira, eles roubam e trazem pra cá, usam e vendem droga a doidado, eles aqui não “bolem” com a gente, e ainda protegem, até já pegaram um doido que roubou uma televisão e pegaram a televisão de volta. Pelo o que eu sei, é que tem esse comando, aqui não tem policiamento, nem nada, era pra terem feito um posto policial, espaço tem, mas não construíram, aí a gente acaba tendo que agradecer aos vagabundos por darem segurança a gente, já pensou a situação, moça? A violência aqui é zero, mas não é pela polícia, não, é porque eles mesmos, os vagabundos (o comando) se organizam e nos protegem”. (ROMEU, 2023).

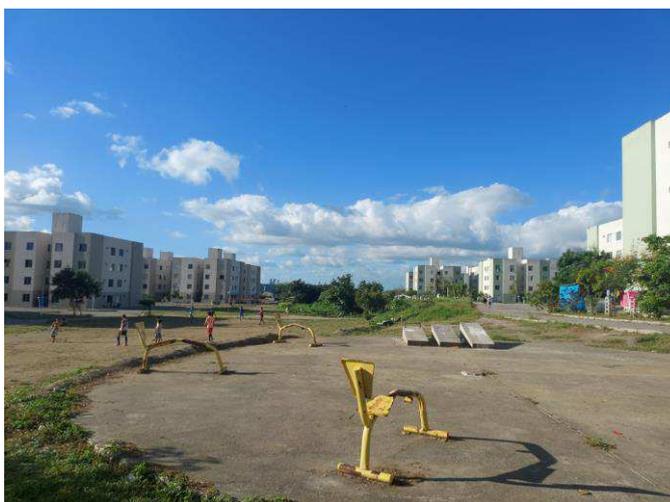
Em mais um dia de pesquisa, caminhava em uma tarde de sexta feira, sentindo os vazios e o vento no rosto do “Aluízio”, quando vi três idosos sentados na porta de um salão de festas, em frente a uma academia pública abandonada. Bem do lado, eles observavam algumas crianças jogando bola. Foi aí que conheci Romeu, Dodô e Mazinho, todos, aposentados e moradores dos apartamentos.

Romeu, primeiro entrevistado, é oriundo do Bairro de Santa Rosa, e fala com saudade sobre o antigo bairro, mas demonstra tristeza ao relatar que nunca havia tido uma casa própria:

“Moça, eu gosto daqui, queria mesmo ter conseguido uma casinha, sou velho, minha veinha, também, mas foi o que Deus quis, a gente aceitou de bom coração, ainda tentamos mudar de apartamento para uma casa, com a SEPLAN, mas não deu jeito. Esse é a primeiro canto próprio da gente. Lá, eu morava no que é dos outros, eu tenho saudade, mas não vou dizer que gostava mais de lá porque lá era do dono, aqui é meu e preciso gostar mais. Agora, assim, tem muitos problemas, tá vendo essa academia aí, toda enferrujada, quebrada, acabaram tudo, era tão linda, a gente se exercitava lá, bem cedinho, mas não tem fiscalização, ninguém toma de conta” (ROMEU, 2023).

A Figura 19 retrata uma das academias do Aluízio, mais especificamente, a apontada por Romeu:

Figura 19: Academia pública desativada.



Fonte: acervo pessoal da autora (julho - 2023).

Os entrevistados narram que o único espaço de interações é este, próximo aos apartamentos e ao salão de festa, onde, às vezes, faz sombra a tarde, e eles colocam as cadeiras, para conversarem um pouco, mas, que geralmente, tendem a passar o dia em seus apartamentos. Na próxima imagem (Figura 20), estão os três: Romeu, Dodô e Mazinho:

Figura 20: Salão de festa.



Fonte: acervo pessoal da autora (julho - 2023)

Colocam que não possui nenhuma atividade voltada para os idosos no habitacional, e que os espaços que são voltados ao lazer, como academias e salões de festas, possuem muitos problemas “ Têm salões em cada bloco, esse ainda tá inteiro, mas nem tem mesa e nem cadeira, às academias, tão tudo assim, o ferrugem comendo, as peças caindo os pedaços, o lazer de velho pobre aqui é esse, sentar e conversar, ou ficar preso no apartamento”. (MAZINHO, 2023). Na seguinte imagem (Figura 21), uma academia pública com peças danificadas à esquerda, um salão de festas no meio, e um campo de futebol mais à frente. No fundo, os apartamentos do conjunto residencial.

Figura 21: Espaços destinados a sociabilização.



Fonte: acervo pessoal da autora (julho - 2023).

Mazinho, 66 anos, oriundo do Bairro do Centenário, também recebeu um apartamento. Sobre a dinâmica de vida no condomínio vertical: “Olhe, síndico só quer arrancar os R\$ 25,00 da gente, porque os apartamentos mesmo, só é bem cuidado da parte dentro, da parte da gente, o síndico não tem moral nem pra zoada que o povo faz” (MAZINHO, 2023).

Dodô, 65, anos, também aposentado, oriundo da Liberdade, diz que gostava do antigo bairro, mas também gosta do Aluízio, que conquistou o sonho da casa própria, também relata que preferia uma casa, mas, que é grato, mesmo sendo um apartamento. Faz críticas a ausência de lotéricas, supermercados, empresas para gerar emprego, escolas estaduais para os jovens que, segundo ele, ficam ociosos e acabam “fazendo besteira”. Critica a destruição das academias públicas e dos salões que, segundo ele, as próprias crianças e jovens do residenciam destruíram. A seguir, sua fala em relação às interações sociais e a presença do comando:

“Só tenho esses dois amigos e tá bom demais, minha velha mesmo não gosta de vizinho, não, evita tá trocando muitas horas com o pessoal do prédio, porque tem um pessoal meio bagunçado. O síndico não bota ordem, não reclama com o povo, pro povo não fazer desordem, e nós que somos velhos, dormimos cedo, acordamos cedo, temos nosso jeito de viver. Aqui precisa de muita coisa pra melhorar, parece muito que abandonaram a gente aqui e sumiram. Tem muita coisa destruída, as próprias crianças, esses jovens que passam o dia sem ter o que fazer, que acabam as coisas, mas roubo, mesmo, violência, morte, essas coisas, se tiver, os bandidos que moram aqui, batem em cima pra disciplinar. Mas dizer que é ruim morar aqui, não é, não, ter seu cantinho é bom, eu gosto”. (DODÔ, 2023).

Para Iafet Bricalli (2020), Em *The Culture Of Surveillance*, David Lyon – diretor do Centro de Estudos de Vigilância e professor de Sociologia da Queen’s University, em Kingston, no Canadá, que se estuda a temática da vigilância há mais de 30 anos, destaca que refletir sobre a vigilância no século atual, nos termos orwellianos, se mostra essencialmente equivocado.

A perspectiva apresentada por David Lyon (2018) no que se refere a vigilância do século XXI, fundamenta-se, no engajamento e envolvimento dos sujeitos na sua própria vigilância. O “vigiar” se tornou, conforme Bricalli, parte da dinâmica social dos indivíduos e, por conta disso, a utilização do termo cultura pelo Lyon, em seus estudos.

Conforme as narrativas da também moradora, Lívia Gomes (2022), o comando agiria como uma espécie de guardião do espaço residencial, sendo proibido, portanto, qualquer ato criminoso dentro do habitacional, entretanto, ninguém sabe maiores informações sobre esse grupo criminoso que atua no condomínio, como um “protetor” do residencial, e toda ocorrência, chegaria, rapidamente, aos “ouvidos” do grupo, que vive em constância vigilância.

Já para a também residente do “Aluízio”, Marinalva Pereira, (2022), qualquer necessidade de algum morador, é resolvida pela organização criminosa: “Aqui se diz muito o seguinte: se marido trair ou bater, basta à mulher dizer ao comando que eles se acertam com o marido traidor, se alguém tá sem “bujão” só ir no comando que eles dão um jeito, se alguém for assaltado, eles acham o bandido até no inferno” (MARINALVA PEREIRA, 2022)

O entendimento de vigilância como parte de nossa cultura, enquanto sociedade, estabelecida pelo autor David Lyon, rompe com a ideia de entendimento da vigilância como algo exterior, para dar espaço a algo interno, criada e compartilhada por cidadãos médios que aceitam (conscientemente, ou, não), negociam, participam, ou, resistem. O que antes era um aspecto institucional de disciplina e controle social da modernidade, nos dias atuais, os indivíduos criam, internalizam e compartilham, se tornando, assim, uma parcela das reflexões diárias e das práticas cotidianas dos sujeitos sociais. (BRICALLI 2020).

Chega-se ao entendimento de que é até possível a existência do comando criminoso no Habitacional Aluízio Campos, todavia, os moradores generalizam e reforçam essa suposta existência, como se existisse essa prontidão e essa vigilância do comando, sempre atentos e dispostos a atenderem as demandas das famílias, a justificativa era sempre relacionada ao caso da “televisão”. A maioria das entrevistas se remetem a um único caso: de uma possível senhora que, ao sair para trabalhar, foi abordada por um criminoso, que roubou sua televisão. Após esse acontecimento, o suposto comando, conforme narrativas, bateu no criminoso e pegou o objeto de volta, devolvendo para a dona em seguida. Só a entrevistada Silvana que, além do caso da “televisão” cita que o comando também “disciplinou” um assediador de mulheres que andava pelo Aluízio Campos.

Nesse contexto, compreende-se a ideia do comando enquanto uma estratégia dos moradores para se protegerem dos “de fora”, como também, “dos de dentro”, em detrimento do abandono da política pública de segurança, que faz emergir uma outra dimensão da fantasmagoria, daquilo que é irreal, ilusório, utópico, conforme já discutido nesta tese. Na ausência dos representantes das forças públicas de segurança, o comando criminoso, fantasmagórico em sua existência, sempre mencionado, mas nunca conhecido, acaba preenchendo esse lugar garantidor de segurança que, somando-se aos muros (conforme narrativas, os muros, em primeiro lugar, separa o vizinho superior do vizinho inconveniente e, em segundo, ajuda na segurança) acabam fazendo o papel que o Estado não faz. O interessante é que os moradores entrevistados, por mais que destaquem que o comando age enquanto guardião, dando segurança e proteção, eles compreendem que são igualmente criminosos,

conforme aqueles que combatem em nome do bem estar do Aluizio Campos, e evidenciam que: não sabem quem são, não possuem interesse em saber, e que nem se misturam com esse tipo de gente”.

Ninguém pode provar que existe, ou, se é uma ilusão, uma utopia para afastar o “fantasma” do medo e da ameaça do outro. Assim, eles reproduzem, demasiadamente, que o grupo criminoso atua em defesa do habitacional. Em quase todas as entrevistas foi relatado a ausência de viaturas de polícia, a não ser em ocorrências mais sérias, e neste sentido, como forma de se proteger, os moradores internalizam, e reproduzem a ideia de existência de um comando criminoso que atua em defesa do bem estar do Aluizio Campos. Pode existir, como também pode não existir. O fato é que, eles afirmam com tanta propriedade, que qualquer um, é capaz de acreditar, inclusive, eles mesmos.

CAPÍTULO 5

O APROFUNDAMENTO DAS DESIGUALDADES EDUCACIONAIS E SOCIAIS NO ALUÍZIO CAMPOS

Nesta cena 5, encerrando os capítulos desta tese de doutorado, discuto às desigualdades educacionais e sociais que se aprofundam no Aluízio Campos, em decorrência do abandono das políticas políticas, com as descontinuidades administrativas e de manutenção, geradas pelo abandono do Estado em relação às famílias, (sob a perspectiva neoliberal de menos Estado), e pelos conflitos entre os gestores públicos paraibanos, que resultou em um projeto urbano distópico; um urbanismo fantasmagórico, com profundas consequências na vida dos moradores beneficiados pela política de moradia do PMCMV.

Para muitos, a educação é vista como ferramenta capaz de superar diferenças de origem e a insituição social, por meio da qual, seria capaz de alcançar a equidade e oportunidade de direitos, em uma sociedade justa e democrática. O direito à educação, defendido pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional – LDB (LEI n ° 9. 394, de 20 de dezembro de 1986), busca assegurar que todos e todas tenham as mesmas oportunidades de acessar as instituições de educação escolar, e possam concluir as etapas, na idade certa, que possam aprender de forma significativa, de modo que exerçam sua cidadania e se insiram no mundo do trabalho, posteriormente.

Quando falamos sobre desigualdades sociais e educacionais no nosso país, tocamos em um assunto problemático e desafiador. Nossas desigualdades sociais e educacionais são complexas e multifacetadas. Diferentes pesquisas mergulharam no universo das distintas formas em que ambas se materializam, seja através da dualidade rural versus urbano, sistema público versus privado, entre ou dentro dos sistemas públicos e/ou entre as regiões geográficas brasileiras (COSTA; KOSLINSKI; COSTA, 2012; ALVES; FRANCO, 2008; PADILHA et al. 2012; KOSLINSKI et al., 2010, apud, KOSLINKSKI, et., al, 2013, p. 1176.).

Pode-se dizer que diversas são as perspectivas que são utilizados para ilustrar as desigualdades educacionais: levando em consideração, desde estudos que focalizam insumos, como a infraestrutura das escolas (SÁTYRO; SOARES, 2007; SOARES; SÁTYRO, 2008, apud, KOSLINKSKI, et., al, 2013, p. 1176) e a distribuição de recursos financeiros (PINTO, 2007, apud, KOSLINKSKI, et., al, 2013, pg. 1176), até aqueles que focam nos resultados escolares tais como proficiência, fluxo e trajetórias escolares (ALVES; FRANCO, 2008;

SOARES; SÁTYRO, 2008, apud, KOSLINKSKI, et., al, 2013, pg. 1176).

Alguns estudos fazem uma relação entre a desigualdade educacional e a segregação residencial, e discutem o impacto dessa segregação residencial sobre os recursos físicos e humanos das escolas. Conforme os estudos de Ellen e Turner, (1997) a desigualdade da distribuição de serviços locais é um dos principais mecanismos através dos quais o efeito vizinhança opera. Escolas localizadas em áreas menos afluentes da cidade teriam recursos financeiros reduzidos, menos recursos pedagógicos, menos apoio voluntário dos pais e professores com menos experiência e, assim, enfrentariam maiores problemas com a gestão (ELLEN; TURNER, 1997; FLORES, 2008, apud, KOSLINKSKI, et., al, 2013, pg 1120).

Em contrapartida, escolas em bairros mais elitizados, teriam mais chances a serem bem sucedidas.

Para Kaztman (2001, 2012) os contextos urbanos latinoamericanos, nos oferecem explicações que ajudam a entender os processos por meio dos quais a segregação residencial exerce impacto sobre a oferta de equipamentos educacionais. De forma semelhante às pesquisas norte-americanas, o autor faz relação entre a segregação residencial ao isolamento social, ou à probabilidade de formação de espaços de sociabilidade informal entre indivíduos de diferentes origens socioeconômicas. Conforme o pesquisador, segregação é entendida a partir da presença de espaços que comportam diferenciação, baixa interação (segmentação), bem como a vontade ou a ação de membros de distintas categorias sociais de manter ou elevar as barreiras que os separam (KAZTMAN, 2001)

5.1 O dilema do desemprego e da falta de Escolas Estaduais no conjunto

O caso do Aluízio Campos é mais problemático ainda, pois, não foram construídas Escolas Estaduais de Ensino Médio no Complexo, e a ausência dessas instituições escolares têm gerado frustração, angústia e preocupação entre as famílias de adolescentes e jovens que finalizam os estudos no Ensino Municipal e não conseguem se inserir no Ensino Médio, conforme narrativa de Geane Lúcia, faxineira, de 52 anos, “ Não tem uma Escola Estadual e isso faz muita falta, prometeram e até hoje a gente espera, se você rodar esse lugar todinho aqui, a maior reclamação vai ser essa, pode anotar aí, que você vai comprovar” (GEANE LÚCIA, 2023). A entrevistada continua:

“Olhe, só você vendo! nem fizeram as empresas, nem as escolas, então junta o

desemprego, com a falta de escola, aff Maria, chega dói, meu Deus do céu! Me faltam palavras! Isso é muito sério, moça! Como é que pode, Faltar emprego e escola ao mesmo tempo, no lugar? Aí sabe o que acontece? Eles (os jovens) não têm como ocupar a mente, aí fazem o que querem da vida, é droga, vender e utilizar... é prostituição, naqueles “salão de festa” pras banda dali, que só serve pra isso, mesmo, e assim vai”. (GEANE LÚCIA, 2023).

As mesmas questões foram colocadas por Josué Dantas, de 32 anos, auxiliar de serviços gerais, que estava despejando lixo e resto de materiais de construção em um terreno, quando o abordei, e iniciamos o diálogo sobre trabalho e renda “ Moça, isso é bico, estou desempregado, a maioria aqui vive como eu, de bicaite”. Josué continua o diálogo, seguindo com sua com sua carroça de mão, em passos largos, enquanto eu acelero os passos para o acompanhar.

A imagem a seguir, à esquerda, mostra um pouco da carroça de Josué e os materiais que ele despejou no terreno. Conforme sua narrativa, era através desse “bico” que ele estava levando, temporariamente, o sustento para sua família.

Figura 22: Lixos e recicláveis descartados em terreno no residencial.



Fonte: acervo pessoal da autora (julho 2023).

Ele aceita as gravações de áudio, e relata que foi pai há cerca três meses de um menino, e que estava feliz. O mesmo relatou que estava fazendo todo bico que aparecia pelo complexo, para comprar fraldas para o bebê. Narrou que estava tudo muito difícil, ganhava muito pouco nos bicos que fazia e ia se virando como podia. Um pouco mais à frente, acena para um amigo, que bebia cerveja na calçada de casa. Esse amigo, através das mãos, o chama para ir até lá. E, eu vou junto. Era manhã de um domingo de julho, mês de férias escolares, para aqueles que fazem parte do universo educacional. O entrevistado diz: “ei, mano, essa menina é da

Universidade, tá fazendo uma entrevista sobre a moradia aqui no Aluízio, se você também puder, ajude ela aí, respondendo as paradas”. (JOSUÉ DANTAS, 2023).

O amigo de Josué, e próximo entrevistado, trata-se de Alisson Thiago, 35 anos, pedreiro.

“Eu não vejo tanto defeito aqui não, sabe? Acho bom demais, primeira! Porque assim, é tão ruim morar na sogra (gargalhadas) que eu aguento tudo! Mas, sem brincadeira, é um sonho, mano, ter seu canto, massa demais, sempre quis. Hoje é domingo, a mulher tá ali, ajeitando o menino, tou aqui assando uma carinha, tomando minha cerveja, vou dizer que é ruim?” (ALISSON THIAGO, 2023).

Quando Alisson Thiago conclui sua fala, Josué Dantas, o responde: “É porque tu tá empregado, né, bicho, tem tua motinha, aí fica melhor mesmo as paradas”. (JOSUÉ DANTAS, 2023). A esposa de Alisson Thiago sai de dentro do imóvel, me cumprimenta e começa a concordar com Josué Dantas e a discordar de seu esposo “ Aonde Alisson, que aqui não tem defeito, tais doido, é? O povo na miséria, as praças tudo destruída, num tem uma UPA, num passa uma polícia, os político sumiram, depois que entregaram as casas! não tem escola estadual. Tem que elogiar o bom, mas falar o ruim também” (REBECA BRITO, 2023).

Durante alguns minutos, os três mantêm uma pequena discussão sobre as dificuldades no Aluízio, sobre antigas moradias, sonhos da casa própria, pobreza e geração de emprego e renda, e sobre as discontinuidades administrativas e de manutenção no Aluízio Campos.

Estive na pesquisa de campo entre 2022 e 2023 e, sem dúvidas, esta foi a entrevista mais demorada: quase uma hora de conversa. Sentada na calçada, ao lado dos dois moradores, depois, três, bebo água, respiro, anoto algumas coisas, enquanto gravo tudo, e observo as sensações dos três, enquanto discutem suas vidas. Era a vida cotidiana posta, ali, diante dos meus olhos, com novos arranjos e configurações. Trajetórias distintas, entrelaçadas. Relações de interdependências que ora unem, ora dividem, e ora hierarquizam. Experiências de vida diversas, precariedades habitacionais marcadas em suas histórias. Ali, entre eles, discutiam o antes e o hoje. Josué, ex morador da Liberdade, oriundo do aluguel. Alisson e Rebeca, oriundos do Bairro das Cidades, oriundos da moradia de favor.

Questionavam-se e questionavam o outro, se era melhor ter emprego e não ter casa, ou, se ter casa, e não ter emprego. Se deveriam ser gratos aos políticos pela moradia, ou cobrar melhorias. Também deram exemplos dos colegas que não possuíam nem casa, nem emprego. Após bons minutos de discussão, chegaram a conclusão, que bom mesmo é ter os dois. Melhor ainda se tiver escola. E, supermercado. E, lazer. E, acesso à saúde pública. O que eles chegam à conclusão ali, era, simplesmente o que entendemos, sobre o direito à cidade. Nesse contexto:

“Não, eu sei, mano, que tem uma porrada aqui passando fome, sou otário não, se você desce pro módulo 02, aí que ver a pobreza, mesmo, num tou negando não. Peguei uma obra agora, tou subindo uma casinha aí, tou ganhando um trocado, a mulher vende lanche, vamos se virando. Já moramos de aluguel, já vivemos na sogra, sofremos demais, aqui é um luxo pra gente hoje em dia, a casinha é boa, tem terreno, vamos subir o muro quando der um dia. Agora, se for pra falar mesmo as coisas, assim, cá pra nós, bem pra nós, podia melhorar, sim! podia ter um mercado grande pra gente fazer feira? Podia! Podia ter escola estadual pros mano aí? Podia, podia ter hospital, UPA, perto? Podia, um canto da hora pra lazer pras criança? Podia! mas prometeram e deram no cano, vazaram, e sem falar que tem um povo aqui que se acha melhor que o outro, metido, tá ligado? Mas, eu num ligo, não, gosto daqui no geral”. (ALISSON THIAGO, 2023).

Josué Dantas, finaliza: “ grave aí, moça, de tudo o que conversamos, se pelo menos os políticos fizerem a escola estadual pra essa molecada aí ocupar a mente e parar de fazer besteira, e uma indústria pra dar emprego pra nós, como a de lâmpada que tava prometida, a gente vive de boa aqui, esqueça o resto aí, a gente se vira, bote aí só esses dois pra gente”. (JOSUÉ DANTAS, 2023).

Já para Railda Silva, 40 anos, diarista, a maior insatisfação é em relação estrutura dos imóveis que, segundo a entrevistada, possui garantia de 5 anos, mas, não há o acompanhamento e manutenção por parte da Prefeitura Municipal de Campina Grande:

“Ficou a desejar, não acompanharam, tem parede trincando, torneira dando problema, fomos na SEPLAN, (Secretaria de Planejamento) pedimos pra virem ajeitar as coisas, prometeram, mas até hoje a gente espera. A vida da gente aqui é esperar. É abandono e descaso total. A palavra é essa: abandono.”(RAILDA SILVA, 2023).

A próxima entrevistada trata-se de Maria do Desterro, 43 anos, faxineira, oriunda do Bairro da Bela Vista. Esta, possuía muito receio em relação a esta pesquisa, e só ficou mais à vontade, quando mostrei meu documento do programa de pós graduação, e expliquei de forma simples, o meu objetivo com o estudo, mostrando que não tinha nenhum vínculo com a prefeitura da cidade. Ainda assim, a entrevistada pediu que eu não gravasse áudio, apenas escrevesse o seu relato. Ao ser perguntada como era sua vida no antigo bairro, já inicia rememorando o passado e com certo saudosismo, narra o desemprego no Aluízio:

“Minha vida lá tinha emprego, tinha tudo e aqui não tem nada, lá eu fazia reciclagem, minhas faxinas. Aqui até posso fazer minhas reciclagens, mas têm umas pestes de uns vizinhos que reclamam, acham que são os ricão e reclamam se a gente coloca a reciclagem na porta da gente! Diz logo que a gente é mundaça. Falam da catinga, falam que os materiais chamam bicho, inseto.... se incomodam até com a carroça e com o pobre do burro se tiver na calçada, é tudo muito difícil. Esse ano ainda foi bom porque

fiz parte da limpeza do Parque do Povo, ai trabalhei o mês todo, fiz um trocado. Semana passada arrumei uma faxina por aqui mesmo no Aluízio. A vida é essa, minha filha” (MARIA DO DESTERRO, 2023).

Maria do Desterro diz, também, que o SAMU, (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência), não vai em todos os módulos do habitacional, e reclama da ausência de Unidades de Pronto Atendimento – UPAs, relutando que só existem postos de saúde pelo complexo. Relata, também, que os ônibus que transportavam as crianças até as escolas municipais do complexo, deixaram de prestar o serviço e, as famílias precisam percorrer longas distâncias, ou, pagar passagens para poder deixar os filhos nas escolas. Neste sentido: “Tem muita coisa boa aqui, sim, as escolas municipais são boas, as creches, meus meninos amam as tias, são bem cuidados, comem por lá e tudo, mas precisam mandar os ônibus de volta. Aqui também precisa urgente de colégio estadual, é a maior urgência do momento, junto dos empregos” (MARIA DO DESTERRO, 2023).

Enquanto eu entrevistava Maria do Desterro, três crianças, me tocaram e disseram: tira uma foto minha, tia! fazendo uma pose em seguida. E, Maria do Desterro diz: “São meus sobrinhos, pode tirar a foto! tá vendo esse ali, é autista, a mãe dele, só conseguiu a casa por isso, ele é do grupo da prioridade” (MARIA DO DESTERRO, 2023).

Figura 23: Algumas crianças do “Aluízio Campos”.



Fonte: acervo pessoal da autora (julho – 2023).

Já para Iara Cilene, 50 anos, ajudante de serviços gerais, oriunda do Monte Santo, a vida

no Aluízio melhorou, pelo fato de ter sua casa própria, que era seu sonho de vida “ É difícil falar do seu bairro, porque graças a Deus, foi aqui que consegui a casa, né? Tem muita coisa boa, mas, assim, falta um monte de coisa” (IARA CILENE, 2023).

“Tenho 9 filhos, mas, graças a Deus, só 3 estão comigo na casa, não tenho marido, sou eu pra tudo. Os outros meus meninos já tomaram seus rumos. Arrumei um contrato de trabalho na creche agora, na limpeza, agradeço todo dia, mas lutei muito, aff Maria, sofri demais aqui sem emprego! Queria eu que fosse de carteira assinada, porque contrato é hoje e não é amanhã, mas Deus proverá. Se for falar pra você o que falta aqui, vamos ficar até amanhã. Esse negócio dos estaduais, mesmo é um problema. Tenho um rapaz de 17 anos, e um casal de gêmeos de 13. O menino mais velho tá sem estudar, tou tentando arrumar uma vaga de trabalho pra ele na creche, mas ele é menor, aí é difícil, tou pedindo a Deus que ele arrume um emprego de qualquer coisa. Escola, só tem em Campina, ou no Ligeiro, é longe. Eu mesma já perdi as esperanças deles construírem esses estaduais por aqui”. (IARA CILENE, 2023).

Iara trabalha das 07: 00 às 17:00 horas, de segunda a sexta feira. Ao ser perguntada sobre o que o filho faz durante a semana, uma vez que nem estuda e nem trabalha, responde: “ Fica por aqui, pelo complexo, fica por casa, joga bola, dorme, fica na internet, meu medo é porque tá se acompanhando de uns boys do bloco 02, que é o mais carregado, e quer viver pra banda de lá, essa juventude de hoje, você sabe, a mãe avisa, dá conselho, mas eles são cheios das razões”. (IARA CILENE, 2023).

5.2 A formação do comércio no Aluízio Campos, como estratégia de sobrevivência e resistência

A próxima entrevistada trata-se de Lourdinha Silva, 50 anos, dona de um pequena mercearia, em sua própria casa, mais precisamente, onde era o jardim. Lourdinha Silva é oriunda do Bairro das Malvinas e inicia já narrando suas angústias: “ O que eu tenho pra falar é que aqui não melhorou foi nada! Prometeram muitas coisas, jogaram a gente aqui, mas mentiram muito, nada foi verdade, vou terminar é voltando pra lá” (LOURDINHA SILVA). Enquanto eu conversava com a entrevistada, chegou um cliente e amigo da mesma que, me fez algumas perguntas sobre a pesquisa, prontamente o expliquei e, para minha surpresa, ele mesmo se ofereceu para participar.

Conforme eu relato neste trabalho, em minha referida dissertação de mestrado, tive certa facilidade com a pesquisa de campo. Os moradores do Residencial Major Veneziano, queriam falar, queriam ser ouvidos, queriam que alguém ouvissem suas angústias. E, no “Aluízio”, havia

muita resistência, havia vazios, havia fugas dos moradores que, por vários motivos, não queriam ser entrevistadas por ninguém.

Era uma tarde de sábado e os dois pareciam ter disponibilidade e estarem acessíveis para serem entrevistados. Lineu Soares, 65 anos, casado, e é beneficiário do BPC. Coloca que, apesar da idade, possui boa saúde e faz bico como mototaxista para complementar a renda. oriundo da Ramadinha 1, rememora com saudade seu passado no bairro de origem “ Sinto saudade dos amigos, da família, da minha história que construí lá! Lá tinha, tudo, aqui é um bairro fantasma” (LINEU SOARES, 2023). Lineu relata que tem longo histórico em movimentos de lutas nos bairros. O mesmo, demonstra muito conhecimento político. Ainda, nesse contexto, segue:

“Minha querida, você tem idade para ser minha filha, me permita falar o que penso sobre esse lugar. Primeiro, quem fez não foi esse moleque desse Bruno Cunha Lima que hoje é prefeito, quem tava na gestão era o tal do Romero Rodrigues, que é outra peste. O primeiro, prometeu, e não entregou quase nada, o segundo, esse, nem aqui pisa. Construíram 3 salões de festas, que os próprios moradores destruíram, hoje, só servem para prostituição para a juventude ociosa e desempregada que mora aqui, até criança tem nesse meio. Sabe o que Romero era pra ter feito ali? Ou até mesmo esse Cunha Lima, agora? Um restaurante popular, desses de R\$ 2,00, sabe? A fome é grande aqui, por causa do desemprego, mas, os vereadores safados, quando ganham, somem tudo. Você é a única que vejo aqui querendo falar com a gente, e é da universidade, porque político mesmo, parar pra ouvir nossas angústias, só ano que vem, por causa das eleições”(LINEU SOARES, 2023).

O mesmo diz que a falta de escolas estaduais, lhe causa profunda frustração, uma vez que sua filha, precisa ir até o Centro da cidade, cursar o 3º ano do Ensino Médio, em uma Escola Estadual, pois, a mais próxima, localizada no Bairro do Ligeiro, teve lotação máxima de matrículas. Assim:

“Eu fico indignado! todo dia vou deixar e vou pegar ela nessa moto! Uma tristeza você arrastar essas crianças pro Estadual do Zé Pinheiro, Estadual da Prata, Solon de Lucena.. São mais de 16 mil pessoas morando aqui, foram mais de 4 mil moradias, como não fizeram uma Escola Estadual? Eu vi um vereador esses dias, falei na cara dele: apareça lá no complexo, não vá só nas eleições, não, estamos abandonados! Minha filha, olhe pra mim, você sabe quanto o alternativo cobra pra levar e pegar a gente com a feira, lá pro Centro? 25,00 reais para ir, e mais 25,00 para voltar, e cadê o supermercado, cadê a feira que disseram que iam construir aqui? (LINEU SOARES, 2023).

Lineu conta que fazia parte da liderança no habitacional, mas, que desistiu de participar ativamente das manifestações por causa de divergência entre os moradores, e por que conta de sua idade, estava se desgastando muito. O entrevistado continua:

“Não sei nem se você gosta, vou falar mesmo assim, sou filiado ao PT (Partido dos Trabalhadores), sou Lula até morrer, porque Bolsonaro foi um satanás que habitou nessa terra, um miliciano, um bandido, matou o povo de fome e de Covid. As coisas no Brasil têm melhorado agora, só não sei se em Campina melhora, um lugar que sempre tem Cunha Lima no poder, agora parece que tem rolo também com o governador, é tanto moído, minha filha, tanta enganação... Agora, eu não sou formado, não, mas também não sou burro, anote aí no seu doutorado, sobre a falta das Escolas Estaduais, que eu tenho certeza que é algo muito sério, não é possível. (LINEU SOARES, 2023).

Lourdinha mora com dois filhos que cursam o Ensino Médio e uma filha que já concluiu os estudos. Esta filha, é mãe de uma criança. Todos convivem na casa do Aluizio Campos. Conforme narrativa: “Meus meninos estudam no Ligeiro, isso porque tive sorte de achar vaga lá! É o oba oba! Tem que ir de madrugada pra ver se acha vaga. Se achou, bom, se não, fica aí, sem estudar, ou vai pro Centro, ou pro Estadual da Prata” (LOURDINHA SILVA, 2023).

Lineu Soares, tinha ido até o pequeno comércio de Lourdinha, comprar batatas, cenouras e tomates. Ele relatou que todo “trocado” que recebe com o trabalho de mototaxista, compra frutas e verduras pelo habitacional, para levar para casa, onde mora com sua esposa, dois filhos e um neto. O entrevistado, traz novamente a pauta da feira e dos supermercados: “ Os ricos de Campina esqueceram que pobre come, moça! Porque um lugar com mais de 16 mil pessoas não haver uma feira livre, um supermercado, é demais, né? Aqui era pra ter uma feira tipo a da Prata. (LINEU SOARES, 2023).

Conforme Lourdinha Silva, não há expectativas sobre construções de grandes supermercados, já sobre feiras livres, relata que a prefeitura montou uma pequena, com algumas barracas, bem próxima de sua casa, fez uma seleção, e colocou alguns moradores para comercializarem produtos no espaço.

Segundo a moradora, por conflitos entre os mesmos, e pela falta de um projeto gestor; um planejamento da prefeitura e orientações sobre como seguir com o negócio, sobre como se organizar, etc. O empreendimento desandou e resultou em brigas, fazendo com que os moradores, levassem para suas casas, seus produtos. Hoje, o espaço encontra-se abandonado, assim como muitas coisas no habitacional, e as famílias, aos poucos, foram construindo seus comércios em suas casas. A imagem a seguir (Figura 24), retrata as barracas que compunham à feira que à prefeitura colocou para que os moradores vendessem e comprassem alimentos, mas, que acabou não dando certo.

Figura 24: Feira desativada.



Fonte: acervo pessoal da autora (julho - 2023).

Para Lourdinha, tem uma parcela da população do Aluízio em extrema pobreza. Ela relata que vive de rendas oriundas do Bolsa família dos seus netos, e que, ela e a filha, investem o dinheiro do próprio benefício do Bolsa Família, na compra de alimentos para comercializarem em sua casa. A mesma relata que juntou um “trocadinho”, e no jardim, fez uma mercearia que, ainda encontra-se sem acabamento. A mercearia possui algumas prateleiras, com pipocas, balas, pirulitos, arroz, feijão, macarrão, enlatados, etc. No balcão de madeira, ficam expostas algumas frutas, verduras e legumes. Assim:

“Tem muita pobreza aqui, não tem trabalho pra ninguém, tá todo mundo abandonado, prometeram tanta empresa, mas, nada! É o dia todo o povo aqui pedindo na barraca, aí, coitada de mim, se eu for dar esse pouco que eu tenho aqui pra vender, essas verdurinhas que eu compro e ganho centavos em cima, vou viver de que, meu Deus? Sei que tem gente pior que eu! Minha menina ainda faz umas faxinas e tem esse Bolsa Família, e eu esse comerciazinho, tem gente que vive de esmola mesmo, mas eu não posso ajudar, infelizmente”. (LOURDINHA SILVA, 2023).

A entrevistada narra que, mais uma estratégia de complementar a renda, é com a venda de passagens para praias de João Pessoa. Relata que divulga, pelo residencial, à viagem a alguma praia do litoral Paraibano, com data marcada e ônibus reservado com alguma empresa campinense. Posteriormente, inicia a venda de passagens, através de carnês e, no dia marcado, saem ainda de madrugada, e passam o dia na praia, retornando somente à noite para Campina Grande, prática/bico que faz, desde a antiga moradia. A próxima imagem, trata-se do comércio

de Lourdinha Silva, na frente de sua casa.

Figura 25: Merceria de dona Lourdinha.



Fonte: acervo pessoal da autora (julho – 2023).

A pequena merceria de Lourdinha, é um dos muitos comércios que foram se instalando nas próprias casas dos moradores do Aluízio Campos, como forma de sobreviverem ao desemprego. A imagem é bastante representativa: Nas prateleiras, pipocas e balas; na mesa de madeira, algumas cebolas, ovos, tomates, batata inglesa, batata doce e dois abacaxis. Na parte externa; uma placa, anunciando uma viagem à praia de Jacumã, Litoral Sul de João Pessoa-PB. É mais uma estratégia de sobrevivência e resistência no Aluízio. Cabe destacar que, além das simples mercearias, lojinhas de roupas, pequenos salões de beleza improvisados nas casas, observados na pesquisa de campo, foi identificado, também, empreendimentos de médio porte, em que, foi investido um valor considerável na obra e nos produtos comercializados.

Com estes comerciantes, foi muito mais difícil estabelecer contato e realizar entrevista. Ainda consegui conversar por uns 2 a 3 minutos com um proprietário de um mercadinho, o que não considero uma entrevista. Ele não permitiu gravação de áudio, tampouco anotações. Só falou que se juntou com seus irmãos e juntos, fizeram um empréstimo no banco, para construir um mercado. Foi o máximo que consegui de informação.

Algumas questões podem estar envolvidas, como a própria renda da família que, talvez, não seja mais a informada no cadastro (de 0 a R\$ 1.800,00). O que observei é que muitas casas têm se transformado em comércios bem organizados, outras, estão em reformas. Como já citei

nesse trabalho, há uma heterogeneidade no Aluízio, claro, nenhum morador faz parte de uma elite econômica, nenhuma grande diferença, mas, existem perfis distintos em termos de escolaridade, origens, experiências de vida e até em relação a renda mensal.

As imagens a seguir (Figuras 26 e 27), retratam um pouco, os comércios mais organizados encontrados pelo Aluízio Campos:

Figura 26: Pontos comerciais mais estruturados, no “Aluízio Campos”.



Fonte: acervo da autora (julho - 2023).

Figura 27: Pontos comerciais mais estruturados, no “Aluízio Campos”.



Fonte: acervo da autora (julho - 2023).

Agora, as Figuras 28 e 29, retraram os comércios mais simples, construídos pelos moradores, no Aluízio Campos:

Figura 28: Pontos comerciais menos estruturados, no “Aluízio Campos”.



Fonte: acervo pessoal da autora (julho - 2023).

Figura 29: pontos comerciais menos estruturados, no “Aluízio Campos”.



Fonte: acervo pessoal da autora (julho - 2023).

Conforme discutido no capítulo 1, o Complexo foi alvo de disputas e interesses de agentes públicos e privados e, neste jogo de toma lá, da cá, quem acabou pagando o preço, foi a população residente do Habitacional Aluízio Campos, que acabou, abandonada pelas políticas públicas e pelos agentes públicos locais. As agendas pró-mercado e as disputas dos grupos políticos que têm governado Campina Grande e o estado da Paraíba, levaram as descontinuidades administrativas e de manutenção no residencial, com número elevado de desemprego, pobreza, ausência de equipamentos públicos e das Escolas Estaduais que, acaba aprofundando as desigualdades educacionais e sociais. A falta das escolas, hoje, é a grande problemática do Aluízio e a maior preocupação das mães, em relação à juventude ociosa, que conclui o Ensino Fundamental e não inicia o Ensino Médio.

Pelos relatos, compreendi que a principal preocupação dessas mães é com o

envolvimento dos filhos com a criminalidade, caso a educação não os alcance. O interessante é que os outros moradores, mesmo os que não possuem filhos jovens em idade escolar, e nem conheçam, nem tenham interesse em estabelecer relações sociais com essas outras mães, também se mostram preocupados e revoltados com a situação, seja por solidariedade, seja pelo medo dessa juventude se tornar uma ameaça ao residencial no futuro, seja pela revolta com a prefeitura, pela ausência de Escolas Estaduais. Neste sentido, observa-se que o direito à educação, colocado na Constituição Federal de 1988, não tem sido garantido; e esse direito além de negado, tem se traduzido em desigualdades, no Conjunto Habitacional Aluizio Campos.

5.3 A dinâmica de vida nos apartamentos

Das 4 mil e 100 moradias do Aluizio Campos, 1088, são apartamentos, com tamanhos entre 48 m² e 52 m², respectivamente, conforme Mota e Cavalcanti (2020). Ao iniciar à pesquisa no empreendimento vertical do Aluizio, de alguma forma, estive mais próxima de minha pesquisa do mestrado no Residencial Major Veneziano. A estrutura é muito parecida: a estética, o tamanho, as cores. Mas, as cores das paredes dos prédios, pois as dos espaços comuns, não se pareciam muito, a não ser, em relação às paletas de cores das roupas espalhadas pelos varais improvisados do condomínio.

As duas imagens seguintes (Figura 30), retratam o primeiro dia de pesquisa de campo nos apartamentos do Aluizio Campo:

Figura 30: Moradias verticalizadas.



Fonte: acervo pessoal da autora (julho - 2023).

Assim como nas ruas/vizinhança das habitações horizontais, nessas moradias verticais, também existiam grandes vazios de gente, e mais uma vez, a dificuldade de encontrar pessoas pelo condomínio, e que estivessem dispostas a participarem das entrevistas. Fui durante três dias para as entrevistas com os moradores dos apartamentos, e consegui conversar com oito. A dificuldade era imensa de encontrar alguém. Muitos se negaram a participar. Alguns disseram que não moravam lá, que não poderiam participar da pesquisa, pois estavam de visita. Outros, se contradiziam. Outros, aceitavam, mas, não passavam 5 minutos e encerravam. Outros, eram um pouco grosseiros. Os poucos que consegui entrevistar, trouxeram questões importantes.

A apatia, encontrada encontrada entre os moradores das casas, se repetia, pelos mesmos motivos: as frustrações. A realização do sonho da casa própria, também apareceu em todas as narrativas, de forma espontânea, sem que eu instigasse a pauta. Sobre as decepções dos moradores dos apartamentos, estas, possuem um agravante: todos, narram que preferiam uma casa, a apartamento, se dizem gratos, todavia, acreditam que estariam mais felizes se tivessem a possibilidade de serem beneficiários pela moradia horizontal.

Marinaldo, 32 anos, casado, pai de dois filhos, desempregado, relata que muita coisa foi prometida e não foi realizada, que o projeto era muito bonito, e todos criaram grandes expectativas, principalmente em relação a emprego, relata, também, sobre a vida e os desafios no seu apartamento:

“Nada, nada foi feito, tamo no zero! O material dos apartamento de péssima qualidade, economizaram em tudo, problema de instalação dos canos, dá muito entupimento lá em casa, a garantia não aparece! As ruas tudo cheias de buraco. Desde que entregou que dá problema, e a garantia já vai acabar, só são 5 anos. Se a gente tiver de cobrar é esse ano, ano que encerra a garantia. A última vez que pedi manutenção, a prefeitura mandou dois “bebinho”, isso quando mandam”. (MARINALDO, 2023).

Sobre a pauta trabalho, Marinaldo relata que esta recebendo seguro desemprego, e que antes trabalhava na TESS, (Indústria e Comércio LTDA) empresa de calçados. Diz que o que lhe traz expectativas é o “Polo da Moda”, atacadista de roupas que está sendo finalizado, e localiza-se no Complexo: “A esperança da gente é esse ‘Polo da Moda’ aí, espero que eles empreguem a gente, não sei como será, se vão querer experiência, só sei que vai ser fila até de madrugada, é gente demais aqui necessitada, eu sou um”. (MARINALDO. 2023). Ao ser perguntado sobre sua relação com a vizinhança dos apartamentos e interações: “ Tem gente que não era pra tá morando aqui, não, era pra morar em sítio, tem gente que não se dá pra morar com outrar pessoas, não tem educação, respeito, fala palavrão, grita, coisa de muniça, mas eu

vivo minha vida, procuro viver na minha” (MARINALDO, 2023). A seguir, imagem do Atacadista “Br Polo Shopping”, obra que faz parte do projeto do Complexo Multimodal Aluizio Campos, e que se encontra em fase de finalização.

Figura 31: Br Polo Shopping.



Fonte: acervo pessoal da autora (julho - 2023).

Ao ser perguntado se interage com os moradores das casas, ele responde: “a gente conhece um ou outro porque passa por lá pra pegar ônibus, comprar alguma coisa, aí não tem jeito, acaba conhecendo, mas amizade mesmo, não tenho com muita gente, não, nem daqui, nem de lá” (MARINALDO, 2023).

Marinaldo finaliza sua fala narrando que gosta do seu apartamento, apesar dos desafios, porém, muita coisa precisa melhorar, e cita a pobreza no lugar; fala que tem muita gente em situação de fome no espaço residencial. Ele resume o que melhoraria a vida cotidiana no habitacional “Pra melhorar aqui, emprego em primeiro lugar, lazer pra essa juventude, Escola Estadual, fiscalização, manutenção nesses apartamentos, supermercados, pronto, ia ser bom demais” (MARINALDO, 2023).

Em uma tarde de quinta feira, conheci Luísa e Cristina sentadas na calçada dos apartamentos, brincando com um bebê. Me aproximei, falei sobre a pesquisa e elas aceitaram participar da entrevista. Com a apatia¹⁰ de quase sempre, eu precisava de muitas manobras para

¹⁰ Processos marcantes das últimas décadas como a perda de importância da Igreja Católica enquanto espaço de sociabilidade, a diminuição da centralidade da rua enquanto espaço de encontro, a relativa prosperidade econômica de alguns e a representação da violência reduziu as possibilidades de construção ou mesmo de manutenção das

conseguir informações precisas e lançar pautas importantes. Estava difícil, e o sol “não ajudava”.

Cristina disse que faz faxina, e que precisa se deslocar para o Centro para trabalhar, e se não tiver dinheiro para pegar o ônibus, perde os trabalhos, e fica passando necessidade, e que no momento, estava sem nenhuma faxina agendada, comendo só o alimento que restava em casa. Falou que gosta do apartamento, mas preferia uma casa, principalmente, pelo fato gostar de plantas. Disse também que a situação da taxa do condomínio é complexa e frequentemente a energia do prédio é cortada por falta de pagamento. E, que até ela atrasa as vezes, pois não possui renda fixa.

Sobre o lazer, falou que é do apartamento para a igreja evangélica¹¹ localizada no conjunto. Falou, também, que às vezes desce e fica na calçada conversando com Luísa, enquanto ela dar banho de sol em sua bebê.

Na sequência, imagens que demonstram a igreja católica (Figura 32) e a igreja evangélica (Figura 33), construídas no conjunto habitacional.

Figura 32: Igreja católica do “Aluízio Campos”.

relações comunitárias que parte dessa geração nutria durante sua juventude (FONTES, p. 10, 2022).

¹¹ Um estudo comparativo realizado por Cecília Mariz (1991) com famílias pobres do Recife e do Rio de Janeiro, apontou a relação entre a pobreza e as práticas e crenças religiosas. A pesquisadora afirma que em contextos de carência econômica e material (desemprego, doença, habitação, educação dos filhos) os mais pobres encontram saída na religião. Um dado interessante colocado pela autora é sobre a menor popularidade da Igreja Católica sobre os brasileiros mais carentes, que buscam outras organizações religiosas. A pequena proporção de igrejas católicas e padres no espaço geográfico, a baixa frequência de missas na semana e a pouca disposição para a vocação religiosa, teriam motivado a busca por outras formas de organização religiosa, como o Pentecostalismo, por exemplo. A conversão e o engajamento nos grupos religiosos ajudam a enfrentar momentos de crises. Além de oferecerem uma rede de apoio mútuo e experiências subjetivas de pertencimento a uma comunidade, de poder e dignidade. (MARIZ, 1991, p.11-24, apud SANTOS, p. 161, 2017).



Figura 33: “Igreja evangélica do “Aluizio Campos”.



Fonte: acervo pessoal da autora (julho - 2023).

Luísa, 30 anos, casada, dona de casa, casada, é mãe da bebê Alice, de um ano. Seu esposo trabalha o dia todo, enquanto ela passa o dia com sua filha. Narra que a vida nos apartamentos é tranquila, que não tem tanto o que reclamar, que a violência no habitacional é zero, mas, o que é complicado mesmo é a pobreza por causa do desemprego, a ausência de supermercados, equipamentos urbanos, etc. Relata que seu lazer também se divide entre os cultos da igreja evangélica e às poucas vezes em que desce para a calçadas durante à tarde. As entrevistadas não quiseram gravações de áudio e o nosso diálogo foi breve.

Já para Romeu, 66 anos, já citado no capítulo anterior deste trabalho, as garagens deveriam ter sido entregues cobertas, e outra situação colocada pelo morador, é que, não

bastasse a falta de privacidade que é comum em apartamentos, estes, em especial, não possuem muros que separem os apartamentos das casas, nesse contexto: “Eles deram as garagens descobertas, aí se você tem um carrinho, uma motinha, uma carrocinha, fica aí, levando sol e chuva, a não ser que a gente coloque. E, outra, que é pior, você já viu prédio sem muro? Esses aqui não tem, é tudo junto das casas” (ROMEU, 2023).

Nas imagens seguintes, um pouco das garagens dos apartamentos, em ângulos diferentes:

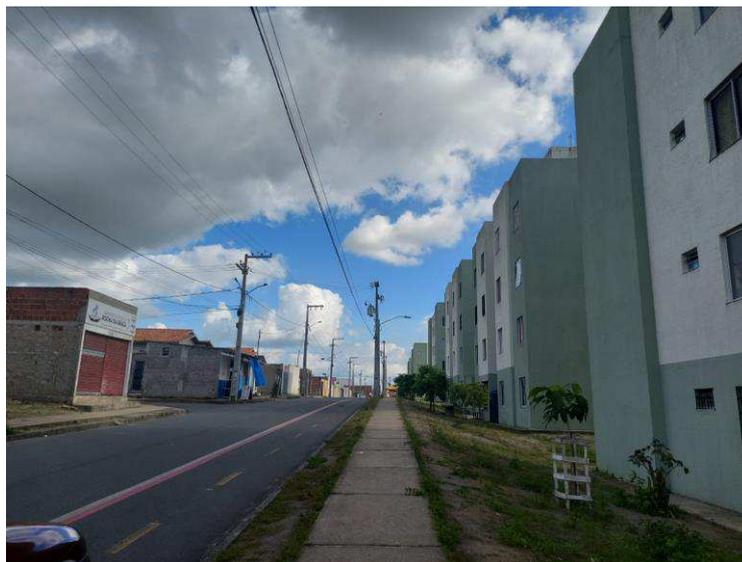
Figura 34: Garagens dos apartamentos.



Fonte: acervo pessoal da autora (julho - 2023).

Na imagem seguinte, os apartamentos e as casas, separados apenas pela rua:

Figura 35: Moradias horizontais e verticais.



Fonte: acervo pessoal da autora (julho - 2023).

Sobre os conflitos entre vizinhança, envolvendo estigmas, por conta do pagamento do condomínio por alguns e outros não, códigos de convivência, etc, acaba repetindo algumas dinâmicas do “Major Veneziano”, porém, com outras nuances, em que a apatia, já discutida nesse trabalho, mais uma vez, aparece. No Major, aqueles que pagavam, se indignavam com os que não pagavam a taxa do condomínio, e aquilo gerava conflitos e estigmas de diversas ordens. Conforme as entrevistas com os moradores que pagam a taxa do condomínio em dia, no valor de R\$ 25,00, eles acham um absurdo que uns paguem e outros não, porém, não demonstraram, em suas narrativas, a raiva e a revolta observadas no Condomínio Major Veneziano, pelo mesmo motivo, como demonstra a fala de Marineusa, 36 anos, dona de casa: “Pago o condomínio em dia, e acho errado que eu pague e os vizinhos não paguem, agora o síndico que devia ter mais pulso firme, mas não tem, vive mudando de síndico aqui. Mas pra falar a verdade, eu nem ligo mais, não quer pagar, não pague, pode cair aqui os pedaços, tou nem aí (MARINEUSA, 2023). Conforme Marineusa, houve um episódio em que 90% do prédio não pagou a taxa do condomínio, e a energia dos corredores ficou cortada por um tempo.

Em minha dissertação de mestrado, a discussão, com foco em moradias populares verticalizadas, é aprofundada. Aqui, porém, não irei aprofundar esta discussão, o que não significa que, em pesquisas posteriores, não construa um estudo mais denso sobre estas problemáticas.

A cidade se encontra prostituída

Por aqueles que a usaram em busca de saída
Ilusora de pessoas de outros lugares
A cidade e sua fama vai além dos mares

No meio da esperteza
internacional A cidade até que
não está tão mal E a situação
sempre mais ou menos
Sempre uns com mais e outros com
menos A cidade não para a cidade só
cresce
O de cima sobe e o de baixo desce
A cidade não para a cidade só
cresce O de cima sobe e o de
baixo desce.

Eu vou fazer uma embolada, um samba, um
maracatu Tudo bem envenenado, bom pra mim e
bom pra tu. Pra a gente sair da lama e enfrentar os
urubu

Eu vou fazer uma embolada, um samba, um
maracatu Tudo bem envenenado, bom pra mim e
bom pra tu Pra a gente sair da lama e enfrentar os
urubu

“A cidade” – Canção de Chico Science e Nação Zumbi

O trecho da música “A cidade” do cantor pernambucano “Chico Science” revela a complexidade da vida cotidiana nas cidades, no que tange as desigualdades sociais, tão evidentes no Brasil. A letra foi pensada por pessoas que viveram em um país excludente e desigual, marcado pela pobreza, especialmente a habitacional. A obra de “Chico Science”, especialmente a música “A cidade” continua atual nos dias de hoje, pois, “cutuca” as nossas

feridas mais profundas em relação as nossas precariedades. Durante a escrita inicial desse texto, entre maio e junho de 2022, acompanhei, pela TV e internet, os desastres no estado de Pernambuco, após fortes chuvas. Desabamentos como os que aconteceram no estado pernambucano, tão evidenciados pela mídia, são corriqueiramente relacionados aos fenômenos da natureza (nesse caso, a chuva), quando, na verdade, são tragédias anunciadas pela ausência do Estado nos lugares mais pobres e esquecidos do país. Eventos como este descortina, assim como cantava “Chico Science”, toda a desigualdade e precariedade habitacional do povo pernambucano e a mão pesada do sistema capitalista sobre os mais pobres.

A falta de planejamento urbano, a precariedade habitacional e de serviços públicos básicos, como saúde, educação e segurança alimentar, estão presentes entre a população brasileira, principalmente, a mais pobre. Para que se tenham boas condições de vida, depende-se, frequentemente, de políticas públicas urbanas, como transporte, moradias, educação, saneamento, lazer e segurança (MARICATO, 2013). A cidade não deve ser apenas a organização funcional do espaço, ela é mais que isso, é o espaço de condição de uma vida digna (IASI, 2013).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa de doutorado teve como objetivo principal, compreender o urbano e a vida cotidiana que emergem em um espaço residencial divulgado enquanto o maior da política de moradia do país, no contexto da Faixa 1, destinada aos mais pobres, mas, que, acaba se desdobrando em um projeto urbano distópico, pelas descontinuidades administrativas e de manutenção, ora pela perspectiva neoliberal de menos Estado, com sua agenda pró mercado que esteve por trás de todo projeto de implantação do “Aluízio Campos, ora pelos conflitos e jogos de interesse que envolveram agentes públicos e privados do estado da Paraíba e do Município de Campina Grande. À luz do que propõe a sociologia da vida cotidiana – um artesanato intelectual que costura estruturas e processos sociais às relações cotidianas – este estudo trabalhou com trajetórias de vida de famílias oriundas de diversos bairros da cidade. As narrativas contemplaram a vida no antigo bairro, a expectativa sobre o Aluízio, a chegada, às interações e sociabilidades no espaço residencial/social, como avaliam a vida cotidiana hoje, e como imaginam o futuro.

Foi possível compreender, através das trajetórias de vida, que as distintas situações de precariedade habitacional das quais originam as famílias beneficiárias do PMCMV – Faixa 1, produziram formas distintas de vida, e socialização sobre o mesmo espaço social.

Aquelas famílias que já vem de situações de vulnerabilidade social, com a mudança para o Aluízio, as desigualdades sociais se aprofundaram com mais força; e a política habitacional resolveu apenas parcialmente as demandas destas, pois, à ascensão à casa própria, não isentou da condição de pobreza, principalmente, em virtude do desemprego e da falta de Escolas Estaduais no espaço residencial.

Observou-se, também, que às famílias mais vulneráveis, tidas como “as desempregadas, que passam o dia “ociosas”, são estigmatizadas por alguns vizinhos que acreditam ser superiores. Estes, por sua vez, construíram muros e fachadas sob duas justificativas: a primeira, garantir a privacidade da família, contra os vizinhos bisbilhoteiros, que passam o dia sem ter o que fazer, olhando para a vida dos outros. Os que se sentem superiores, estigmatizam os vizinhos com palavras como: barulhentos, mal educados e sem modos. Conforme narrativas, a segunda justificativa para a construção do muro/fachada, refere-se a tentativa de garantir a segurança da família. Neste sentido, compreende-se que as famílias que já vêm de trajetórias de desigualdades, acabam tendo o aprofundamento dessas vulnerabilidades no conjunto, sendo alvos, também, de estigmas. Notou-se, neste estudo, que a construção do muro/fachada, surge

enquanto elemento de distanciamento social e simbólico que separa aqueles que acreditam em uma superioridade, em detrimento destes, vistos como inferiores. Conforme as entrevistas, construir os muros aparece como sonho de boa parte dos moradores, principalmente, entre os que se veem como superiores. Estes, narram que a construção do muro é importante por dois motivos principais: separar e impedir contato com o vizinho indesejado e, em segundo, garantir a segurança da família.

Sobre as mães solo que possuem uma casa no Aluízio Campos, mas que não moram, observou-se que (que utilizam a casa, apenas como lugar de passagem), não conseguem se mudar para os seus imóveis, por falta de condições e aporte das políticas públicas, restando-lhes o medo de perderem suas casas que, segundo elas, são seus sonhos realizados. A problemática das “mães solo”, discutida neste trabalho, reafirma a perspectiva da distopia urbana e do “urbanismo fantasmagórico” que emerge na vida cotidiana dos beneficiários do PMCMV, no âmbito da Faixa 1, que acaba não dando condições às famílias, de pleno acesso à cidadania, de apropriação aos imóveis, ao espaço social, e ao direito à cidade. A situação aqui colocada ainda é mais complexa, pois, diferentemente dos outros moradores, estas, por sua vez, acabam não ocupando de forma plena nem a casa, nem às áreas comuns do conjunto. Os vazios para essas mães são maiores ainda. Entretanto, elas seguem resistindo, buscando acreditar que um dia, talvez, esses vazios poderão ser ocupados de forma efetiva.

Para estas mães, o “fantasmagórico” o irreal, o ilusório, aparece com mais força, na medida em que, nem o sonho da casa própria elas podem experienciar de forma significativa, a não ser, em alguns fins de semana e feriados, isto quando conseguem pagar pelo o deslocamento até o residencial. Os imóveis fechados, e as chaves bem guardadas, representam sentimentos e simbologias contraditórias: por um lado, o sonho da casa própria foi realizado, porém, parcialmente; e as mães sentem orgulho pela conquista, por outro, o sonho de morar, ocupar, se apropriar do espaço e construir suas vidas cotidianas ali, não foi concretizado e, cada vez mais, se torna algo distante. A cada visita no Aluízio, solicitação de entrevista ou circulação de pessoas “de fora”, com pranchetas, cadernos e canetas em mãos, conforme suas narrativas, emerge o medo de terem suas casas “tomadas” pela prefeitura. Apesar desse medo, essas mães não escondem o desejo de um dia, talvez, se mudarem para o Aluízio, se apropriarem e construir suas vidas com seus filhos, em suas casas novas.

Como sabemos, a questão urbana no Brasil sempre esteve associada ao Estado burguês e a dinâmica de como se desenvolve no país. Além de atender às demandas dos agentes hegemônicos da produção do espaço, o Estado realiza as cabíveis mediações das relações de

produção entres esses atores e a sociedade. O Estado, através de suas políticas públicas, precisa garantir determinados programas que atendam a população em vários aspectos, a saber: saúde, educação, habitação, segurança, trabalho, etc. O residencial, foco desta pesquisa, foi colocado enquanto a maior obra habitacional do país, durante toda a construção e divulgação política e midiática. Foi também “a menina dos olhos” do Complexo Multimodal Aluizio Campos, com projetos ambiciosos, que prometiam mudar os rumos da cidade e dos futuros moradores do conjunto, conforme falas dos próprios gestores envolvidos na implantação.

Compreende-se que os moradores do habitacional sofreram as consequências das discontinuidades de manutenção, como também as administrativas, em virtude da perspectiva neoliberal (de menos Estado), como também, em decorrência dos conflitos e disputas, entre grupos políticos que se sucedem nos governos. A não construção das Escolas Estaduais é resultado dessas disputas, principalmente, entre os agentes públicos das esferas municipal e do do estado, como evidenciado no capítulo 1, deste estudo.

Esta tese de doutorado revela, que o “urbanismo fantasmagórico” observado, com seus vazios simbólicos e concretos; o sentimento de abandono, e a apatia entre os moradores, que os levam ao enclausuramento; a situação de desemprego; a ausência das Escolas Estaduais; dos supermercados; dos equipamentos urbanos; a não ocupação dos espaços; a não apropriação do conjunto; dos circuitos de comunicação e informação, acabaram aprofundando situações de desigualdades educacionais e sociais de famílias que, em sua maioria, já carregavam em suas trajetórias de vida, precariedades habitacionais e vulnerabilidades diversas.

Sobre a questão geracional, dentro do que a pesquisa permitiu investigar, há pouco espaço para a sociabilidade entre os jovens. As praças estão destruídas, as academias públicas também, restando, apenas, os campos de futebol e os batentes dos imóveis. Segundo narrativas, há uma preocupação em relação ao tráfico e o uso de drogas ilícitas, e com a prostituição; e isso se torna mais complexo pelo fato da inexistência de Escolas Estaduais, em que boa parcela da juventude moradora, se encontra fora da escola, ociosa e desempregada. As entrevistas apontam para os salões de festas, como ambientes de consumo e venda de droga ilícita, além de ponto de prostituição.

Esta tese, também revela, que mesmo com a heterogeneidade presente no conjunto, as diversas trajetórias de vida, e de algumas famílias mobilizarem processos de diferenciação e sistemas de classificação, na construção de distanciamentos sociais e simbólicos, todos, de alguma maneira, estão conectados através desses laços de interdependência que, ao mesmo tempo, hierarquizam, separam e os unem. Ora, alguns mobilizam sistemas de classificação, e

se colocam como superiores em relação a outros, estigmatizando e construindo “fronteiras”, através de muros. Ora, alguns relatam não ter interesse em interações e sociabilidades. Ora, se solidarizam com outros, e buscam formas e estratégias de convivência, e sobrevivência coletivas.

Observou-se que, os moradores se unem, por exemplo, na solidariedade às maes que possuem filhos fora da escola; se unem na construção simbólica e nas narrativas que reforçam a existência e atuação do comando no residencial. Mesmo aqueles que não são pais, se mostram revoltados com o poder público, pelo fato de não ter construído Escolas Estaduais, nem ter oferecido qualificação profissional à juventude ociosa do residencial. A situação atual dos jovens em situação de desemprego e fora da escola, foi a maior preocupação colocada em quase todas as entrevistas. Compreende-se, também, que as famílias foram desenvolvendo estratégias de sobrevivência e resistência no conjunto, que também as unem nessa teia de interdependência, como, por exemplo, os serviços de faxina que são realizados, muitas vezes, no próprio residencial; a comercialização dos produtos de limpeza, higiene e alimentos, nas mercearias improvisadas, ou reformadas nos imóveis de alguns moradores, que ajudam a movimentar a economia no próprio residencial, etc.

Esta pesquisa revela que, o enclausuramento apresenta uma complexidade, pois, por um lado, é a resposta frente às desigualdades e ausências do Estado, em decorrência dos efeitos do “urbanismo fantasmagórico”, por outro, acaba sendo, também, uma estratégia de resistência, em que as famílias permanecem em seus lares, gratos pela oportunidade da materialização do sonho da casa própria, ao mesmo tempo em que demonstram indiferença para interações e apropriação dos espaços comuns. Observou-se três fatores que levam os moradores a resistirem no residencial, mesmo diante dos desafios. O primeiro, é exatamente o apego a ideia de realização do sonho da casa própria que, no imaginário da classe trabalhadora brasileira, ainda aparece como seu principal desejo material. Além disso, percebe-se que a resistência aparece com mais força entre os moradores dos imóveis horizontais, em virtude do tamanho das casas, terreno, jardim e quintal, pela autonomia e possibilidade de realizar futuras reformas e construções. O terceiro fator, refere-se ao baixo índice de violência no conjunto. Notou-se baixa criminalidade no residencial, seja pelos códigos sociais criados entre os moradores, seja em virtude da atuação do comando; o fato é que os moradores gostam de suas casas, sonham em construir seus muros, fazer reformas, e evidenciam a tranquilidade do habitacional, em detrimento do baixo índice de violência, mesmo o Estado não fazendo a sua parte, como garantidor de segurança pública, conforme as narrativas. Por estes motivos, eles querem ficar

e, diferente da minha pesquisa de mestrado, no Conjunto Major Veneziano, em que a maioria entrevistada demonstrou sua vontade de retornar aos bairros de origem, no Aluízio Campos, as famílias querem ficar; e seguem resistindo.

Sugere-se a ativação dos espaços comuns do habitacional, por meio de ações sociais coletivas, execução de atividades interativas e de entretenimento, que propiciem vitalidade ao espaço, até então, visto pelo aspecto da “fantasmagoria”, da apatia, e dos vazios. É urgente que o Estado e os agentes públicos das esferas municipal e estadual recoloquem o Aluízio Campos como prioridade, principalmente, agindo nas questões que referem-se a geração de emprego e renda; e construção das Escolas Públicas Estaduais, afinal, estamos falando de quatro mil e cem moradias, e centenas de famílias que não têm tido seus direitos sociais garantidos.

É urgente que se pense no desenho urbano em uma escala humana, abarcando detalhes perceptíveis àqueles que experimentam a cidade, no âmbito dos empreendimentos mais afastados. Ou seja, para além de questões de infraestrutura, esse desenho urbano deve também levar em conta aspectos intangíveis em seu planejamento, contemplando as necessidades da população beneficiária pela política do PMCMV.

Pensar o urbano pelo ponto de vista das pessoas; e passar a incluir estes aspectos no planejamento e no desenho urbano é por onde deve-se começar, principalmente, no processo de construção de políticas públicas habitacionais. Observou-se que o Aluízio Campos, só desperta o senso de pertencimento e apropriação entre os moradores, na medida em que ganha significado. Quanto mais significados, mais senso de pertencimento e apropriação as famílias possuem em relação ao espaço residencial. Assim, quanto maior esse sentimento de pertencer aquele espaço, maior a vontade de cuidar, aproveitar os espaços comuns e interagir com o outro. Em contrapartida, quanto menor o senso de apropriação e pertencimento, em decorrência a essa apatia gerada pelas desigualdades e frustrações, menos os moradores terão interesse em construir laços comunitários; e ocupar os assustadores e silenciosos vazios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, R. L. C.; SAFATLE, Y. B. R. “Mães de micro”: perspectivas e desdobramentos sobre cuidado no contexto da síndrome congênita do zikavírus (SCZV) em Recife/PE. **Dossiê Antropologia com bebês e suas cuidadoras**, v. 1, n. 8, p. 115-145, 2019.

BARTH, F. *Ethnic groups and boundaries: the social organization of culture difference*. Boston, 1969.

BRASIL. **Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância à Saúde**. Boletim epidemiológico: monitoramento integrado de alterações no crescimento e desenvolvimento relacionados à infecção pelo vírus Zika e outras etiologias infecciosas, da Semana Epidemiológica 45/2015 até a semana epidemiológica 02/2017. Brasília, v. 48, n. 06, 2017.

BRASIL. Medida Provisória nº 996, de 25 de agosto de 2020. Institui o Programa Casa Verde e Amarela. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 164, p. 1, 26 ago. 2020.

BRICALLI, Iafet Leonardi. Università degli Studi di Genova, Departamento de Scienze della Formazione, Gênova, GE, Itália iafet.

CALDEIRA, T. R. P. *Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo*. Editora 34 US, ano 2000.

CAMPINA GRANDE. Decreto nº 4.088 de 2 de junho de 2014 regulamenta a Lei municipal nº 3.968, de 28 de novembro de 2001, para dispor sobre o perímetro urbano do município de Campina Grande e dá outras providências. Decretos nº 3.599/13, 4.047/13, 4.078/14.

CARVALHO, C. O.; MELO, E.; CAIRO, M. B. “A cidade” em Chico Science – notas musicais, jurídicas e sociológicas. **Empório do Direito**. São Paulo, 2015. Disponível em: <https://emporiiododireito.com.br/leitura/a-cidade-em-chico-science-notas-musicais-juridicas-e-sociologicas>. Acesso em: novembro 2022.

CARVALHO, M. J. F. (2017) Para além da pedra e cal: discursos e imagens de Campina Grande (1970 a 2000). Campina Grande: Eduepb, p.120-159; 277-299.

CARVALHO, M. J. F.; FARIAS, R. R. G.; BEZERRA, L. N. V.; ALENCAR, A. C. M.; DOS SANTOS, A. D. **Uma análise da questão urbana no bairro do Catolé (Campina Grande – PB)**, 2012.

CARVALHO, L. Vírus Zika e Direitos Reprodutivos: entre as políticas transacionais, asnacionais e as ações locais. **Cadernos de Gênero e Diversidade**. v. 3, n. 2, p. 93-102, 2017.

CENTRAL DE NOTÍCIAS DA CONSTRUÇÃO (CNC). São Paulo, 2017. Disponível em: <http://www.convisao.com.br/publicacao/sites/cnc/2017/2017_03/materias/601018_210221/materia.htm>. Acesso em: novembro 2022.

DINIZ, D. **Zika: do Sertão nordestino à ameaça global**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização

Brasileira, 192 p. 2016.

DOUGLAS, M.; ISHERWOOD, B. **O mundo dos bens: para uma antropologia do consumo**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

ELIAS, N. Ensaio teórico sobre as relações estabelecidos-outsiders. In: **Os Estabelecidos e os Outsiders: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Zahar, p.19-50, 2000.

FARIAS, J.; VIANNA, A. “A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional”. **Cadernos Pagu**, n. 37, p. 79-116, 2011.

FASSIN, D. Le corps exposé: essai d'économie morale d'illégitimité. In: **Le gouvernement des corps**. Paris: Éditions de l'École des hautes études en sciences sociales (EHESS), p. 237-266, 2004.

FECHINE, D. 'Campinismo' reflete identidade e autoestima de Campina Grande. **Portal g1**. Campina Grande, 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com>. Acesso em: novembro de 2022.

FERREIRA, K; SILVA, G. R. Urbanismo feminista. In: **Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional**, 17, 2017, São Paulo.

FERNANDES, P. S. Família Monoparental Feminina: Desafios de ser mãe solo. 2022. 53 f. Dissertação (Mestrado profissional). Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista (Unesp), Araraquara, 2022.

FINAMORI, S. “Mães solas”: parentalidades, conjugalidades e noções de família. **Encontro anual da ANPOCS**, Caxambu-MG, 2019.

FISCHER, G. N. (1981). *La psychosociologie de l'espace*. Paris: Presses Universitaires de France.

FLEISCHER, S. “Segurar, caminhar e falar: notas etnográficas sobre a experiência de uma “mãe de micro” no Recife/PE”. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 3, n. 2, p. 93-112, 2017.

FONSECA, Claudia. (2000), **Família, fofoca e honra**. Porto Alegre, Editora da UFRGS.

FONTES, L. (2018a), *O direito à periferia: experiências de mobilidade social e luta por cidadania entre trabalhadores periféricos de São Paulo*. Tese de doutorado. Instituto de Estudo Sociais de Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro

FONTES, L. O. Histórias de quem quer fugir e de quem quer ficar: laços comunitários nas cambiantes periferias de São Paulo. International Postdoctoral Program – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (IPP-Cebrap), São Paulo - SP, Brasil, 2022.

GONZALES, L. Sexismo e racismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, p. 223-244, 1984.

HARVEY, K. A.; KOVALESKY, A.; WOODS, R. K. et al. Experiences of mothers of infants with congenital heart disease before, during, and after complex cardiac surgery. **Heart & Lung**, v. 42, p. 399-406, 2013.

IASI, M. L. A rebelião, a cidade e a consciência. *Cidades rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Bomtempo Editorial e Carta Maior, 2013.

KAZTMAN, R. Seducidos y abandonados: el aislamiento social de los pobres urbanos. **Revista de la Cepal**, n. 75, dez. 2001.

KAZTMAN, R. Territorio y cohesión social en las grandes ciudades de América Latina. In: **36º Encontro da Anpocs**, 36., Águas de Lindóia, MG, 2012.

KONZEN, L. P. A mudança de paradigma em sociologia urbana: do paradigma ecológico ao socioespacial. *Università degli Studi di Milano*, 2011.

LEFEBVRE, H. O direito à cidade. São Paulo: Centauro Editora, 2001. 143p.

LIRA, L. Mães de micro: Três redes de cuidado e apoio no contexto do surto da síndrome congênita do Vírus Zika no Recife - PE. 2017, 101 f. Monografia (Bacharelado em Antropologia), Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

MACHADO, E. P.; NORONHA, C. V. A polícia dos pobres: violência em classes populares urbanas. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 4, nº 7, p. 188-221, jan/jun 2002.

MACROPLAN; FIEP; COMITÊ GESTOR DO PED-CG 2035. Campina Grande 2035 - P1. Apresentação da Cerimônia de Lançamento do Plano Campina Grande 2035. 2015. Disponível em: . Acessado em: 10/09/2018.

MAISONNAVE, F. “Oito em cada dez bebês com danos do zika nascem de mães negras”. Folha de São Paulo, publicado em 12 de setembro de 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/09/1812302-oito-em-cada-dez-bebes-com-danos-do-zika-nascem-de-maes-negras.shtml>. Acesso em: 05 de setembro de 2021.

MARICATO, E. É a questão urbana, estúpido! *Cidades rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Bomtempo Editorial e Carta Maior, 2013.

MARTINS, J. S. **Uma sociologia da vida cotidiana**. São Paulo, Editora Contexto, 2014.

MIRANDA, L. I. B.; MORAES, D. A.; LIMA, J. B. S.; XAVIER, T. M. C. Espriamento e mercantilização do espaço urbano em Campina Grande: o caso do complexo Aluizio Campos. **XVIII ENANPUR**, 2019.

MIRANDA, L. I. B.; MORAES, D. A.; LIMA, J. B. S.; *Articulações de poder e o Complexo Aluizio Campos em Campina Grande (PB)*., 2021.

MOREIRA, M.; MENDES, C.; NASCIMENTO, M. Zika, protagonismo feminino e cuidado: ensaiando zonas de contato. **Interface (Botucatu)**, v. 22, n. 66, p. 697-708, 2018.

MONTEIRO, J. M. A política como negócio de família: os herdeiros e a força dos capitais no jogo político das elites na Paraíba (1985-2015). Tese (doutorado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande, 2016.

MOTA, L. A.; CAVALCANTI, A. R. Macroeconomia, Habitação e Desenvolvimento Regional: o Complexo Multimodal Aluizio Campos em Campina Grande-PB. **Qualitas**, v. 21, n. 2, maio/ago 2020.

MOTTA, L. D. A questão da habitação no Brasil: Políticas públicas, conflitos urbanos e o direito à cidade. Disponível em: http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/TAMC-MOTTA_Luana_-_A_questao_da_habitacao_no_Brasil.pdf. Acesso em 24 de jul. de 2018.

NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro brasileiro, processo de um racismo mascarado**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, p. 1, 1978.

NEVES, Y. C.; ALVES, J. R. Entre distopias e utopias conjunturais: o lugar e o papel das mulheres das cidades brasileiras. **Indisciplinar**, 6, (2), p. 234-253, 2020.

PACHECO, A. C. L. **Mulher negra: afetividade e solidão**. Salvador: Editora da Universidade Federal de Bahia, p. 382, 2013.

PAIS, J. M. **Vida Cotidiana. Enigmas e revelações**. São Paulo, Cortez Editora, 2003.

PINHEIRO, D. A. J. P.; LONGHI, M. R. Maternidade como missão! A trajetória militante de uma mãe de bebê com microcefalia em PE. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 3, n. 2, p. 113 - 132, 2017.

POLAZ, K. T. M.; ALMEIDA, A. M. F. Fronteiras sociais e simbólicas em um clube de elite. **Rev. Bras. Ci. Soc.** 33, (98), 2018.

PORANGABA, A. T. Ops! cabe ou não cabe: tipologia e funcionalidade das habitações do PAR em Maceió. 2011. 188 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2011.

PORANGABA, A. T. A habitação para a população de baixa renda no Brasil: termos e conceitos difundidos pela Política Nacional de Habitação. **Revista brasileira de estudos urbanos e regionais**. v. 22, E202038, 2020.

PORTO, R.; MOURA, P. S. O Corpo Marcado. A construção do discurso midiático sobre Zika Vírus e Microcefalia. **Revista Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 3, n. 2, 2017.

QUEIROZ, A. K. Produção e apropriação espacial em Campina Grande: o empreendimento imobiliário residencial Major Veneziano (2010 – 2015). Campina Grande, 2016.

RIBEIRO, L. C. Q. (2013). A metrópole brasileira na transição urbana (1980- 2010). Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles / Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia /

FAPERJ/CAPES/CNPq.

RIBEIRO, L. C. Q.; RIBEIRO, M. (org.). (2013). Índice de bem-estar urbano (IBEU). 1. ed., Rio de Janeiro: Letra Capital. Disponível em: http://web.archive.org/web/20220907171621/https://ibeu.observatoriodasmetroles.net.br/wp-content/uploads/2019/05/Indice_de_bem-estar_urbano.pdf. Acesso em: 5 abril 2022.

SALATA, A. R.; RIBEIRO, M. G (2021). Boletim Desigualdade nas Metrôpoles. Porto Alegre/RS, n. 05. Disponível em: <http://web.archive.org/web/20220907173145/https://www.observatoriodasmetroles.net.br/desigualdade-nas-metroles-media-de-renda-continua-caindo-nasmetroles-brasileiras/>. Acesso em: 23 outubro 2021.

SANTOS, V. V. P. Viver em condomínios verticais do programa “Minha Casa, Minha Vida” na periferia de Curitiba-PR: pós-ocupação, trajetórias e sociabilidade. 2017. 203 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

SILVA, Irislaldo. **GeoTextos**, vol. 18, n. 2, dezembro 2022. I. Silva 101-129.

SILVA, V. P. A. A terra do nunca: Luta por moradia, conflitos e sociabilidades em um condomínio vertical do Programa Minha Casa Minha Vida, na cidade de Campina Grande-PB. 2017. 131 f. (Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2017.

VALE, P. R. L. F. Experiências de famílias de crianças com microcefalia por Zika vírus. 2018, 165 f. Dissertação (Mestrado em saúde coletiva), Universidade Estadual de Feira de Santana, Bahia, 2018.

WERNECK, J. Racismo institucional e saúde da população negra. **Saúde e sociedade**, v. 25, n. 3, p. 535-549, 2016 A DATA NÃO BATE

WHYTE, W. F. 2005 [1943]. *Sociedade de esquina*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 390pp.

WIMMER, Andreas. (2008), “The making and unmaking of ethnic boundaries: a multilevel process theory”. **American Journal of Sociology**, 113 (4): 970-102?.

GOMES, P. C. C. **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade**. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. 304p.

MORE, T. **Utopia**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2004. 167 p.

APÊNDICE

São apresentadas neste apêndice, mais imagens obtidas durante o período de trabalho em campo.













